

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SILVEIRA, Badger Teixeira da . Badger da Silveira (depoimento, 1981 / 1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 50min).

**Badger da Silveira
(depoimento, 1981 / 1982)**

Rio de Janeiro

2018

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): José Ribas Vieira;

Levantamento de dados: José Ribas Vieira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: José Ribas Vieira;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes;

Local: Niterói - RJ - Brasil;

Data: 12/11/1981 a 17/02/1982

Duração: 8h 50min

Fita cassete: 9; Fita rolo: 5;

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação, em 1975. Está inserida no estudo "História da sociologia no Brasil", desenvolvido pela pesquisadora Lúcia Lippi Oliveira. A escolha do entrevistado se justificou pelo importante papel que teve na construção do pensamento sociológico brasileiro e por ter sido um intelectual dos mais destacados do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O estudo resultou no livro "A sociologia do Guerreiro" (Rio de Janeiro, UFRJ, 1995), de autoria de Lúcia Lippi Oliveira. O livro reproduz, na íntegra, a transcrição da entrevista (p. 131-183).

Temas: Administração estadual; Aliança para o Progresso (1961); Assembléia Legislativa; Assuntos administrativos; Badger da Silveira; Carlos Lacerda; Cordolino Ambrósio; Darcy Ribeiro; Eleições estaduais; Eleições presidenciais; Golpe de 1964; Greves; Henrique Teixeira Lott; Jânio Quadros; João Goulart; Leonel Brizola; Movimento operário; Municípios; Niterói; Participação política; Partido Democrata Cristão.; Partido Social Democrático - PSD; Partido Social Progressista - PSP; Partido Trabalhista Brasileiro - PTB; Partidos políticos; Poder judiciário; Política; Política educacional; Política estadual; Roberto da Silveira; Tenório Cavalcanti; Trajetória política; União Democrática Nacional;

Sumário

1ª Entrevista:

Fita 1: A chegada a Niterói, e a vinda dos irmãos José e Roberto; a Faculdade de Direito, e os primeiros trabalhos após a faculdade; a participação na fundação do PSD (Partido Social Democrata); o engajamento do seu pai na política; a mudança nos membros da família do PSD para o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); ainda no PSD: o irmão Roberto funda a Frente da Juventude Fluminense; as eleições de 1947, quando Roberto da Silveira foi eleito Deputado Federal pelo PTB; as possibilidades do PTB quanto às eleições de 1954; a ascensão de Roberto dentro do PTB e a saída de Abelardo Santos Maia; referência ao apoio buscado por Roberto Silveira junto ao PDC (Partido Democrata Cristão); relato sobre o rompimento entre o PTB e o PSD: desdobramentos do rompimento, a fundação do PSP (Partido Social Progressista) pelo Miguel Couto; considerações acerca das eleições de 1958 e sobre Roberto Silveira e seu perfil político; opinião a respeito do caráter decisivo da Baixada Fluminense nas eleições após os anos de 1950; a proposta política de Roberto da Silveira enquanto Governador do Estado do Rio de Janeiro; comentário sobre a convenção da UDN (União Democrática Nacional), que se dispõe a apoiar Roberto da Silveira em 1958; o governo Roberto da Silveira: educação (Movimento Popular de Alfabetização e Campanha Nacional do Ensino Secundário), questões de terras, a relação com o legislativo, a composição do secretariado, a atenção principal do governo destinada a Baixada Fluminense, o relacionamento com os municípios; relato sobre o quebra-quebra na estação das barcas – Cantareira; a projeção nacional de Roberto da Silveira e sua posição no PTB; retomada do assunto de questão de terras: o Plano Piloto de Ação Agrária e o Plano de Colonização de Terras Devolutas e Próprias do Estado; a participação de Roberto da Silveira na campanha presidencial de 1959/1960: o apoio ao marechal Lott; a busca de apoio de Jânio Quadros junto a Roberto da Silveira.

Fita 2: Continuação dos comentários sobre a campanha do marechal Lott; o rompimento da UDN com Roberto da Silveira; comentário acerca do relacionamento de Roberto da Silveira com os sindicatos; a reação popular diante da morte de Roberto da Silveira; dados sobre a eleição de Celso Peçanha para vice-governador do estado do Rio de Janeiro e a postura do PTB; Badger da Silveira assume a liderança do PTB; comentários sobre o governo Celso Peçanha; longo comentário a respeito de Agenor Barcelos Feio; o processo de escolha do nome do entrevistado para concorrer ao governo do estado; breve referência à possibilidade de Roberto da Silveira sofrer impedimento por junta médica no período em que esteve doente; a sua candidatura ao governo do estado (eleições de 1962): os recursos impetrados com alegação de inelegibilidade; comentário sobre Tenório Cavalcanti; o início da campanha e os apoios recebidos, a organização desta e os apoios recebidos; relato de sessão solene em São João de Meriti e do embate dos discursos de Tenório Cavalcanti e Badger da Silveira.

2ª entrevista:

Fita 3: Continuação do relato dos embates em São João de Meriti; o desenrolar da campanha: a postura de ataque mútuo entre o entrevistado e Tenório; o apoio a Vasconcelos

da Torres e José Alves; o seu programa de governo; o apoio dos comunistas a Tenório Cavalcanti e seu contato com estes; o lançamento do programa de Tenório, baseado no do entrevistado, antes mesmo deste ter sido lançado; comentários sobre as questões agrárias durante o seu governo; opinião sobre outras candidaturas; menção as eleições para vice-governador; considerações sobre o apoio do presidente João Goulart a sua candidatura; relato de oferecimento à campanha de dinheiro em troca de indicação de cargo; comentário sobre Leonel Brizola considerações sobre campanha contra comunistas; a participação na campanha da legalidade, na época da posse de João Goulart; o apoio da imprensa à campanha: Diário Fluminense e O Fluminense; a relação com Carlos Lacerda na campanha e no governo; [Fim da 2ª entrevista – 3ª entrevista]; relato sobre o processo de apuração eleitoral – 1962; a base do pedido de Tenório Cavalcanti para impedimento da diplomação de Badger da Silveira; os resultados das eleições na Assembléia Legislativa: as mudanças nas bancadas; as relações entre o governo do estado e as prefeituras: prefeitura de Niterói(Sílvio Picanso) e a prefeitura de Araruama (Mário Castanho); comentário sobre a renúncia de Carvalho Janoti e o envolvimento do entrevistado nesta passagem; referência à barganha de secretarias feita pelo PTB ao governo de Carvalho Janoti: considerações sobre nomeações feitas por este e as ameaças de demissão realizadas pelo entrevistado.

3ª entrevista:

Fita 4: Continuação do comentário sobre a barganha de secretarias feita pelo PTB ao governo Carvalho Janoti; a organização do secretariado do governo estadual do entrevistado; comentário sobre Herval Basílio; o plebiscito de 1963: Badger entra com uma ação para anular a resolução que criou o parlamentarismo a pedido de João Goulart, a posição das forças políticas no estado; o boicote sofrido pelo entrevistado, já no governo, por Dacy Ribeiro – chefe da Casa Civil; a projeção no PTB nacional; a sua posse no governo estadual; os problemas encontrados no governo: as demissões, o equilíbrio das finanças, a coerência com o programa de governo exibido na campanha; a percepção do entrevistado quanto a possíveis diferenças entre o estado e o governo no período Roberto da Silveira e Badger da Silveira.

Fita 5: O governo Badger da Silveira: turismo, agricultura, questões de terras, o encontro com Carlos Prestes sobre a participação do PC no governo, o envio de polícia para despejar posseiros; comentário sobre padre Aníbal e o movimento de invasões de terras; explanação sobre a atuação do padre Carvalho; o envolvimento da Falerj (Federação de Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro) nos movimentos de ocupações de terras; o seu relacionamento com a Supra (Superintendência de Reforma Agrária); os “movimentos operários” no período: a criação da Celf (Centrais Elétricas Fluminenses) e seus efeitos no setor da eletricidade, a greve do Instituto Vital Brasil, o caso de uma fábrica de tecidos em Campos, o reflexo no Rio de Janeiro das greves de 1963; [Final da 3ª entrevista – Início da 4ª entrevista]; pergunta ponderando sobre a importância dada pelo entrevistado à política externa e sobre a Aliança para o Progresso.

4ª Entrevista:

Fita 6: As relações de seu governo com a Aliança para o Progresso; as bases de interesse pela aliança com o PDC; o relacionamento com o governo federal e diretamente com João

Goulart; novo comentário sobre Darcy Ribeiro e breve menção à Eugenio Cailar; a sua posição moderada entre esquerda e direita em 1963; meios para burlar o boicote de Darcy Ribeiro; comentário sobre construções de usinas: Rosal, Roberto da Silveira e Franco Amaral; referência a forças conservadoras; relato sobre medida de Estado de Sítio e o seu envolvimento neste processo; comentário sobre Leonel Brizola e o PTB; o relacionamento do entrevistado com João Pinheiro Neto; comentários sobre invasões e desapropriações de terras; divergências entre os radicais (Brizola, Caruso, Bocayuva Cunha) e a posição moderada do entrevistado; relato sobre o episódio em que João Goulart pede a Badger que prenda Carlos Lacerda – 1963; a Polícia Militar e seu conflito interno entre posições de esquerda e direita; opinião sobre a hipótese de haver uma polícia local comprometida com o poder local no estado do Rio; comentário sobre a relação entre o Poder Judiciário e o governo do estado em 1963.

Fita 7: Continuação dos comentários sobre a relação entre o Poder Judiciário e o governo do estado em 1963; a atuação da Assembléia Legislativa em 1963: a nota de solidariedade quando da prisão de Badger da Silveira; considerações sobre uma possibilidade de mudança do secretariado do estado para o final de 1964: conselhos de Rubem Berardo; avaliações dos planos político e administrativo do seu governo; comentário sobre eleições da mesa da Assembléia e um de seus presidentes, Cordolino Ambrósio; o relacionamento com os pequenos partidos; opinião sobre desapropriações e greves; a participação de partidos políticos no seu governo; os primeiros momentos do golpe de 1964: os acontecimentos do dia 31 de março a resistência no estado do Rio de Janeiro e a deposição de Badger pela marinha.

Fita 8: Continuação do relato da cassação do mandato de governador do estado; o bom relacionamento com o general Carvalho Lisboa; a prisão do secretário de segurança Herval Basil e demais secretários do estado: João Gomes da Silva, Palmir Silva, Feliciano Costa e Antônio Carlos Sigmaringa Seixas; o exílio do secretário de saúde Carlos Antônio na embaixada do Haiti: recusa ao convite de se exilar também; o convencimento de amigos e secretários de permanecer no governo; a nomeação conturbada do coronel Hugo Campelo para a Secretaria de Segurança: tentativa de implementação de um estado paralelo; as críticas do jornal O Fluminense ao seu governo; comentários sobre ser posto em disponibilidade no Tribunais de Contas; a mudança do relacionamento com o general Lisboa; a hipótese da existência de oposição dentro do palácio do governo; a suspeita de que as críticas do O Fluminense estivessem a favor da candidatura de Paulo Torres; os jornais de oposição: desgaste de sua imagem e financiamento de propagandas do governo; comentário acerca da ameaça que sua família sofreu após a sua participação no comício do dia 13 de março de 1964: pressão para renunciar; o conselho do deputado Rubem Berardo: mudança do secretariado e inclusão de políticos da UDN; a proposta de Simão Mansur de um acordo da UDN com o governo; a presença na posse de Castelo Branco como forma de garantir a sua permanência no governo; o manifesto a favor da “Revolução”: recusa de ser favorável ao regime; as ameaças ao seu governo: episódios dos fuzileiros navais e do general Poti; audiência em Brasília com o presidente Castelo Branco pouco antes de ser deposto; a tensão com o general Lisboa na nomeação do chefe da Polícia Militar em 1964.

Fita 9: Desdobramento da nomeação do chefe da Polícia Militar pelo general Lisboa; as intenções de abandonar o governo; a convocação da Assembleia Legislativa para votar o seu

impedimento de governar: o medo de uma intervenção militar no governo do Estado; a ocupação do palácio pelas tropas federais; a tentativa de João Batista de assumir a Assembleia; a sua saída do governo; breve comentário sobre a posse provisória de Cordolino Ambrósio no governo do Estado; a articulação para a sua sucessão estadual: a suspensão das eleições diretas pelos militares do Exército; comentários sobre as acusações que sofreu de corrupção e comunismo; detalhes sobre a investigação militar de sua vida privada; a defesa da legalização do Partido Comunista: importante para o regime democrático; o motivo da sua deposição; breve comentário sobre os partidos da época: UDN, PSD e PSP; esclarecimentos sobre a suspensão dos seus direitos políticos por dez anos; opinião sobre o suposto telegrama entre o Geisel e Cordolino; os elogios de Paulo Torres ao seu mandato; análise sobre as sucessivas investigações militares ao seu governo e a sua vida pessoal; críticas ao quadro partidário; as reuniões para a recriação do Partido Trabalhista Brasileiro: a divergência com Brizola; a aposentadoria e o afastamento do PTB.

1ª Entrevista: 12/11/1981

Badger da Silveira: Em 1934, eu resolvi, com a idade de 18 anos, ir para Niterói com o objetivo de concluir o curso do ginásio e fazer um curso superior. E vim, sozinho, quase sem recurso nenhum e consegui trabalhar no Colégio Carvalho da então professora dona Estefânia de Carvalho. Nesse colégio eu trabalhei como servente, depois como datilógrafo e ultimamente como professor. E o objetivo meu não era só a minha carreira nos estudos, mas dos meus irmãos. Tanto assim que no ano seguinte eu trouxe o José e, dois anos depois, o Roberto.

José Ribas: Roberto era o mais moço?

Badger da Silveira: Roberto era o mais moço oito anos mais ou menos do que eu. Roberto, então, iniciou o ginásio aqui. Eu terminei o ginásio quando ele estava começando. E nós três vivemos juntos aqui em Niterói durante esse período de estudos, eu, José e Roberto. Ora moramos em uma pensão, ora em uma casa no colégio mesmo. E assim eu concluí o meu curso de Direito...

José Ribas: Na Faculdade aqui de Direito?

Badger da Silveira: Na Faculdade de Direito de Niterói, o José concluiu o curso dele de Medicina e, quando eu estava saindo da faculdade, no ano seguinte entrou o Roberto para fazer o curso de Direito.

José Ribas: O senhor saiu mais ou menos em quando?

Badger da Silveira: Eu saí em 41 e o Roberto iniciou em 42. Bom, terminado o curso eu resolvi tentar advocacia no interior. E fui para o Espírito Santo, depois fui par Bom Jesus, e posteriormente fui nomeado delegado de polícia em São Fidélis. E de São Fidélis eu fui transferido para Resende.

Antes, o Roberto participou de um movimento social que era a *Formiga*. Foi no período da guerra, em que todos os estudantes participavam desse movimento no sentido de obter ferro, chumbo, qualquer coisa...

José Ribas: Mobilização para a guerra.

Badger da Silveira: Para a guerra, mas no meio estudantil primário, do curso primário. Depois então o Roberto se destacou muito nesse movimento com uma liderança já na juventude dele muito grande. Pois bem, quando veio a queda do Getúlio, em 45, e posteriormente fundaram-se os partidos políticos, foram fundados primeiro o Partido Social Democrático e a UDN. O Roberto participou da fundação do Partido Social Democrático aqui em Niterói, o meu pai em Bom Jesus e eu em Resende no tempo em que eu era delegado de polícia.

José Ribas: Seu pai tinha alguma liderança política em Bom Jesus?

Badger da Silveira: Tinha. Papai era um político, um homem muito trabalhador, muito inteligente, mas sem ambição nenhuma política. E ele se realizava politicamente lá nas pessoas do filhos, principalmente o Roberto que já estava surgindo como... Mas papai durante anos foi vereador em Itaperuna, antes e Bom Jesus se desligar de Itaperuna.

José Ribas: E ele só ficou na vereança?

Badger da Silveira: Foi só vereador, não passou de vereador. Nunca foi candidato...

José Ribas: Mas participava da política [municipal?]?

Badger da Silveira: Participava. De todos os movimentos políticos, papai participava. Pois bem: quando o Getúlio propôs a criação do PTB, o papai, que era getulista, escreveu uma carta para mim e uma para o Roberto dizendo que o partido a que nós devíamos nos filiar era o Partido Trabalhista Brasileiro, que se afinava com a ideologia política dele, papai. E evidentemente nós acompanhamos essa idéia. Eu procurei fundar o Partido trabalhista em Resende.

José Ribas: Isso pós 45?

Badger da Silveira: Depois de 45. E o Roberto participou da fundação do Partido Trabalhista de Niterói. Antes disso, havia um movimento estudantil dentro do PSD que o Roberto criou com o nome de Frente da Juventude Fluminense. Ele com o João Moreira, Valmir Silva, [Cid?] Magacho e outros companheiros da idade dele, fundaram essa Frente da Juventude Fluminense.

José Ribas: E quais eram os objetivos dessa Frente?

Badger da Silveira: Era fazer funcionar a Ala Jovem do Partido Social Democrático. Ao mesmo tempo, um rapaz fundou a Ala Moça do PSD, eu esqueci o nome desse rapaz, Hélio de Almeida parece. Então tinha a Ala Moça e a Frente da Juventude. O coronel Feio, que já nessa época coordenava o Partido Social Democrático, achou por bem fundir as duas em um movimento só. E essa fusão se deu, eram 15 de cada lado, prevaleceu o nome de Frente da Juventude Fluminense, e o Roberto ficou como líder desse movimento.

Com a criação do Partido Trabalhista, por sugestão do papai o Roberto participou da fundação do partido e foi candidato a deputado estadual pelo PTB e na primeira eleição ele se elegeu.

José Ribas: Nas eleições de 50?

Badger da Silveira: Não, de 47. Pois bem, daí eu vou falar então mais sobre o Roberto.

José Ribas: O Roberto se elege em 47, já no PTB, principalmente com os votos de onde, de Niterói?

Badger da Silveira: De Niterói.

José Ribas: Não havia nada do norte do estado?

Badger da Silveira: Ele teve quatrocentos e tantos votos em Bom Jesus, teve 272 ou 273 em Resende...

José Ribas: Aí o senhor trabalhou para ele.

Badger da Silveira: Trabalhei para ele. Não fui candidato, nessa época ainda não era vereador. Foi a primeira eleição para votar a constituinte, a constituição do estado.

José Ribas: Quer dizer que ele teve votos em Bom Jesus, Resende e Niterói.

Badger da Silveira: Principalmente. Agora, ele teve votos por exemplo em Conceição de Macabu, em Campos, assim, 20 votos, 15 votos, o que deu mil quatrocentos e poucos votos, o suficiente para ele se eleger na bancada do PTB.

Eleito deputado, ele foi convidado pelo então governador Macedo Soares... Não, ele não foi, ele ficou deputado durante quatro anos. Depois ele se reelegeu deputado estadual e foi logo para a secretaria do Interior e Justiça.

José Ribas: Na administração Macedo Soares o Roberto não teve nenhum vínculo, só ficou na Assembléia Legislativa?

Badger da Silveira: Só na Assembléia Legislativa, não teve outra participação. Depois então, sempre o PTB fazendo acordos com o Partido Social Democrático, principalmente por injunção e orientação do Getúlio, na terceira eleição — na primeira ele foi eleito deputado, na segunda deputado, secretário de estado...

José Ribas: Secretário do governo Amaral Peixoto.

Badger da Silveira: É, secretário do Amaral Peixoto. Então houve um movimento grande dentro do Partido Trabalhista no sentido de lançar um candidato próprio ao governo do estado enquanto o PSD lançava o Miguel Couto para substituir o Amaral. Ele então estava à frente desse movimento no sentido de que o PTB tivesse um candidato próprio. Mas o Getúlio, mais uma vez, interferiu. Ele achava que ainda não era hora do PTB ter um candidato próprio.

José Ribas: Em 54, na campanha para governador, quem seria o candidato a governador se o PTB tivesse autonomia para se lançar? Seria já o Roberto?

Badger da Silveira: Já havia uma perspectiva de dois candidatos. O Abelardo Mata, Abelardo dos Santos Mata, oficial de Marinha que foi presidente do PTB, isso em 54, queria ser candidato e o Getúlio interferiu. E o Roberto passou a seguir a orientação do Getúlio contra a candidatura própria e o PTB comporia novamente com o PSD dando o candidato a senador e o candidato a vice-governador. Houve uma luta dentro do partido, etc., em 54, mas venceu a orientação e a liderança do Roberto para apoiar o Miguel. O Mata saiu do PTB...

José Ribas: Esse é um fato importante. A saída do Abelardo Santos Mata do PTB se deve a todo o processo Roberto Silveira dentro do PTB. Esse é um fato importante que deve ficar registrado. Através da ascensão do Roberto dentro PTB, vai mudar o perfil do partido.

Badger da Silveira: Exato. Então o Roberto só foi presidente do PTB depois da morte do Tarcísio de Miranda, nosso candidato a senador e que elegeu-se senador. Tarcísio Miranda, era o presidente do PTB. Depois da morte do Tarcísio é que o Roberto assumiu a presidência porque o Mata já havia se desligado do partido. Depois disso, o Roberto, como vice-governador, foi preparando as condições dentro do partido para que ele pudesse ser candidato a governador. Mas o PSD era um partido fortíssimo no estado. Chamavam até “o monolítico”, chefiado pelo Amaral mas tendo como secretário-geral e homem forte o coronel Agenor Barcelos Feio. Então, o Roberto buscou apoio em outros partidos. Procurou um entendimento com o PDC, Partido Democrata Cristão.

José Ribas: Quem era do PDC, dr. Badger?

Badger da Silveira: Do PDC naquele tempo, o dr. — deixa eu ver se lembro. Depois, no correr da conversa a gente acaba lembrando dele, era um velho muito bom.

José Ribas: Então, o que a gente sente é que, após a eleição de 54, o Roberto vice-governador, já assumindo a liderança do PTB, preparava a campanha dele para 58 com o PTB autônomo, fora do PSD.

Badger da Silveira: Exatamente. Então aí aumentou a divergência entre o PSD e o PTB. E um fato importante é o seguinte: o PTB estava sendo absorvido pelo PSD, PSD governo. O PTB, partido coligado, participando do governo, estava então em um processo de desarticulação nessa participação. Nós tínhamos o Saulo Branco, que era secretário de Obras, nós tínhamos o Luiz Pinto... não. Tínhamos o Saulo Branco, o Bittencourt, de Valença, que era o secretário de Saúde e... nós tínhamos três secretários. Ah... não, não era o Nilton Guerra, o Nilton Guerra veio depois. O fato é que o Roberto sentiu a necessidade de romper com o governo uns dois anos antes. Mas não havia como dizer para os companheiros que tinha a necessidade de romper com o governo. Mesmo porque, depois de uma campanha em que se participou e que ganhou o governo, romper com o governo e perder as benesses do governo, não seria muito fácil convencer o pessoal, principalmente do interior. Mas houve uma questiúncula do Miguel Couto com o Luiz Pinto que era nosso companheiro de Marquês de Valença. O Roberto tinha viajado para o Rio Grande do Sul quando esse desentendimento com o Luiz Pinto começou. E o Roberto me chamou e me disse: “O pretexto do rompimento com o Miguel será esse. Se ele desprestigiar o Luiz Pinto, será o pretexto para o rompimento.”

José Ribas: O Luiz Pinto não era do PTB.

Badger da Silveira: Era do PTB. E ele, como deputado do PTB, parece que era para ser presidente de uma comissão na Assembléia e o Miguel e o PSD se opuseram a isso. E o Roberto exigiu e falou com o Luiz Pinto que resistisse. O Luiz Pinto resistiu [?] “eu acho melhor eu desistir porque nós não temos condições nenhuma.” Aí eu chamei e falei: “Não, o Roberto disse para você agüentar até o final porque é o momento de romper com o PSD.” E

de fato, o Miguel não quis voltar atrás, quando ele quis já não havia mais jeito e nós lançamos uma nota rompendo.

José Ribas: Esse rompimento se deu quando, em 56 ou em 57?

Badger da Silveira: Em 56 se não me falha a memória.

José Ribas: E o rompimento produziu então um problema para o Luiz Pinto.

Badger da Silveira: E dos secretários, não sei se eram três, dois ficaram com o Miguel que foram o Bittencourt, Ângelo Bittencourt, e o Saulo Branco. Não abandonaram o governo, continuaram no governo. O PTB então se rearticulou em torno do nome do Roberto como candidato nas ruas que foi se fortalecendo cada vez mais. Mas evidentemente, sozinho, não havia condições do PTB ganhar as eleições do PSD e então ele procurou esses acordos. Inclusive um acordo que na época todos achavam esdrúxulo, espúrio, com a UDN. Mas no entanto a UDN apoiou e o Roberto saiu vitorioso.

José Ribas: Mas, dr. Badger, o senhor falou desse acordo. E esse acordo também se deveu a uma cisão dentro do PSD que se dá na medida em que o Amaral Peixoto tenta voltar em 58 e fala com a oposição ao Miguel Couto. O Miguel Couto estaria apoiando parece que Paulo Fernandes. Não é verdade?

Badger da Silveira: Houve realmente uma luta muito grande dentro do PSD. O Miguel...

José Ribas: Queria lançar o Paulo Fernandes para governador.

Badger da Silveira: Não. Ao contrário, o Paulo Fernandes não era o candidato do Miguel, era candidato do Amaral e do coronel Feio e o Miguel foi contra. Daí então o Miguel rompeu com o Amaral e com o coronel e fundou o PSP. Como governador ele fundou o PSP. Eu não sei se... porque o coronel Feio lutou muito pela candidatura do Miguel contra a candidatura do Paulo Fernandes, quando o Miguel foi candidato em 54. Depois então o Miguel, pouco tempo depois, rompeu com o coronel Feio. E daí rompeu com o Amaral etc. e fundou o PSP. De forma que a candidatura do Paulo Fernandes já foi tranqüila dentro do Partido Social Democrático porque o Miguel já tinha saído do partido.

José Ribas: O PSD depois, em 58, sai com o Getúlio Moura.

Badger da Silveira: O Getúlio Moura foi em 58, é. O Paulo Fernandes foi depois. Você tem razão. O Miguel fundou o PSP, Partido Social Progressista, do Ademar de Barros, e fizemos um acordo com o PSP, com a UDN, com o Democrata Cristão e com vários outros partidos. O Roberto conseguiu aglutinar quase todos os partidos do estado contra o Partido Social Democrático. Nessa composição saiu o Miguel para senador, o Paulo Araújo, da UDN, para vice-governador e o Roberto para governador.

José Ribas: E o Amaral pelo PSD para senador.

Badger da Silveira: Getúlio Moura, Amaral... exatamente.

José Ribas: Dr. Badger, o senhor poderia descrever como era a liderança do Roberto Silveira na Assembléia Legislativa e a liderança dele em Niterói? Como era todo o processo político do Roberto Silveira no período de 58?

Badger da Silveira: Ele era um líder absoluto. Absoluto em termos, vamos dizer, não era um absolutista. Mas era um líder que tinha a confiança de todos os seus correligionários. Todos acreditavam na capacidade de liderança do Roberto. E o Roberto tinha uma coisa muito interessante: ele não resolvia nada sozinho. Ele podia ter um ponto de vista sobre determinado assunto político, mas antes ele ouvia todos os companheiros, desde os mais graduados, advogados, médicos, deputados, aos mais humildes deles, eleitores, ascensoristas... ele ouvia, pedia opinião. E disso ele fazia sempre uma média e decidia de acordo com essas opiniões. Mas a liderança dele era total, não havia discrepância dentro partido.

José Ribas: E a presença dele nas ruas, como era isso?

Badger da Silveira: Ah, ele era muito popular. O Roberto era efetivamente o representante de um governo popular. Esse contato pessoal então ele gostava demais. E se tinha uma seresta ele ia para lá, pegava o violão e tocava. E se tinha uma feijoada, ele ia lá e participava, sempre com a maior intimidade com todos. Era um homem extraordinário, fora de série como se diz.

José Ribas: A presença dele em 58 era mais aonde? Em Niterói, no norte do estado, Baixada Fluminense? Como era a presença dele, a concentração dele mais de contatos?

Badger da Silveira: Ele procurou concentrar mais na Baixada Fluminense porque ali era efetivamente o grande celeiro eleitoral do estado do Rio. Era o Grande Rio hoje: Niterói, São Gonçalo, Caxias, Nilópolis, São João do Meriti...

José Ribas: Então o senhor concordaria com a afirmativa de que em meados dos anos 50 a Baixada Fluminense passa a ser um fator decisivo nas eleições do estado do Rio?

Badger da Silveira: Absoluta. Uma posição decisiva. Eu por exemplo procurei concentrar toda a minha campanha em oito municípios do estado: Nova Iguaçu, São João do Meriti, Caxias, Nilópolis, Niterói, São Gonçalo, Petrópolis e Campos. Esses municípios, à época, tinham mais de 70% do eleitorado do estado,

José Ribas: E Roberto da Silveira tinha feito a mesma coisa em 58.

Badger da Silveira: O Roberto trabalhou muito, também, os municípios do interior. Todos, onde ele podia ele tinha sempre aqueles amigos, companheiros fiéis, [?] trabalhando para ele em todos os municípios.

José Ribas: Dr. Badger, o Roberto tinha alguma proposta política em 1958 em relação ao estado? Como era a proposta dele, ao ser governador?

Badger da Silveira: O Roberto foi o primeiro candidato a propor um planejamento administrativo no estado. Antes, o Amaral por exemplo foi interventor, depois governador, e teve alguns planos dentro do Departamento de Estradas de Rodagem. Pouca coisa planejada no setor de saúde, tentou fundar muitos postos de saúde. Mas não tinha plano organizado para a administração. E o governo do Roberto, toda a campanha dele foi baseada em um planejamento administrativo para todos os setores.

José Ribas: Quer dizer que a proposta política do Roberto da Silveira era em termos de um governo voltado para o planejamento administrativo para todos os setores. Agora, dr. Badger, voltando um pouquinho mais para trás no período de 58, como foi a convenção da UDN, como foi esse acordo entre UDN e PTB?

Badger da Silveira: A UDN, aqui no estado do Rio, ficou praticamente coesa em torno do nome do Roberto. Era presidente o Paulo Araújo, tinha o Jorge [Loretti?] que era uma figura de certa proeminência na UDN, tinha o Alberto Torres, também outra figura de proa na UDN, Saramago Pinheiro. Enfim, a UDN do estado do Rio, antigo estado do Rio, estava totalmente... se havia divergência, era muito pouca divergência porque os representantes, por exemplo, de Nova Iguaçu, que era um município onde a UDN era forte, era o Mário Guimarães, aqui em Niterói era o Paulo Araújo como presidente, era o Alberto Torres...

José Ribas: Em Duque de Caxias já tinha o Tenório, não?

Badger da Silveira: O Tenório nessa época já era da UDN sim.

José Ribas: Quer dizer que a UDN também tinha algum peso.

Badger da Silveira: Tinha, a UDN tinha. Era a segunda bancada, a primeira era do PSD e a segunda, da UDN. Pois bem, nós e o Carlos Lacerda...

[FALHA NA GRAVAÇÃO]

Badger da Silveira: ... em Niterói, na convenção. E lutou bravamente para ver se não consentia que a UDN apoiasse o Roberto. A impressão que eu tenho hoje é que o Carlos Lacerda já previa a ascensão política do Roberto no âmbito federal, que poderia ser um adversário futuro dele. Então, podendo-o aqui no estado do Rio já estaria dificultando essa ascensão. Tanto que Carlos Lacerda fez tudo, lutou, mas a convenção apoiou a candidatura do Roberto. E conseguimos eleger o Roberto, o Miguel Couto senador, menos o vice. Para vice foi eleito o Celso Peçanha que era o candidato do PSD e de outras forças.

José Ribas: Dr. Badger, como foi o governo do Roberto Silveira em seus planos de ação, relações com os municípios, relações com o governo federal? Como foi todo o governo do Roberto da Silveira?

Badger da Silveira: O governo do Roberto foi um governo de muitas realizações, muitas realizações mesmo. No setor de estradas de rodagem ele abriu muitas estradas. No setor educacional, ele quis dar escola para não deixar ninguém sem escola mas havia dificuldades,

dificuldades de instalação das escolas, dificuldades de professores. Então ele até criou o Movimento Popular de Alfabetização...

José Ribas: Isso no período de 59, 60.

Badger da Silveira: Logo depois que assumiu o governo ele criou esse movimento. Esse movimento era...

[FINAL DA FITA 1-A]

Badger da Silveira: Esse movimento era... Qualquer pessoa que tivesse possibilidade de instalar uma escolinha em um galpão ou em uma garagem, uma sala maior, em qualquer lugar, instalava e o governo pagaria professora. Essa professora poderia ser formada ou não, mas desde que tivesse condições de alfabetizar, ensinar a ler e escrever às crianças. De forma que esse movimento teve uma repercussão muito grande e surtiu efeito porque muita criança foi alfabetizada. Evidentemente sem essas técnicas modernas de alfabetização, mas muita gente foi alfabetizada. Foram fundadas muitas dessas escolinhas para alunos que não tinham condições de ir para um grupo escolar, não tinham condições de ir para uma escola particular. Então iam para o Movimento Popular de Alfabetização. E deu resultados.

José Ribas: Havia alguém que orientava esse Movimento Popular de Alfabetização?

Badger da Silveira: Nessa parte, quem orientou foi o Camilo Silva. Ele teve uma certa participação. Mas havia professores que participavam, pedagogos que participavam da orientação desse movimento. E ele incrementou também, auxiliou muito já no curso secundário um outro movimento parecido com esse que era o... [Cinele?]? Como era? Campanha Nacional do Ensino Secundário, não? Que era o Felipe, professor Felipe... Eu ando com a cabeça meio ruim para lembrar de nomes.

José Ribas: Quer dizer que o Roberto da Silveira concentrou muito, da parte do programa dele de governo, já como governador, na parte de educação, não? Ele esteve muito voltado para educação.

Badger da Silveira: Esteve. Aliás, para todos os setores da administração. Até setor de reforma agrária que não competia ao estado. Ele tentou desapropriar algumas fazendas, principalmente aqui em Caxias e Nova Iguaçu, que eram ocupadas por posseiros que até hoje a gente vê essa luta aí. Ele tentou desapropriar para dividir essas terras.

José Ribas: No governo dele houve determinados conflitos de terra que ele procurou resolver.

Badger da Silveira: Houve. Principalmente na Baixada Fluminense. Terras que eram colonizadas há muitos anos, sem valor nenhum e que de repente valorizaram muito e apareceram ou os donos verdadeiros ou pseudo donos, grileiros, querendo tomar essas terras. Ele interferiu e desapropriou essas fazendas. Me lembro do nome de uma, Penha. Outra fazenda, a Paixão. E que depois, estavam começando a divisão dessas terras quando ele faleceu.

José Ribas: Dr. Badger, o PTB consegue eleger uma grande bancada para a Assembléia Legislativa em 58. E como era a relação da Assembléia Legislativa com o Poder Executivo em 58, com o Roberto como governador?

Badger da Silveira: Foi bem, não havia nada de especial. Ele tinha maioria, conseguia manter a maioria que eram aqueles partidos que o apoiaram, PSP, UDN etc. Um ou outro deputado da UDN às vezes divergia e criava... mas sempre ele tinha maioria.

José Ribas: E o secretariado do Roberto da Silveira como governador, ele dividiu o secretariado através de partidos? Ele fez a composição no secretariado?

Badger da Silveira: Fez, ele fez a composição no secretariado. A UDN deu Alberto Torres como secretário de educação. O Partido Social Progressista deu Nilton Guerra como secretário de Saúde. Quem mais? O PDC deu o secretário de Agricultura...

José Ribas: Além dessa composição do secretariado, o Roberto se voltou para determinadas regiões do estado? Ele deu atenção para que partes do estado?

Badger da Silveira: A atenção maior dele foi para a Baixada Fluminense. Mas de um modo geral, para todos os municípios. Tanto que ele criou o Programa de Ajuda aos Municípios. Através desse programa ele assistia cada município. Os problemas mais sérios dos municípios, através desse programa ele resolvia problemas de água, problemas de esgoto, enfim esses problemas atinentes a cada município. Agora, ele concentrou mais trabalho na Baixada Fluminense. A Baixada Fluminense, a não ser os núcleos dos municípios, vamos dizer os primeiros distritos dos municípios, o resto não tinha nada. Foram aqueles loteamentos feitos sem obedecer a nenhuma legislação própria. Eram abertas as ruas com trator, delimitados os lotes e ali eram construídas as casas de qualquer maneira. Então, Nova Iguaçu, São João do Meriti, Nilópolis, aquele interior todo tinha aquele aglomerado imenso de gente e não tinha água, não tinha esgoto, não tinha nada. Ele iniciou um trabalho no sentido de colocar água.

José Ribas: Eu já vi fotos dele inaugurando torneira d'água.

Badger da Silveira: A primeira inauguração foi em Caxias. E o objetivo dele, evidentemente, era colocar água na Baixada Fluminense toda. E no Movimento Popular de Alfabetização, a grande maioria de escolas criadas foi justamente na Baixada Fluminense onde a precariedade de escolas primárias era muito grande.

José Ribas: Dr. Badger, nesse período em que o Roberto era governador, o PSD e a UDN controlavam ainda a maioria dos municípios do estado ou o PTB já controlava alguns municípios do estado do Rio?

Badger da Silveira: Não, o PTB controlava alguns municípios mas a maioria ainda era controlada pelo PSD, pelo Partido Social Democrático, e alguns pela UDN.

José Ribas: E isso não dificultava a ação do governo do estado não?

Badger da Silveira: Não dificultava não porque ele tinha a maioria na Assembléia. E muitos prefeitos preferiam ter um entendimento com o governador, sem evidentemente se comprometer politicamente, e o Roberto era acessível a esses entendimentos para não prejudicar o município.

José Ribas: Dr. Badger, no governo Roberto da Silveira a gente sabe que houve duas grandes questões sociais: o problema dos conflitos de terras, que marcam a administração Roberto da Silveira, e outro ponto importante que foi o quebra-quebra da Cantareira. Aí que eu gostaria que o senhor falasse alguma coisa, sobre o quebra-quebra da Cantareira.

Badger da Silveira: O quebra-quebra da Cantareira foi o seguinte. Era um problema que vinha se arrastando há muitos anos com a Cantareira. Era aquela luta, de vez em quando havia ameaça de quebra-quebra mas que nunca se efetivava mesmo. Às vezes quebravam um bonde nas barcas. Depois surgiu o Grupo Carreteiro. Era o velho José Carreteiro e os filhos. Eles tiveram autorização para explorar o transporte Rio-Niterói. Eram homens trabalhadores, muito trabalhadores e afeitos a esse serviço de embarcação, tinham até um estaleiro pequeno. Eles então puseram as embarcações a fazer o serviço de transporte e que era muito bem feito na ocasião, as barcas dos Carreteiros. Com isso, houve o interesse de que a Cantareira, todo o serviço das barcas fosse entregue aos Carreteiros. E aconteceu. Eles conseguiram financiamento, compraram e aquilo evoluiu, deu muito dinheiro e eles foram relaxando com relação ao serviço de transporte. Esse relaxamento foi aumentando, aumentando. Eles encontraram então uma forma de aumentar a receita deles porque aí já extravasava para o conhecimento público o certo luxo com que eles já viviam. Eram mansões, naquela época o sujeito ter uma televisão era *status* e eles tinham três, quatro televisões. De forma que isso tudo foi chegando ao conhecimento do usuário da Cantareira, das barcas. E o serviço das barcas cada vez mais precário.

Pois bem. Eles faziam o seguinte. Faziam uma greve, vinham Fundos da Marinha Mercante e cobriam aquilo que eles achavam que deviam receber, aí então o governo estava financiando, não é bem o termo, financiando, mas complementando, subsidiando a receita dos Carreteiros através dos Fundos da Marinha Mercante. E para eles era muito bom. Se em dois, três meses precisassem de dinheiro, provocavam uma greve e dessa greve vinha o fundo e cobria.

Nessa de maio, logo depois que o Roberto assumiu o governo, eles começaram a forçar um aumento das passagens. E não era evidentemente uma necessidade imediata. E o que fizeram? Suspenderam o pagamento do pessoal para poder receber o Fundo da Marinha Mercante. E o azar foi do Roberto, vamos dizer. É que ao invés deles fazerem a greve na parte da tarde, a greve foi provocada na parte da manhã. E na parte da manhã deu-se o quebra-quebra aqui, que poderia ter-se dado no Rio de Janeiro se fosse na parte da tarde em que o grande movimento... Tanto foi um artifício deles para receber esse dinheiro que o pagamento do pessoal estava todo anotado nos escritórios deles. De forma que o Roberto nem estava aqui no dia. Ele estava no Rio justamente para ter uma audiência com o Juscelino, que era o presidente, no sentido de dar uma solução para esse caso da Cantareira. Ele achava que deveria haver uma intervenção, acabar com esses Carreteiros e botar ou vender para outros, mas acabar com aquela exploração que já vinha em uma seqüência de algum tempo.

Pois bem. O Roberto, quando desceu, já tinham consumado o quebra-quebra da Cantareira, já tinham quebrado as casas deles, eles carregaram o Roberto. O povo carregou o Roberto até o palácio. E o levou para o palácio [do Costa Barros?] quando efetivamente não

estava acabado. A coisa recrudescceu depois de uma certa hora e houve até a necessidade de uma intervenção do 3º RI para apaziguar...

José Ribas: E esse problema da Polícia Militar? O Roberto da Silveira não colocou e retirou a Polícia Militar. Como foi esse fato?

Badger da Silveira: Esse fato foi o seguinte. Eu estava em casa — eu era assessor do Roberto —, morava na rua Lopes Trovão, quando o Góí, um compadre meu, foi lá em casa muito cedo e falou: “Compadre, está um movimento muito sério lá nas barcas. Está o povo lá, os fuzileiros navais atirando etc.” Aí eu entrei no carro com ele, uma *pick up* que ele era da secretaria de Agricultura, e quando eu fui chegando nas barcas realmente eles deram uma rajada de metralhadora para cima. Eu mandei tocar para a Polícia Militar. Eu é que fui para a Polícia Militar. Mas Polícia Militar para garantir a situação da Cantareira contra os fuzileiros navais que tinham tomado conta ali. E o coronel comandante da Polícia Militar em princípio não queria, “não tenho ordem do governador, não posso sair, o governador que é o comandante em chefe da polícia”. Eu insisti muito com ele, que assumia a responsabilidade porque não podia ficar aquela situação nas barcas. Ele acabou cedendo, enchemos uns carros de soldados e desembarcamos... Mas quando nós fomos chegando, os fuzileiros navais foram embora. Então a polícia tomou conta dali, eu vi que não havia mais nada de grave e falei com ele que podia recolher a polícia. Ou foi o Roberto — aí é que eu não estou muito certo se nesse momento chegou o Roberto e mandou recolher a polícia. Porque aparentemente parecia que tinha terminado tudo. Mas depois que a polícia saiu o pessoal começou a jogar bomba, essa garrafa Molotov, e aí começou o incêndio. Mas eu tenho a impressão de que quando o Roberto chegou, já estavam incendiadas as barcas. Porque eu pessoalmente participei de tudo, daquele movimento todo, evitando, fazendo discurso, trepando em caixotes, pedindo, apelando ao povo para não destruir. Mas havia um ódio generalizado contra os Carreiros que ninguém podia atender a nada. Na rua Coronel João Machado, ali tinham os escritórios deles. O pessoal entrou no escritório, começou a quebrar e a gritar: “Fogo, fogo!” Eu então subi em um balcão e fiz um apelo: “Vocês quebrem tudo, podem quebrar, quebrem tudo. Mas não botem fogo! Isso aqui é um quarteirão que tem centenas de pessoas que moram aqui, vai arriscar a vida de muita gente!” E me ouviram porque não botaram fogo. Quebraram, quebraram tudo. Eu fiquei admirado de ver um colega meu de turma, um advogado, o ódio que esse sujeito estava! Pegou a máquina de escrever assim e jogou no chão! *Pá*, quebrou aquilo tudo. A gente via o ódio com que eles estavam contra os Carreiros.

Um fato importante aí, que já não é com relação aos Carreiros: uns 10 dias depois o Roberto mandou fazer uma pesquisa para saber a repercussão que teve [?] no povo. E, por incrível que pareça, tinha gente que nem sabia que tinha havido o quebra-quebra. Houve resposta, um percentual ínfimo, é verdade, mas que não tinha tomado conhecimento do quebra-quebra.

José Ribas: E como o dr. Roberto da Silveira contornou esse quebra-quebra na Cantareira? Como foi solucionado esse problema?

Badger da Silveira: Esse problema foi difícil. Eu me lembro, era umas duas horas da tarde, uma hora, duas horas mais ou menos, o comandante do 3º RI, que era o nessa época coronel Paulo Torres, mandou dois oficiais oferecer ao Roberto força para evitar maiores problemas. E o Roberto disse que não. Agradecia muito mas não aceitava porque o estado tinha

condições de manter a ordem. Aí todo o movimento já estava em declínio. Pois bem. Quando os oficiais saíram eu ainda chamei o Roberto e falei: “Acho que você devia ter aceitado esse policiamento do 3º RI porque pode ressurgir. Essa gente está com muito ódio da Cantareira.” E ele falou: “Não, já terminou tudo e nós não vamos agora, ostensivamente, colocar forças do Exército nas ruas da cidade.” Mas depois, quando foi anoitecendo, a coisa recrudescer. Começaram aqueles focos novamente e aquele quebra-quebra e ele então teve necessidade de recorrer ao comando do 3º RI e transferiu para Niterói o comandante da Artilharia de Costa que era o general Justino Alves Bastos. Ele assumiu o comando aqui como comandante da Artilharia de Costa — não, foi ele que mandou oferecer ao Roberto e o Roberto à noite teve que recorrer e pedir o auxílio do Exército para poder policiar a cidade.

José Ribas: Quer dizer que ele não contou com a Polícia Militar do estado?

Badger da Silveira: A Polícia Militar sempre, até aquela época, até o meu governo, era muito restrita, poucos homens e quase nenhuma arma.

José Ribas: Dr. Badger, um outro ponto importante foi a atuação do Roberto da Silveira na campanha presidencial. O que eu sei é que o estado do Rio foi o único estado onde o Lott venceu. Se não me falha a memória, foi o único estado. Não sei como foi no Distrito Federal. Mas o estado do Rio foi o único da federação onde o Lott venceu. Isso demonstra não só uma liderança do Roberto no estado mas também uma liderança do Roberto a nível de PTB. Então eu gostaria que o senhor colocasse como foi a ascensão do Roberto da Silveira a nível nacional porque o Roberto da Silveira já estava disputando a própria presidência do PTB, a liderança do PTB.

Badger da Silveira: Talvez a liderança, não a presidência. Mas ele estava disputando evidentemente uma posição de maior comando dentro do Partido Trabalhista. Que, aliás, ele já tinha. O primeiro era o Jango e em segundo o Roberto dentro do PTB nacional, disso não há dúvida.

José Ribas: E a bancada do estado do Rio era uma grande bancada a nível federal no PTB?

Badger da Silveira: Não, não era não. Era mais ou menos atuante mas não era uma grande bancada não.

José Ribas: E como o Roberto conseguiu ampliar toda essa presença dentro do PTB a nível nacional?

Badger da Silveira: Por causa da inteligência dele. O Roberto era um grande estadista, nato, era um político inteiro, vamos dizer assim. Ele era excepcional, Roberto era um homem excepcional. E acreditava, acreditava na mensagem do Partido Trabalhista como um partido nacionalista, como um partido de massas, como um partido voltado para os interesses dos trabalhadores. E era um homem que tinha relacionamentos em todas as áreas, todas as áreas. Tanto que o nosso senador era um usineiro de Campos, Tarcísio Miranda. E tinha elementos do PTB, operários, etc. que davam a ele uma força muito grande.

[INTERRUPÇÃO NA ENTREVISTA]

Badger da Silveira: ... sobre o problema agrário no governo do Roberto. Ele criou um Plano Piloto de Ação Agrária e criou também um órgão para cuidar disso.

José Ribas: Só uma pergunta. O Plano Piloto de Ação Agrária e o Plano de Colonização de Terras Devolutas e Próprias do Estado eram a mesma coisa?

Badger da Silveira: Não. Quase se confundiam porque a orientação e a administração eram a mesma. Porque terra devoluta era uma coisa. Terras que pertenciam a particulares que foram desapropriadas eram outra coisa. Mas o fato, o princípio de tudo era o mesmo. Eram os colonos que há anos ocupavam aquelas terras e que estavam sendo despejados ou pelos verdadeiros donos que abandonaram aquelas terras por muitos anos e que, depois, com a valorização vieram reivindicar ou então os grileiros, os falsos donos que conseguiam documentos duvidosos para tentar a expulsão desses colonos.

Wagner: Cada um desses dois planos cuidava de coisas diferentes então? O Plano Piloto de Ação Agrária tratava da questão das terras privadas e o Plano de Colonização das Terras Devolutas...

Badger da Silveira: O Roberto estava tentando fazer um levantamento de todas as terras devolutas do estado para poder fazer, tentar a reforma agrária dentro do estado do Rio, que seria um início, vamos dizer, não era uma reforma agrária...

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

José Ribas: Dr. Badger, eu queria saber a respeito da campanha presidencial. Qual foi a relação do Roberto da Silveira na campanha presidencial de 59, 60? Como foi a articulação do Roberto da Silveira e seu apoio à campanha do Lott?

Badger da Silveira: Bem, o Roberto pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro. O Partido Trabalhista Brasileiro foi aliado, em uma composição, com o Partido Social Democrático. O Partido Social Democrático lançou o candidato a presidente da República apoiado pelo PTB e o PTB lançou o candidato a vice-presidente da República apoiado pelo PSD que foi o João Goulart. De forma que a campanha foi muito difícil porque o marechal Lott não tinha nenhuma cancha de político para disputar uma eleição. Era um homem sério, correto, com todas as qualidades, eu acredito que teria sido um bom administrador para o Brasil, mas como candidato ele era, como se dizia na época, muito pesado. Era difícil. Mas o Roberto estava empenhadíssimo na vitória do marechal Lott. Esse empenho que o Roberto tinha pela vitória do marechal Lott, eu não sei, mas a gente não sentia no próprio Juscelino que era do PSD. O Juscelino estava se omitindo, como vários outros membros do PSD. A explicação que davam na época a essa omissão de vários próceres do PSD era a de que o Lott era de Minas e então ficava um mineiro, depois como sucessor outro mineiro, depois viria o Juscelino fatalmente, depois do Lott, e podia criar uma situação de disputa entre estados. Mas o Roberto não, o Roberto se empenhou vivamente na campanha do Lott. Ele percorreu o estado do Rio, onde ele podia levar o marechal ele levava, fazia discurso, fazia apelo em favor da candidatura dele.

José Ribas: Fazia um grande [?] popular?

Badger da Silveira: Fazia. Havia uma grande concentração popular em Campos, aqui na Baixada Fluminense muito, aqui em Niterói, em São Gonçalo. Os comícios eram muito concorridos. Mas o marechal não tinha mesmo jeito, lia os discursos. Não tinha condição. E o Jânio, um homem de uma inteligência invulgar, um homem extraordinário daquele, teve mais facilidade.

Mas um dia o Jânio apareceu lá no palácio. Estava até chovendo, ele um pouco molhado e tal, e começou conversar com o Roberto fazendo um apelo para o Roberto apoiá-lo para presidente da República. Que o Roberto ia ter as portas do Palácio da Alvorada abertas para ele. E o Roberto não... fez tudo, ofereceu tudo para o Roberto apoiá-lo na campanha. E o Roberto disse: “Olha, para mim a coisa mais fácil seria fazer o senhor ganhar aqui no estado do Rio. Eu não precisaria nem sair do palácio. Bastaria me omitir e o senhor venceria as eleições aqui. Mas eu tenho esse compromisso, compromisso partidário, compromisso de honra em defender a candidatura do Lott e não posso.” Então o Jânio passou a ameaçá-lo. E o Roberto não aceitou. O resultado foi que o estado do Rio foi o único estado em que o marechal Lott ganhou as eleições, em todo o Brasil. E ganhou por muito pouco, ganhou por quatro mil e tantos votos do Jânio Quadros.

A campanha foi dura para os partidários do Partido Trabalhista Brasileiro porque, como eu disse, era um candidato difícil. Eu não sei se interessa a vocês uma particularidade. O Roberto um dia falou: “Marechal, o senhor precisa, em um comício público...”

[FINAL DA FITA 1]

Badger da Silveira: O Roberto um dia falou: “Marechal, o senhor precisa, em um comício público, falar um pouco da sua vida, da sua carreira política, da sua carreira militar. O povo gosta de saber de coisas particulares do candidato e o senhor precisa dizer alguma coisa.” “Então eu vou dizer.” E em um comício de Volta Redonda ou Barra Mansa, se não me engano, o marechal começou a contar a carreira política dele, em tal ano assim e assim sentou praça em tal lugar. E daí passou por ato não sei o quê, promovido a não sei o quê. Depois, por ato disso foi promovido a não sei o quê. E foi. Quando ele chegou em coronel, já não tinha quase ninguém assistindo ao comício dele. Mas mesmo assim o Roberto conseguiu arrancar água da pedra e o marechal venceu no estado do Rio por quatro mil e tantos votos.

Pergunta: O senhor falou que o Jânio fez ameaças ao Roberto da Silveira. Que tipo de ameaças?

Badger da Silveira: Ameaça política, evidente. De o governo do estado não ter nada do governo federal, de fechar verbas, de botar dificuldades à administração dele. Ameaças nesse sentido. Mas o Roberto rechaçou todas elas e disse que não tinha condições mesmo de apoiá-lo.

Pergunta: Sobre isso, o Roberto foi eleito pelo pacto do PTB e da UDN. Mas na medida que o Roberto apoiasse o Lott, esse pacto estaria rompido?

Badger da Silveira: Esse pacto não foi rompido pelo fato do Roberto ter apoiado o Lott e a UDN apoiado o Jânio. Não foi rompido. Fizeram uma reunião e decidiram cada um respeitar as posições partidárias do outro. Posteriormente é que, por razões que eu não me recordo agora, a UDN rompeu com o Roberto.

Pergunta: E esse rompimento implicou na saída de secretários do governo Roberto da Silveira? Por exemplo, o senhor disse que o Alberto Torres fazia parte do governo.

Badger da Silveira: Saíram. Saíram o Mário Guimarães e o Alberto Torres que eram secretários de estado. E tinha um outro secretário que ...

Pergunta: E o governo então ficou só com elementos do PTB?

Badger da Silveira: Não, ele compôs com o PSP. Ele conseguiu depois a maioria na Assembléia, desde que ele perdeu elementos da UDN.

Pergunta: As relações, que não ficaram muito claras, do Roberto da Silveira com os sindicatos, que o senhor falou nessa entrevista que o Roberto da Silveira era muito ligado à mensagem do PTB. Quais eram as ligações do Roberto da Silveira com os sindicatos no estado do Rio de Janeiro? Havia apoio dos sindicatos?

Badger da Silveira: O apoio dos sindicatos era muito relativo, tanto no governo do Roberto como no meu governo. Os sindicatos, na grande maioria, eram dominados por elementos do Partido Comunista.

Pergunta: De quais categorias?

Badger da Silveira: Por exemplo, o dos rodoviários estava nas mãos dos comunistas. Construção civil, estava nas mãos dos comunistas. Da telefônica não, estava com o PTB. Operários navais, que tinha uma sede grande aqui, estava também nas mãos dos comunistas. Ferroviários, nas mãos dos comunistas.

Pergunta: E os sindicatos rurais?

Badger da Silveira: Nos sindicatos rurais havia uma penetração no tempo do Roberto mas eles não chegaram a dominar os sindicatos rurais. Eles não chegaram a dominar. Mas de um modo geral, os comunistas... O Roberto tinha um entendimento relativamente bom com todos eles no meio sindical. Apoiaram a campanha do Roberto mas não participaram diretamente do governo.

Pergunta: A [?] do Roberto da Silveira era mais daqueles sindicatos vinculados ao PTB, era nesse sentido?

Badger da Silveira: Exatamente. Eram os sindicatos, por exemplo o da Telefônica. Um elemento até do Partido Trabalhista que era o presidente do sindicato. Na brasileira já não era, era um elemento do PC. Em Campos tinha o sindicato da [?] que era um elemento ligado ao Partido Trabalhista. O de água e esgoto já era um elemento ligado à esquerda. E assim era

muito dividido esse problema. Mas o Roberto tinha um trânsito razoável no meio sindical. No meu governo também eu tive. Apesar das divergências, eu tinha um trânsito razoável. A gente podia dialogar perfeitamente com os elementos desses partidos.

Pergunta: Vamos começar então com o período da transição do governo Celso Peçanha para chegar então ao seu governo, ao governo Badger da Silveira.

Pergunta: Uma perguntinha só, antes. Como foi a reação popular diante da morte do Roberto da Silveira?

Badger da Silveira: Foi uma reação de pesar muito grande. O povo, de um modo geral, sofreu muito com a morte do Roberto. E vou dizer que não foi só o povo fluminense. Logo depois da morte do Roberto, quando eu comecei a minha campanha eleitoral, tive que ir várias vezes a Brasília. O Jango tinha assumido depois da renúncia do Jânio e eu, como presidente do partido e candidato ao governo do estado, tinha problemas a serem resolvidos lá. E eu, como não gosto muito de andar de avião, ia de carro. E quantos lugares eu passei, em Minas, em Goiás, em que eu parava para almoçar ou qualquer coisa, o sujeito via a chapa do carro e logo perguntava, sabia que eu era irmão do Roberto, me abraçava e chorava. Gente que nunca tinha visto o Roberto! Lá em Minas e Goiás, por onde eu passei.

Pergunta: Sobre isso que o Mário está perguntando, a morte do Roberto da Silveira provoca imediatamente uma comoção popular de perda etc. Mas o que eu queria perguntar, e aí aprofundando o que o Mário levantou, é o seguinte: quais foram as modificações imediatas que ocorrem na máquina do estado com a ascensão do Celso Peçanha, na medida em que o Celso Peçanha foi eleito com o apoio do PSD e de outros partidos?

Pergunta: Uma questão anterior. Com relação a essa questão do apoio ao Celso Peçanha, o senhor falou na última entrevista que o Celso Peçanha foi eleito com o apoio do PSD e outras forças. Que outras forças seriam essas?

Badger da Silveira: Bom, outras forças... Por exemplo, os comunistas votaram no Celso, não votaram no candidato do PTB. O candidato do PTB era o Paulo Araújo, da UDN. Então a turma do PC, essa turma de esquerda, socialistas, não votaram no Paulo Araújo, votaram no Celso Peçanha. O PSP, o partido do Ademar de Barros, também não votou no Paulo Araújo, votou no Celso. De forma que o Celso teve outras forças, que não o PSD uno, pelo qual ele foi candidato, que o apoiaram.

Pergunta: Quais foram as conseqüências imediatas da passagem para o governo do Celso Peçanha, em termos de PTB e em termos de toda a política do estado?

Badger da Silveira: Eu era vice-presidente do partido, nacional e regional. E em exercício da presidência quando o Roberto morreu porque ele era o presidente. Então, logo depois da morte do Roberto, uns dias depois da morte do Roberto, eu vou citar os nomes porque é bom que eu os cite, três dias depois que o Roberto morreu eu fui procurado pelo Jonas [Bahense?], que era membro do Partido Trabalhista e sempre eleito deputado federal, duas vezes eleito deputado federal com o apoio do Roberto e com a minha ajuda pessoal. Então ele me procurou e propôs que eu assumisse efetivamente a presidência do partido. Eu disse a ele

que, com a morte do Roberto, teria encerrado a minha carreira política porque eu me realizava politicamente na pessoa do Roberto que era meu irmão mais moço. Mas ele insistiu muito e eu disse que não, que eu podia reunir o partido que escolheria outro para ser o presidente. Foi quando ele me fez uma proposta, indigna, dizendo que nós devíamos apoiar o Celso porque o PTB jamais repetiria a façanha do Roberto. E que nós já não éramos mais jovens e a oportunidade de arranjarmos nossas vidas era no governo do Celso. Eu fiquei muito chocado com essa proposta dele, ainda mais quando ele me disse que já tinha conversado com o Celso e que estava tudo certo. Ele ia ser secretário de Transportes, ia ter o controle do Departamento de Estradas de Rodagem, o Jaime Bittencourt iria para a secretaria de Educação e o Álvaro Fernandes teria um posição também dentro do governo do Celso, já estava tudo combinado. E que eu deveria então ser o presidente do partido para poder aceitar esses acordos em nome do partido. Eu pensei na hora em uma reação violenta, mas depois achei que não era cabível uma decisão minha naquele momento.

Depois da missa de sétimo dia do Roberto, eu convoquei uma reunião das bases do partido, da bancada federal, bancada estadual, prefeitos etc. e nesse dia foi lançada a minha candidatura a presidente do partido. Essa reunião deve ter sido poucos dias depois da morte do Roberto. Então eu disse que aceitaria ser o presidente do partido com condições. Primeiro, o partido votaria uma moção, daria um voto de confiança ao governador Celso Peçanha. Mas o partido não aceitaria nenhum cargo na administração do Celso para poder criticar aquilo que não estivesse de acordo com os interesses do povo fluminense e aplaudir tudo aquilo que fosse do interesse do povo, principalmente a continuação das obras que o Roberto tinha iniciado.

Essa proposta minha foi aceita por aplauso. Todos levantaram, bateram palmas, etc. O Jonas se enfiou na cadeira e o Jaime Bittencourt levantou-se e disse que ele havia recebido um convite para ser o secretário de Educação mas condicionou a aceitação à aprovação do partido. Mas desde que o partido acabava de desaprovar, ele deixaria de aceitar. E o Jonas, daí em diante, ficou meu inimigo. Não só adversário, mas inimigo. Rompeu com o partido e foi ser o secretário de Transportes do governo Celso Peçanha.

Pergunta: O Jonas Bahiense inclusive apóia o Tenório Cavalcanti em 62.

Badger da Silveira: Pois é. Depois nós podemos conversar sobre a campanha do Tenório, mas foi uma peça que me prejudicou muito, muito mesmo, o Jonas Bahiense como candidato a senador ao lado do Tenório.

Pergunta: Dr. Badger, eu acredito que em 58 o PTB era majoritário na Assembléia Legislativa.

Badger da Silveira: Não.

Pergunta: Então o governo Celso Peçanha não foi minoritário na Assembléia.

Badger da Silveira: É muito difícil um governo de estado ser minoritário na Assembléia porque há sempre aqueles deputados que procuram acomodar seus interesses regionais, dos municípios. Então o governo encontra facilidade para obter o apoio. Não é que eles se vendam para o governo, mas é uma questão de defesa dos interesses políticos pessoais dos deputados. Então o Celso obteve maioria na Assembléia. Mas ele não acreditava muito nessa

maioria, tanto que quando houve a eleição, no último ano, para presidente da Assembléia, ele tinha um candidato que iria substituí-lo para ele poder concorrer, que era o [Zé Kesin?]. Candidato dele. E exigiu que 37 deputados assinassem apoio à candidatura do [Zé Kesin?]. Quer dizer, se ele exigiu a assinatura, era porque ele não tinha confiança nesses deputados. E acabou o [Zé Kesin?] não sendo eleito, foi eleito o Carvalho Janoti. Dizem que em uma manobra que fizeram na hora da apuração, substituíram cédulas de [Zé Kesin?] por cédulas do Janoti e o Janoti então ganhou.

Pergunta: De certa forma o Celso Peçanha foi eleito com o apoio de setores do PSD e, com base nos arquivos do PSD, houve uma volta do PSD com o Celso Peçanha. Em que nível houve essa volta do PSD com o Celso Peçanha?

Badger da Silveira: Houve. Com exceção do Jonas e alguns outros poucos secretários, todos o secretariado foi do Partido Social Democrático, inclusive o chefe da Casa Civil. Houve um retorno do PSD ao governo do estado, efetivamente.

Pergunta: Me parece um retorno um tanto precário. Esse episódio da eleição da mesa da Assembléia demonstra isso.

Badger da Silveira: No PSD todos votaram no [Kesin?]. Todos do PSD votaram. Eu acredito que os 37 teriam votado no [Kesin?]. Houve mesmo aquela fraude na apuração. O Janoti contava com poucos elementos do PSD, poucos, muito poucos, com a bancada do PTB porque ele fez um acordo conosco, antes a bancada apoiaria o nome dele e ele daria duas secretarias para o PTB.

Pergunta: E contou com o PSP também, não foi?

Badger da Silveira: Ele fez um acordo e tal. Mas o bloco do PSD com os elementos que estavam com o Celso era de 37 deputados, era maioria absoluta.

Pergunta: Em que nível houve mudanças em termos de direção dos assuntos administrativas, políticas públicas do governo Celso Peçanha em relação ao governo Roberto da Silveira?

Badger da Silveira: Não houve muitas não.

Pergunta: O Movimento Popular de Alfabetização que o senhor falou...

Badger da Silveira: Eu já não me lembro se ele continuou com esse movimento. Eu tenho a impressão que continuou. Mas não houve muito não. O Celso não foi mau administrador. Ele tocou muitas obras... Muitas obras do Roberto ele parou, mas iniciou outras obras. Ele como governador, nessa parte administrativa, ele não foi... Agora, uma série de coisas que falavam muito do Celso na ocasião... Mas a sua pergunta é se houve uma modificação significativa de... mas não houve não. Evidentemente ele não teve aquele impulso que o Roberto dava na administração, mas não ficou muito longe não. O Celso era trabalhador também, como administrador.

Pergunta: O senhor disse que elementos da esquerda teriam apoiado a candidatura do Celso Peçanha a vice-governador do estado. Ele deu algum cargo para esses elementos?

Badger da Silveira: Isso eu não me lembro.

Pergunta: Porque eu sei que o Celso Peçanha nomeia [Irênio de Matos?] para [?] agrária, que é acusado de ser comunista. E o Celso Peçanha faz várias desapropriações de terras no estado do Rio. E parece que as desapropriações não chegaram a se consumar.

Badger da Silveira: É, nenhuma delas. Mas é isso mesmo, ele nomeou esse rapaz, [Irênio de Matos?].

Pergunta: E nesse momento em que o Celso Peçanha assume o governo do estado, a nível nacional assume o Jânio Quadros presidente da República. E o político do estado do Rio de maior destaque nesse momento é o Brígido Tinoco que passa a ser ministro da Educação. Quais foram as relações do Brígido Tinoco com o estado ou do governo Jânio Quadros com o governo Celso Peçanha? Houve alguma mudança?

Badger da Silveira: Acho que não houve não. Não posso dar a você uma informação assim porque nessa fase eu estava empenhado em minha campanha eleitoral, de forma que não chegava a tomar conhecimento dessas relações do Brígido com o governo do estado.

Pergunta: Dr. Badger, antes de entrar na sua campanha eu queria de fazer uma última pergunta. Essa é a fase do último momento de empenho, do aparecimento do Agenor Barcelos Feio. O senhor podia dar um depoimento sobre Agenor Barcelos Feio.

Badger da Silveira: Bem, o coronel Agenor Barcelos Feio veio para o estado do Rio como secretário de Segurança na interventoria ainda do Amaral Peixoto. A secretaria de Segurança tinha um Delegado da Ordem Política e Social, um homem muito violento, que se chamava Ramos de Freitas. Então, o Amaral estava sendo muito acusado por causa do Ramos de Freitas que se sobrepunha até à pessoa do secretário de Segurança. Então veio esse coronel Feio, que logo depois que assumiu afastou o Ramos de Freitas e deu uma outra imagem à secretaria de Segurança. Eu lembro disso porque com o Ramos de Freitas, diga-se de passagem que depois fiquei com muito boas relações com ele, mas como estudante eu fui detido três vezes por participar, naquela época, de movimentos estudantis. Eu me metia, inocentemente, e por causa disso eu fui detido três vezes pelo Ramos de Freitas. Uma delas foi naquela campanha dos 50%, os estudantes estavam lutando por 50% das passagens, 50% disso, e acabamos conseguindo apenas 50% nos ingressos de cinema, mais nada. Mas o coronel mudou. Nós fizemos uma greve na faculdade de Direito, não foi greve, mas um movimento estudantil e o coronel Feio, como secretário, foi lá na faculdade, pessoalmente...

Pergunta: Nos anos 40?

[INTERRUPÇÃO NA FITA]

Badger da Silveira: Então o coronel Feio veio lá do Rio Grande do Sul e assumiu a secretaria de Segurança. E mudou a fisionomia da secretaria. Havia, logo depois da guerra, uma

campanha tremenda em todo o estado do Rio contra italianos, alemães, japoneses. Era uma perseguição mesmo contra essas três raças. No interior, por exemplo, onde tinha italiano próspero, o pessoal... a polícia, talvez orientada pelo Ramos de Freitas, não sei, perseguia, invadia propriedades, dilapidava. Na minha terra por exemplo, apareceu lá fugido do campo um alemão, Carlos [Hirst?], montou uma padariazinha em Bom Jesus, era um distrito ainda pacato e ele pôde fazer a vida dele. Em Resende tinha um usineiro chamado [Morganti?], de uma família importante do estado de São Paulo, teve que sair de Resende porque foi preso, achacado, uma série de coisas. Tudo isso nessa época.

Então se vivia debaixo daquela tensão, daquela pressão muito grande quando veio esse coronel Feio para secretário e mudou a fisionomia da secretaria de Segurança. Agora, ele como político era um homem muito correto, muito sério. Tudo que diziam do coronel Feio, de caixinha, de receber propina, nada daquilo... Ele morreu pobre. Mas tinha um grande defeito: o político do PSD era como se fosse um santo para ele. Podia ser o camarada mais ordinário, salafário, corrupto. Mas se era do PSD, tinha a chancela da idoneidade, da honestidade dada pelo coronel Feio. Os elementos do PTB já não eram tanto assim. E os da UDN então, esses eram da pior espécie que existia para o coronel Feio. Bastava ser da UDN para não valer nada, não prestar para nada etc. Homens honestos, corretos, mas para ele, coronel Feio... Então ele era marcado por isso. Eu por exemplo, depois fui ser político em Resende e servi com o coronel Feio como delegado de polícia de 44 ao princípio de 47. Eu fui delegado de polícia e ele era secretário de Segurança. Ele era um homem correto. O jogo de bicho era permitido naquela época. Arrecadava-se e o Comandante fez o Hospital Antônio Pedro com o problema do jogo. Mas ele, pessoalmente, era um homem honesto. Apenas tinha esse defeito, era um político apaixonado. O que dizia respeito ao Amaral Peixoto e ao PSD, pronto, estava tudo certo. Agora, o que era referente aos outros partidos, estava tudo errado.

Eu pessoalmente tive discussões violentas com o coronel Feio porque eu era presidente do PTB do Resende e era vereador em Resende. Então foi criado o distrito de Engenheiro Passos e pelo acordo PSD-PTB, onde a legenda do PTB fosse maior, os cargos de nomeação eram do PTB. Então havia, quando foi criado o distrito, o cargo de escrivão de paz que cabia ao PTB. Mas o PSD exigiu que fosse um rapaz lá de Engenheiro Passos. E nós não concordamos, evidentemente. Tinha indicado até uma senhora para ser escrivã. E o coronel Feio discutiu muito conosco, acabou oferecendo um lugar de fiscal de rendas pela nomeação do pessedista para esse cargo. Eu levei ao marido dessa senhora, se não queria ele ser fiscal de rendas e a mulher abriria mão do cargo. Mas ele não aceitou. Ele queria mesmo, porque tinha que ser, o cargo era nosso, essa coisa toda. Então fomos ao comandante Amaral, que era o governador, e o Amaral nomeou a senhora que era a nossa candidata. Aí o coronel Feio sumiu com o ato. Nós ficamos esperando a nomeação sair publicada e nada, não saiu. Aí eu voltei a Niterói, fui ao coronel e ele “Eu já assinei”. “O senhor assinou mas não foi publicado.” Então ele assinou outra vez e o ato desapareceu e não foi publicado novamente. Aí o Comandante viajou, foi à América do Norte e assumiu o vice-governador que era do PTB, Tarcísio Miranda, esse usineiro de Campos. Tarcísio Miranda assumiu. Mas na véspera do Comandante ir para a América, embarcar, o coronel Feio foi lá e levou o ato nomeando o tal rapaz do PSD. E segundo consta, ele teria dito ao Comandante que tinha feito um acordo conosco e que depois então nomearia um outro indicado, o que não era verdade. Então saiu a nomeação. O Comandante viajou, o Tarcísio assumiu e o *Diário Oficial* publicou a nomeação dos candidatos...

[FINAL DA FITA 2-A]

Badger da Silveira: ...eram três até. Inclusive um era esse rapaz. Eu estava na porta do cartório quando passou o juiz e me convidou para assistir à posse dos três novos tabeliães de Resende. Eu falei: “Quem são?” “Fulano, beltrano e cicrano.” Eu falei: “Não, meritíssimo. Fulano, eu acabo de receber um telefonema do secretário do Interior e Justiça — que era o Roberto — dizendo que o ato tinha sido tornado sem efeito. O senhor não dá posse a esse não porque não é o candidato, foi tornado sem efeito. O senhor vai dar posse sem o título, só pela publicação no *Diário Oficial*, quando foi tornado sem efeito.” Então eu fui lá para o fórum porque me interessava defender os interesses do PTB. Eu sabia que aquilo tinha sido uma manobra política do coronel Feio para atender aos pessedistas lá de Resende. Então fiz uma manobra contrária também. Quando cheguei no fórum, estava lá o estado-maior todo do PSD, e o juiz então explicou que não podia dar posse porque havia recebido um recado de que o ato teria sido tornado sem efeito. Aí houve protestos etc. e tal e chefe do PSD lá falou: “Isso não vai ficar assim não, meritíssimo, porque o coronel Feio está aqui em Resende.” Ele tinha um genro que servia na Academia Militar, era professor lá. Então esse pessedista telefonou para o coronel e o coronel veio. Veio e pressionou o juiz para dar posse. Mas o juiz disse que não dava. O coronel ficou desesperado com aquela história e me agrediu com palavras, que eu estava atraíndo o Comandante, eu também disse uma porção de coisas para ele. Acabou que o juiz não deu posse mas falou: “Se amanhã o *Diário Oficial* não trouxer um ato tornando sem efeito a nomeação, eu darei posse, ficam todos avisados disso.” Realmente o governador em exercício tinha tornado o ato sem efeito e não foi dada posse. Mas tivemos vários entreveros, eu e o coronel Feio. Mas ele sempre me respeitou muito como homem de dignidade e eu também sempre o respeitei como homem honesto e correto. O defeito dele era ser excessivamente pessedista.

Pergunta: O senhor havia falado então que no governo Celso Peçanha o senhor estava tratando de sua candidatura.

Badger da Silveira: Ah, já.

Pergunta: Como surge a sua candidatura? Como foi escolhido seu nome?

Badger da Silveira: Bom, quando dessa reunião para eu ser eleito presidente do partido, eu achava que devia ser presidente do partido para poder consolidar uma liderança e depois encaminhar para entregar o partido para outro e inclusive escolher um candidato ao governo do estado. Nessa reunião já lançaram meu nome como candidato. Eu não aceitei de imediato mesmo porque eu achava que eu era inelegível. Pela Constituição eu era inelegível pelo fato de ser irmão do Roberto. A Constituição dizia que era inelegível o irmão do governador que exercesse o período anterior, uma coisa assim. Eu pessoalmente achava isso. Mas achava também que não devia dizer que não queria de maneira nenhuma porque já tinha 10 candidatos pretendentes ao governo do estado.

Pergunta: Quais eram os pretendentes?

Badger da Silveira: Tinha o José Alves de Campos, tinha o Aarão Steimbruch, tinha o Paiva Muniz, tinha o Cordolino Ambrósio, tinha o Bocayuva Cunha. De pelo menos esses cinco eu me lembro, mas tinha outros pretendentes. De forma que a minha candidatura podia pelo

menos transitoriamente caminhar para a consolidação de uma liderança no partido capaz de impedir o esfacelamento do partido com a morte do Roberto.

Pergunta: Havia essa ameaça?

Badger da Silveira: Havia porque o PSD era um partido de raposas. O PTB sempre foi um partido a reboque do PSD. Então seria muito difícil, o partido sem um ponto comum de interesses ia se dividir. Ia uma parte para o PSD, outra... Então eu fui sustentando essa idéia da minha candidatura porque os outros também estavam pretendendo desde que não pudesse ser eu. Aí fizemos consulta ao [Orosino?] Nonato, a vários constitucionalistas como Temístocles Cavalcanti...

Pergunta: Havia a unanimidade de escolher seu nome?

Badger da Silveira: Quanto ao meu nome havia uma unanimidade. Mas a minha retirada podia criar uma situação de divisão dentro do partido.

Pergunta: Isso tinha alguma relação com a popularidade do Roberto da Silveira?

Badger da Silveira: É claro. Evidente. A minha eleição, vamos dizer 80% se deveu ao fato de eu ser irmão do Roberto. O estado do Rio sofreu aquela comoção e houve um movimento sentimental em torno do meu nome por causa do Roberto. Evidentemente isso aconteceu. E eu só pude realmente consolidar a minha chefia, a minha liderança dentro do PTB graças a esse apoio que eu tinha de todos os representantes de diretório do interior, muito por causa do Roberto.

Pergunta: Como foi a convenção que sufragou seu nome? Como foi todo esse processo?

Badger da Silveira: Aí então houve, um ano depois, talvez não tivesse chegado nem a um ano, algum tempo depois, a coisa foi crescendo, crescendo, as repostas às consultas foram favoráveis, do Temístocles Cavalcanti, do [Orosino?] Nonato, de um que foi ministro da Justiça do governo do Castelo Branco, depois foi ministro do Supremo Tribunal Federal e se aposentou, esqueci também o nome dele, mas era um homem de muita [?]. Eu esqueci o nome dele, estive com ele até pessoalmente. Tive um contra, era um jurista cearense, como era o nome dele? Eu fui lá com uns amigos para pedir o parecer dele e ele falou: “Olha, o meu parecer é contra. Por isso, por isso, por isso. Agora, não darei esse parecer contra porque eu tinha uma admiração muito grande pelo seu irmão. Então, se os adversários seus me procurarem, eu não darei parecer.” Um cearense, não me lembro mais o nome dele.

Aí começou. Eu tinha a grande maioria dos diretórios comigo e quando chegou na convenção apenas apareceram postulando o Zé Alves, de Campos, e o Aarão Steimbruch. Mas eles não tiveram voto nenhum. Por conseguinte, eu fui candidato por unanimidade. E ainda com liberdade para escolher um candidato a senador e o candidato a vice-governador. Nessa eleição houve duas vagas de senador. Uma indicaram o Zé Alves, ele pleiteou e foi escolhido. E a outra cabia a mim fazer uma composição com um nome que pudesse trazer votos.

Eu havia assumido um compromisso com o Vasconcelos Torres, não sei se me referi a isso. Quando eles pleitearam o impedimento do Roberto e eu fiquei assustado, apavorado

com a possibilidade deles impedirem o Roberto e o Roberto piorar, agravar o estado de saúde dele, eu convoquei o estado-maior do PTB e disse das minhas preocupações. E falei que precisava desmascarar isso na Assembléia antes que eles votassem e insistissem. Porque realmente, se eles fossem lá e fizessem um exame médico, com uma junta médica, o Roberto estava todo enfaixado, não podia se mexer, não podia assinar, podiam realmente votar o impedimento dele. Então havia a necessidade de um nome para denunciar isso. E o Bocayuva lembrou: “O nome é Vasconcelos Torres.”

Pergunta: Que não era do PTB.

Badger da Silveira: Era do PSD. Então eu falei para o Bocayuva: “Você procura o Vasconcelos e conversa com ele.” O Vasconcelos telefonou para mim, do Rio, eu estava em Petrópolis com o Roberto ainda doente, e falou: “Vou fazer isso porque acho que é uma indignidade o que estão querendo fazer com o Roberto, mas sei que vou arriscar a minha carreira política.” E eu falei: “Olha, Vasconcelos, eu assumo um compromisso com você em nome do Roberto. Você terá a vaga que você quiser dentro do PTB para concorrer ao que você quiser.” E ele então quis concorrer a senador.

Pergunta: [?]?

Badger da Silveira: Do Roberto?

Pergunta: Não.

Badger da Silveira: Ah, do meu governo. Então eu fiz uma composição com o Partido Democrata Cristão que indicou o vice-governador que foi o dr. Atanagildo Ferraz. E que não se elegeu, se elegeu o João Batista da Costa.

Pergunta: Parece que houve um grau de recurso ao registro de sua candidatura...

Badger da Silveira: Foi. O João Batista da Costa e o Tenório entraram com recursos contra a minha diplomação.

Pergunta: Eu digo o registro de sua candidatura a governador.

Badger da Silveira: Ah, foi. Eles entraram com recursos contra o registro da minha candidatura.

Pergunta: O Tenório também? Porque há uma declaração do Tenório, na *Luta Democrática*, a favor da aprovação do seu registro como candidato.

Badger da Silveira: Não, mentira dele.

Pergunta: Falando que o senhor também era um homem do povo, como ele mesmo.

Badger da Silveira: Não, isso foi no princípio. O jornal dele daí deve ter se modificado muito. É possível até que ele tenha dito isso, mas ele entrou com um recurso contra o registro

da minha candidatura alegando a inelegibilidade. Tanto que eu fui para Brasília e esse recurso contra o registro da minha candidatura, por um triz que não perco, que não sou registrado. Era porque eu conversei muito com os ministros e graças ao Tenório, à candidatura do Tenório, eu fui registrado. Pelo seguinte: todas as pesquisas me davam em primeiro lugar e em segundo lugar o Tenório. Então, o que se podia pensar? Que se eu não fosse candidato, o Tenório teria chance de ganhar. E todo mundo tinha medo que fosse o Tenório o governador do estado do Rio. Principalmente aqui.

Pergunta: Todo mundo quem, dr. Badger?

Badger da Silveira: Todo mundo de bom senso aqui no estado. Havia um desembargador, aliás eu me dava muito bem com ele pessoalmente, um homem de bem, mas tinha essa doença do coronel Feio. Ele não era pessedista, ele era amaralista. O que o Amaral quisesse, ele estava disposto a fazer. E não interessava ao PSD a minha candidatura. Porque se eu não fosse candidato, o PTB podia, como eu disse anteriormente, se dividir e o PSD seria o aquinhado por essa divisão do PTB. E tinha um candidato do PSD que era o Paulo Fernandes. Então, esse desembargador que era do Tribunal Superior Eleitoral, eu soube que ele... um membro do Tribunal, que era meu amigo pessoal, Humberto [Silveira?] de Carvalho, que era membro do Tribunal e meu amigo pessoal, já morreu até, me disse: “Olha, Badger, você vai ter dois votos lá, o meu e o do Alcides Ventura. Os outros você não vai ter.” “Mas por quê?” “Porque o relator é o desembargador Ferreira Pinto e ele está com o relatório pronto e procurando trabalhar os outros juízes contra o registro da sua candidatura.” Então eu pedi uma audiência ao desembargador, ele me recebeu muito bem e nunca podia pensar o que eu ia conversar com ele. E eu falei: “Olha, desembargador, eu vim aqui porque soube que o voto do senhor vai ser contra o registro da minha candidatura.” “Ah, o senhor não pode saber disso.” E eu falei: “Posso. Tanto posso que eu sei. Agora, vim apenas prevenir o senhor do seguinte: se o Tribunal negar o registro da minha candidatura, eu vou fazer um apoio ao Tenório Cavalcanti. Então o PTB vai apoiar o Tenório, eu vou correr para senador e tudo bem, nós vamos dar tudo: vice-governador, dois senadores e o Tenório governador do estado.” E ele falou: “Mas isso é uma loucura! O Tenório Cavalcanti!” Eu falei: “Pode ser loucura, mas o que nós vamos fazer?”

Pergunta: Por que essa oposição contra o Tenório?

Badger da Silveira: Todo mundo sabe, é notório! O Tenório era um pistoleiro. Ele deixou de ser pistoleiro quando aposentou-se. Mas era realmente um pistoleiro, um homem sem escrúpulo nenhum, corrupto. Era um desses fenômenos da política do estado do Rio, fruto daquele ambiente da Baixada Fluminense. Então o desembargador ficou apavorado com a história. Eu saí, mostrei a ele as pesquisas do Ibope, que a minha posição era a de líder e depois a do Tenório. Lá embaixo vinha então o candidato do PSD, o Miguel Couto etc. Logo que eu saí, telefonou um político da Baixada, um deputado, Egídio [?]. E falou com ele: “Desembargador, nós estamos muito preocupados com o registro da candidatura do Badger. Porque se for negada, nós aqui da Baixada Fluminense vamos fazer um acordo com o Tenório. Se o PTB não fizer, nós da Baixada Fluminense faremos. Porque é preferível fazer um acordo com esse bandido agora do que ficar debaixo do [?] dele aqui na Baixada depois dele governador.” Resultado: ganhei por unanimidade aqui. E quando em Brasília...

Pergunta: Houve o grau de recurso ao Tribunal Superior Eleitoral.

Badger da Silveira: É, houve o grau de recurso impetrado pelo Tenório e pelo João Batista da Costa. Não! João Batista não, impetrado pelo Tenório. O João Batista nesse tempo ainda não...

Pergunta: Contra o registro da sua candidatura. No TRE foi o Tenório também quem impetrou?

Badger da Silveira: Foi o Tenório. O João Batista, contra o registro da minha candidatura ele não impetrou não. Impetrou depois, o João Batista. E que acabou retirando por um fato que eu vou contar. Mas aí eu fui para Brasília e a situação também estava assim. Estava praticamente o Tribunal contra mim. Eu conversei com o relator — esqueci o nome dele — umas duas horas ou mais sobre a política do estado do Rio. No final ele bateu na minha perna e falou: “Vá, vá tranquilo.” E realmente eu saí tranquilo, confiante.

Tinha um outro ministro que todos me diziam, e ele não fazia segredo não, que ia votar contra mim porque eu era comunista. Ele não fazia segredo disso não. Eu pedi uma audiência, ele não quis me receber, mas eu forcei, forcei e ele acabou me recebendo. Então eu disse a ele que estava preocupado com o voto dele porque se ele votasse contra mim por razões jurídicas, eu aceitaria tranquilamente. Mas acontece que qualquer que fosse o fundamento, o voto dele ia ser dado contra mim porque ele pensava que eu era comunista. Mas eu não era comunista, eu rejeitei o apoio do Partido Comunista. Na ocasião eles realmente, eu tinha vários amigos, são meus amigos até hoje, alguns já morreram, era o Afonso Celso Monteiro, era o secretário-geral, quem manobrava o partido aqui, eu me dava muito com ele, depois foi embora para a Bolívia e eu nunca mais vi. Era um médico mas ele não exercia a medicina, exercia mais a profissão de consultor.

Pergunta: O Adão Pereira Nunes?

Badger da Silveira: Não. Mas tinha o Adão também. Todos eles se reuniram e decidiram apoiar a minha candidatura.

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

Badger da Silveira: Bom, o início da campanha foi desordenado. Eu ia no norte e fazia um comício, ia na Baixada e fazia um comício rapidamente. Não tinha nada ainda efetivamente planejado. Mas depois, reunindo os elementos do Partido Trabalhista etc., tentamos fazer acordos com os outros partidos. Mas não conseguimos. Isso no início. O Miguel era o candidato do PSP, o PSD que era o grande monolítico, não ia abrir mão das suas forças, então nós acabamos com o único partido que me apoiava: o PDC. Mas o PDC tinha uma organização, mas os que tinham voto eram o Jeremias, em São Gonçalo, e o Dail de Almeida aqui em Niterói. Porque o mais, tinha o... que foi deputado pelo PDC lá de Petrópolis; Werneck, professor Werneck, esse me apoiou. Mas em São Gonçalo por exemplo eu ganhei por muito poucos votos. Se o Lavoura tivesse me apoiado, eu teria vencido com quase 80% porque a grande força eleitoral em São Gonçalo, na época, era o Lavoura. E o Jeremias, que vivia à sombra do Lavoura.

Pergunta: O Jeremias estava começando, não? E era candidato a deputado estadual?

Badger da Silveira: Candidato a deputado federal. E ele correu na chapa do PTB, o Jeremias. Depois, fomos colocar a coisa na mesa e fazer um plano de campanha eleitoral. Fiz um levantamento e oito municípios representavam mais de 60% do eleitorado. Então eu tinha que concentrar a minha campanha mais nesses oito municípios, evidentemente não desprezando os outros. Esses municípios eram os quatro da Baixada, Niterói, São Gonçalo, Petrópolis, Campos, e no sul, Volta Redonda, Barra Mansa. Nesses municípios eu então concentrei mais a minha campanha. Eu adotei uma estratégia de campanha que era a seguinte: onde o Miguel era forte, o meu adversário era o Miguel. Então eu fazia uma campanha tremenda contra o Miguel porque o sujeito que era contra o Miguel lá, votaria em mim. E assim fiz. Na baixada eu concentrei toda a minha campanha contra o Tenório. E deu um resultado extraordinário porque havia urna em que tinha Tenório e eu, mais ninguém; os outros não apareciam. Então houve aquela [?] grande. Eu fiz de propósito. E a campanha contra o Tenório — Tenório mudou foi nesse dia —, era aniversário de São João do Meriti, que fazia 14 anos de autonomia municipal, a Câmara fez uma sessão solene comemorativa. E um jornal, desses jornais ali da Baixada, deu o título de melhor prefeito do ano ao Ário Teodoro, que era o prefeito de São João do Meriti.

Pergunta: Ário Teodoro também estava começando?

Badger da Silveira: O Ário era prefeito e do PTB. Era candidato a deputado federal e o presidente da Câmara seria o candidato a prefeito, era o [Valdoner?]. Então eles me convidaram para entregar o troféu ao Ário. Eu já estava começando como candidato, mas ainda estava iniciando, aquele período que eu falei da campanha. Quando eram oito e meia, nove horas, já tinham falado vários oradores, inclusive um estudante tinha prestado uma homenagem à memória do Roberto, e na sala da Câmara só tinha gente do PTB. O presidente da Câmara era PTB, o Ário, prefeito, PTB, eu ia ali como petebista. E alto-falante na rua, a rua cheia de gente, essa coisa toda, quando aparece Tenório Cavalcanti acompanhado de uns seis ou oito capangas. Entrou, pediu licença, cumprimentou, sentou-se. Virou-se para mim e disse: “Ministro Badger, eu cheguei um pouco atrasado, mas gostaria de falar antes do senhor.” Eu falei: “Deputado, para mim tanto faz. O que eu vim fazer aqui é pouca coisa. O senhor pode falar antes de mim.” Aí foi dada a palavra ao Tenório e ele falou das 10 horas às 11h20. Ele falou uma hora e vinte minutos. Começou dizendo que ele não era candidato, que ele estava ali porque tinha sido um dos artífices da separação de São João do Meriti e que portanto ele tinha direito de estar ali etc. Na realidade, era mentira; ele tinha sido contra. Eu não sabia na hora, mas ele tinha sido contra a criação, o desmembramento. Então ele falou muito que não era candidato, mas fez um programa de governo, de estrada de rodagem, disso, daquilo. Falou uma porção de coisas. Uma série de coisas que eu fui tomando nota. Inclusive disse que tinha sido procurado em casa por dois batedores de carteira que foram se queixar porque não estava rendendo muito e além do mais tinham que dividir a metade para a polícia. Então, para espinafrear a polícia ele fez esse relato dos batedores de carteira. Disse que dava mil cruzeiros por dia às crianças pobres de Caxias. E uma série de outras coisas que eu não me recordo bem mas que eu fui anotando. E no final ele disse: “Ministro Badger, V. Excia. pode ser meu filho. E por isso eu quero lhe dar conselhos.” E começou uma série de conselhos. E terminou pedindo que fizéssemos uma campanha em alto nível, democrática, para que o povo não assistisse a debates inúteis, mais não sei o quê e tal. Quando ele

terminou, uma hora e tanto depois, o pessoal do PTB estava arrasado porque o candidato que tinha era eu, o Tenório vem e me dá conselhos. Então o pessoal estava completamente arrasado. Aí me deu a palavra “Senhor presidente, eu quero entregar este troféu ao prefeito Ário Teodoro que merece, quero agradecer ao jovem que prestou uma homenagem à memória de meu saudoso irmão Roberto da Silveira e a minha presença aqui já estaria justificada. Mas eu fui citado pelo ilustre deputado Tenório Cavalcanti. Deputado Tenório Cavalcanti, V. Excia. disse que não veio aqui como candidato. Mas fez um discurso de candidato. V. Excia. falou 1h20min sobre problemas da Baixada, sobre problema de água, sobre problema de transportes, principalmente sobre o problema da polícia. Então a idéia que V. Excia. deu aqui foi a de uma plataforma de governo.” Aí animou o pessoal do PTB, palmas e tal, já ficou mais ou menos assim. Depois eu falei: “V. Excia., deputado, disse que dois bateadores de carteira foram à sua casa se queixar de que o trabalho deles, se é que isso é trabalho, não estava rendendo porque tinha que dar metade para a polícia...”

[FINAL DA FITA 2]

2ª Entrevista : 19/11/81

Badger da Silveira: ...porque tinha que dar a metade para a polícia do estado. Na minha casa, deputado Tenório Cavalcanti, nunca entrou um marginal para confidenciar comigo.” O pessoal batia palmas! E ele ficava doido! Sentado na cadeira, virava para lá, virava para cá. E tudo aquilo que foi bobagem que ele falou, eu fui... Depois eu disse: “Deputado Tenório Cavalcanti. V. Excia, realmente, com essa sua aparência já de homem encarquilhado, barba branca, tossindo de vez em quando, tem idade para ser meu pai. Mas eu sou um homem muito vivido, deputado, para não aceitar conselhos de V. Excia.” Ele ficou doido, o Tenório! E depois falei: “V. Excia. é um homem muito rico, deputado. V. Excia. diz que dá Cr\$ 1.000,00 por dia para as crianças pobres de Caxias! Eu não posso dar nem Cr\$ 1,00 porque tenho sete filhos e na expectativa do oitavo que vem por aí.” E ele: “Pela ordem, senhor presidente, pela ordem!” Era o [Valdoner?] o presidente. “Mas deputado Tenório Cavalcanti, essa é uma sessão solene, não há questão de ordem aqui levantada.” “Mas fui citado aqui! Eu estou sendo citado!” Aí falou umas bobagens lá e saiu. Saiu danado da vida, pisando duro. Então eu fixei aí a minha candidatura, a minha forma de candidatura na Baixada Fluminense: combate ostensivo ao Tenório Cavalcanti. Combate ostensivo! E deu um resultado muito bom. Como eu disse, havia urna em que o Miguel tinha dois votos, Paulo Fernandes não tinha nenhum. O coronel Edmundo então, esse não tinha voto quase nenhum.

Pergunta: Miguel Couto saiu por que partido?

Badger da Silveira: PSP. E aí então foi a campanha assim. Me lembro que toda vez que ia a Baixada Fluminense, eu recebia um recado: que eu não fosse porque Tenório estava preparado para... Mas toda vez que eu ia à Baixada, começava meu discurso dizendo: “Sou um homem que não tenho inimigos. Nenhum inimigo! Se alguma coisa acontecer comigo, foi por ordem do senhor Tenório Cavalcanti.” Isso eu fazia, evidentemente, para prevenir. Porque ele podia, ou um elemento dele...

Mas me lembro que um dia eu estava em uma praça de São João do Meriti onde o Tenório fazia um comício. Eu ouvi o comício. Ele não sabia que eu estava ali, evidentemente. Então

ele disse: “Antes, me chamavam de pistoleiro. Hoje, o senhor Badger da Silveira me chama de comunista.” Aí continuou. No dia seguinte tinha um comício nosso no mesmo lugar. Então eu falei: “Ontem esteve aqui um candidato, cujo nome nem vou pronunciar porque não há necessidade, mas que disse que antes o chamavam de pistoleiro, e que hoje eu o acuso de comunista. Não é verdade. Eu continuo chamando-o de pistoleiro, porque realmente ele é um pistoleiro e todo mundo na Baixada Fluminense sabe disso. Não o chamaria de comunista porque eu não faria uma injustiça dessa aos comunistas.”

A campanha foi assim até no último comício que eu fiz, na Fábrica Nacional de Motores. Foi debaixo de uma tensão muito grande porque nós chegamos e o Braulino, que era presidente do PTB, me chamou e falou: “Badger, não vamos ter comício não. Ou então, você não vai falar.” “Mas por quê?” “Porque a capangada do Tenório está toda aqui. Tem parece que cinco ou seis carros, todos eles com homens armados até de metralhadora e nós estamos com receio. Inclusive consta que o Tenório está também.” “Não tem problema não, se vocês não querem que eu fale vamos fazer o seguinte: eu não falo nada. Eu falo só sobre programa aqui da Baixada, que vamos resolver o problema de água.” “Então está bem.” “Mas eu quero o seguinte: fica gente atrás de mim porque eu não quero ser morto por trás não, pelas costas.” Aí chegamos no palanque, oradores, ninguém falou nada. Quando chegou na minha vez eu disse que sabia que seu Tenório estava ali. Se não estivesse, pelo menos a capangada toda estava ali. E que se acontecesse alguma coisa, o responsável era ele, seu Tenório Cavalcanti porque do nosso lado não tinha ninguém armado, que eles podiam fazer a carnificina que quisessem. Espinafrei! O resultado foi que acabou ali, não houve nada, mas eu fui empurrado para dentro de um carro que eu nem sabia qual era e me tiraram lá de Caxias.

Tinha cada coisa pitoresca na campanha! Em São João do Meriti tinha uma dona Maria, eu esqueci o sobrenome dele. Era herdeira de um ponto de bicho lá na Baixada. Então ela tinha um influência! No dia de Cosme e Damião, todo ano ela fazia uma distribuição grande de brinquedos, doces, balas a toda a criançada. E fazia uma procissão carregando São Cosme e São Damião que ia da igreja até a casa dela ou uma coisa assim. Então o Ário me convidou para assistir à missa no dia de Cosme e Damião e eu fui. Quando eu cheguei estava uma discussão dela com o padre. É que duas irmãs dela entraram com Cosme e Damião e uma outra pessoa ia entrar com [Doum?], que é um irmão de Cosme e Damião. Mas o [Doum?] não era santo e era muito cotado no terreiro de macumba. Então o padre não quis permitir a entrada de [Doum?] e a dona Maria queria por força a entrada. Então o padre apelou para mim, o que eu achava. E eu disse: “O senhor tem toda a razão. [Doum?] fica lá. Depois, de lá ele segue com a procissão, não tem problema. Mas aqui na igreja, se ele não é santo e o senhor não quer que ele entre, não vai entrar. Dona Maria, tenha paciência!” Aí ela acabou concordando e o [Doum?] ficou de fora. E quando nós fomos saindo, tinha uma banda de música que o maestro era o Jararaca. Lembra de uma dupla, Jararaca e Ratinho? O Ratinho não estava, era o Jararaca, que morreu há pouco tempo, era quem estava como maestro dessa pequena banda de música. A dona Maria segurando um andor, eu ali acompanhando, aquela multidão atrás, foguete, íamos caminhando e tal. De repente a dona Maria dizia: “Pára!” Aí parava todo mundo, parava a música, e ela ia dar satisfação a um vizinho lá, falava qualquer coisa, solidário com a dona Maria que fazia lá um pequeno discurso e tal. Aí a dona Maria: “Toca para a frente!” E o Jararaca, banda de música, e nós fomos naquilo até chegar no ponto da distribuição dos doces, brinquedos.

Cada lugar tinha uma característica. A coisa que mais incomodava em um comício era o bêbado, um sujeito bêbado. Eles ficavam na frente do palanque, embriagados, e a gente,

“coisa e tal”, “apoiado!”, “muito bem!”. E daí começava e tirava a atenção de todo mundo. Então a gente tinha um grupo que era para cuidar dos bêbados. Eu designava fulano, beltrano, cicrano, “não deixem”. A técnica era convidar o sujeito para beber. Então levava o sujeito para o botequim, ficava bebendo com ele lá, ele distraía e deixava o comício em paz. Mas tinha um sujeito que era Jânio Quadros, doente pelo Jânio Quadros, ali em Nilópolis. Baixinho, o apelido dele era Janinho. Esse Janinho bebia, ia para os nossos comícios e fazia uma [?] lá medonha! Então tinha um rapaz alto, forte, não vou dizer o nome dele porque vou dizer que ele não era muito equilibrado, era meio desequilibrado. Eu falei com o Flávio: “Toma conta do Janinho que ele está aí e vai atrapalhar o comício.” Aí o Flávio falou com esse rapaz: “Toma conta do Janinho, na hora que ele começar qualquer coisa...” Daí a pouco nós escutamos um esganiçado, mandei o Flávio ver o que era, era o sujeito esganando o Janinho. Se não fosse o Flávio, ele matava o Janinho.

O Flávio, muito meu amigo, me acompanhava de perto. Eu nunca bebi. Assim, uma cerveja Malzibier uma vez ou outra, mas nunca fui de beber. Mas em uma campanha eleitoral, é difícil o sujeito não beber. Porque você chega, “ah, vamos tomar uma cerveja” e tá, cerveja no copo. Ou então, “uma cachacinha”, e vinha a cachaça. E às vezes era ofensivo o candidato não querer beber. Eu geralmente dizia que não bebia, “não bebo, não quero”, mas tinha oportunidade que não dava. Então ia um compadre meu, que gostava de beber e ficava perto de mim. E o Flávio levava sempre uma garrafa d’água e uma garrafa de guaraná. Quando era *champagne*, o Flávio em um instante trocava e botava na minha mão uma taça de guaraná. Se era cachaça, ele me dava um copo com água. E passava para esse meu compadre, para o Edil. Então, quando chagava de noite o Edil estava em um porre danado e eu não tinha bebido nada. Não bebia mesmo. Mas um dia, em Pádua — ou Cambuci? Pádua. — tinha um sujeito, um fazendeiro que tinha orgulho da aguardente que fazia. Era Aguardente Teixeira. Nós estávamos em uma sala pequena, uma mesa, e ele foi lá, apanhou um garrafa da cachaça, de 30 anos atrás, e abriu em homenagem a mim. Eu fiquei em uma situação difícil porque eu nunca bebi um golinho de aguardente. E a filha dele viu a manobra do Flávio trocar a taça de cachaça por uma de água. Aí foi um pouquinho de mal-estar com a moça. Mas aí eu provei. Disse que realmente eu não bebia não mas que aquela cachaça eu não podia deixar de provar e tal.

Então tinha essas coisas pitorescas em uma campanha eleitoral.

Pergunta: [?]

Badger da Silveira: Não, tinha uma moça filha de uma vereadora do PTB. Essa moça, toda vez que eu chegava ela vinha para o palanque e ficava do meu lado. E aquilo me dava... Às vezes aquilo era filmado para passar em cinemas, ali na Baixada não tinha problema, mas fotografia, essas coisas, eu não gostava daquela moça. E falei com o Flávio: “Dá um jeito e tira essa moça de perto de mim.” E o Flávio falou com ela: “Sai daí.” “Ah, não saio.” Então ele pisava no pé dela, pisava e pisava, machucava e acabava ela saindo de perto. Acabou que ela não chegava mais perto de mim.

Outro fato interessante. Uma coisa que eu exigia era alimentação. Porque às vezes saía, primeiro, segundo dia, não havia como almoçar e comia qualquer coisa. Eram uns bolinhos fritos, salgadinhos lá pelas três horas da tarde. E aquilo me dava dor de cabeça, eu não tinha resistência para aquilo. Então estabeleci: eu ando até no máximo uma hora. À uma hora, uma e meia eu quero almoçar, seja onde for. Mas sem aqueles teimosos em fazer aquela mesa com bolinho, fritinho, aquelas coisas. E tinha o tenente Santa Rita, nosso candidato a

vereador. Um homem ativo e tal, nordestino. Alto-falante na rua, eu andava de um lado para o outro, cumprimentando uma casa, cumprimentando outra, cumprimentando uma casa, cumprimentando outra. E o alto-falante, a turma distribuindo retrato meu, da minha família. Enfim, uma campanha popular mesmo! E na Baixada tinha vários bairros que não tinha esgoto. Até hoje deve ser também, há muito tempo que eu não passo por lá. Mas não tinha esgoto, tinha aquela vala negra nos cantos das ruas, imundo. E eu vinha, pulava para cá, pulava para lá. Uma hora o Santa Rita foi pular, errou o pulo e caiu na vala. Sujou a perna toda, mas saiu atrás de mim. No final, nós fomos para a casa dele. Em uma mesa menor do que essa um pouco, sentava o Santa Rita lá, eu aqui, o Vasconcelos Torres aqui e aqueles salgadinhos todos em cima da mesa. O Santa Rita foi oferecer o lanche fazendo um discurso, mas ele falava e saía tanto perdigoto que caía em cima daqueles biscoitinhos, daquelas coisas que a gente pensava em como ia comer aquilo. Ele falando e tal, e atrás do Vasconcelos Torres estava o Flávio, esse amigo meu. Uma hora, o tenente Santa Rita, quando ele fez assim, saiu um catarro da boca dele e o Vasconcelos só fez assim [risos], baixou assim, *pou*; na testa do Flávio. Nós rimos muito naquele dia.

Pergunta: O senhor fala mais no Vasconcelos Torres. Do Zé Alves o senhor não...

Badger da Silveira: Apoiava os dois, mas o Vasconcelos era muito mais político, muito mais esperto e não me largava, ficava colado comigo o tempo todo. E o Zé Alves não tinha muito gosto para gastar dinheiro, todo mundo sabia que ele era um dos donos daquela cachaça Praianinha. Então, na Baixada Fluminense todo mundo queria uma garrafa da cachaça Praianinha. Mas ele em vez de dar uma garrafas, dava uma miniatura de garrafa de cachaça e às vezes distribuía no copo a cachaça. O pessoal ficava furioso com o Zé Alves; acabou perdendo a eleição.

Pergunta: Dr. Badger, como era seu programa de governo? Qual era a sua proposta e como o senhor via os problemas sociais do estado do Rio na época da eleição?

Badger da Silveira: Bem, o Roberto, eu disse aqui, foi o primeiro a iniciar um plano de governo. O Amaral teve alguns. Por exemplo, no Departamento de Estradas de Rodagem ele tinha uma certa planificação. No mais não tinha. E o Roberto começou a fazer uma planificação também e não fez, não chegou a fazer. Eu organizei um grupo de planejamento, chamei técnicos, organizei. Além de técnicos em determinados setores, por exemplo na seção jurídica eu convidei o Jalmir Fontes, que hoje é desembargador e era juiz de menores, para ficar afeto a esse problema social dos menores. E era para ele me oferecer então um plano estudado etc., junto com o Sigmaringa Seixas e o [Estil?]. Então essa parte de planejamento da Justiça, envolvendo problema de menores, carcerário etc., ficou afeto a esse grupo. Tinha grupo de planejamento só de estrada de rodagem. Tinha outro grupo de planejamento de saúde pública. Então eu tive realmente planos de governo. E no final de minha campanha, toda ela foi baseada nesses planos que esses grupos haviam me apresentado. Eu cheguei a publicar um plano de governo.

Pergunta: O senhor tem [?] desse plano?

Badger da Silveira: Aí é que... Eu não sei se naquele arquivo meu tem. Mas eu vou procurar alguns elementos que faziam parte desse órgão, que depois eu oficializei. Ele era um órgão

particular, vamos dizer, para servir à minha campanha eleitoral. Depois então ele foi criado por lei. Seplan ou Comissão de Planejamento, tinha um nome que continuou no meu governo a prestar serviços de planejamento.

Pergunta: Dr. Badger, sobre essa pergunta que o Mário fez, eu vou fazer de outra forma. E a mensagem dos outros candidatos, do Tenório, do Paulo Fernandes, Alberto Torres? Quais eram as mensagens dos outros candidatos, principalmente do Tenório?

Badger da Silveira: Você sabe que o Tenório foi apoiado pelos comunistas, o que me deu o registro. Porque se o Tenório não tivesse sido apoiado pelos comunistas, e se eu tivesse sido apoiado pelas comunistas, eu não teria tido o meu registro. Por isso que eu rejeitei...

Pergunta: Mas por que houve esse apoio dos comunistas ao Tenório?

Badger da Silveira: Porque eu não aceitei o apoio do Tenório.

Pergunta: Houve uma declaração de Luiz Carlos Prestes dizendo que o senhor teria pedido o apoio dos comunistas.

Badger da Silveira: É mentira dele. Bom, eu podia dizer que tanto é que eles apoiaram o Tenório. Mas eles foram me procurar, o Rubem Vanderlei, o Adão Pereira Nunes, esse menino que foi seveciado, apanhou à beça aí... Você falou o nome dele.

Pergunta: Adão?

Badger da Silveira: Não. Afonso Celso! Eu estava saindo ali da Associação Comercial, a gente reunia ali, quando eles se encontraram comigo, vieram me trazer a boa notícia de que tinha o Partido Comunista decidido apoiar a minha candidatura. Então eu disse que não aceitava. As razões que eu apresentei não eram as razões verdadeiras. Eu disse a eles que não tinha condição porque eu não queria confundir o eleitorado. Porque o Afonso Celso, na minha frente, fazia um discurso marxista, comunista. Se eu me omitisse, estaria concordando com o discurso dele. E se eu o contradissesse, eu estaria criando uma situação de dificuldade para o eleitor. A verdade não foi bem essa não. Se eu tivesse o apoio dos comunistas naquela ocasião, eu teria vencido com mais de 60%. Mas eu não quis porque tinha certeza absoluta que o Tribunal negaria o registro da minha candidatura se eu tivesse o apoio dos comunistas.

Mas não é verdade. Eu só estive com o Prestes quando eu já estava no governo. Eu era governador e fiz acordo com o PSD, com o PSP, com todos os partidos que me deram um apoio legislativo de 50 deputados em 62. Os comunistas tinham cinco deputados e a UDN tinha sete. Então eu não quis acordo com a UDN porque seus sete deputados não obedeciam a liderança nenhuma; cada um respondia por si. E os comunistas eu também não queria porque senão eu ficava com a unanimidade, sem uma oposição ao governo. E com 50 deputados eu tinha. Além do mais, os comunistas tinham uma linha a seguir que chocava às vezes com a minha linha de administração. Por exemplo, eles estavam envolvidos naquela campanha de invasão de terras, todos eles.

Pergunta: O senhor saberia citar algum nome dos comunistas?

Badger da Silveira: Ah, Afonso Celso, o Afonsinho...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

Badger da Silveira: ...muitos elementos dos planos do meu governo e entreguei a um escritório no Rio, por indicação de elementos do PTB, não sei se o Bocayuva. Eu não me lembro mais quem era. E esse camarada, esse chefe desse escritório, que eu mandei ele resumir todo o programa, me apresentar para eu mandar os meus elementos dar uma checada e tal, ele foi procrastinando, procrastinando de me entregar... De repente sai o Tenório com esse programa meu. Ele era membro do Partido Comunista, esse chefe desse escritório, e aproveitou todos os dados dos levantamentos que eu tinha e fez o programa do Tenório.

Pergunta: Quer dizer, o programa do Tenório lançou era o seu programa.

Badger da Silveira: Era o meu programa, que eu lançaria depois, evidentemente com mais cuidado porque o do Tenório foi muito atabalhoado. O camarada da *Última Hora* pegou aqueles dados todos e foi publicando aquilo sem...

Pergunta: O Tenório lança bem em cima da [?]

Badger da Silveira: Foi, tanto o dele como o meu. Agora, o meu em etapas diferentes. Em pontos diferentes eu levava esse programa da minha campanha. O programa de saúde, interessava... Na Baixada Fluminense então, era a coisa mais fácil a gente falar em problemas ali da Baixada Fluminense, que não tinha nada solucionado.

Pergunta: Reforma agrária, por exemplo.

Badger da Silveira: Reforma agrária. Mas reforma agrária, eu entreguei a um padre jesuíta muito ligado aos camponeses aqui do estado do Rio, [?] Carvalho.

Pergunta: Que foi diretor do Plano de [?] Agrária do governo.

Badger da Silveira: Isso. O interessante é que depois que eu fui deposto, um compadre meu de Campos me telefonou dizendo que o coronel fulano de tal queria falar comigo. Esse coronel também era compadre dele.

Pergunta: Do Padre Carvalho?

Badger da Silveira: Não, desse amigo meu de Campos. Ele me telefonou, de manhã cedo, “conhece o coronel...?” “Conheço.” “Ela precisa muito falar com você.” E me deu o telefone e eu liguei para esse coronel. “Coronel, o senhor quer falar comigo?” “Quero sim, dr. Badger. É o seguinte: eu sou presidente da comissão que está apurando o problema agrário do estado do Rio, da Supra. E o senhor foi citado muitas vezes aqui e eu queria então que o senhor viesse prestar um depoimento.” Eu falei: “Vou. O senhor me intima e eu irei prestar o depoimento.” “Mas eu não queria intimar o senhor.” “Bom, mas sem ser intimado, espontaneamente eu não vou prestar depoimento nenhum.” “O senhor devia vir porque seria melhor o senhor vir espontaneamente do que ser intimado.” Eu falei: “Não, eu não irei.

Se eu não for intimado, coronel, não irei. Agora, o senhor procura ouvir o padre Carvalho que é o homem da minha confiança à frente da Supra.” Era Supra? Superintendência de Reforma Agrária, um negócio assim. “Mas esse padre está muito comprometido.” Bom, então paciência. E eu fiquei esperando, esperando, nunca fui intimado. Alguns meses depois, esse meu compadre lá de Campos me telefonou dizendo que eu tinha sido excluído do inquérito por falta de provas contra mim.

Pergunta: Dr. Badger, e os outros candidatos tinham alguma mensagem?

Badger da Silveira: Não me lembro.

Pergunta: O que o senhor achava das outras candidaturas?

Badger da Silveira: Sinceramente, a determinada altura dos acontecimentos, eu cheguei à conclusão de que o páreo estava entre mim e o Tenório, que os outros não representavam nada.

Pergunta: Do outro lado, a mesma coisa. Tenório também achava isso.

Badger da Silveira: Também achava que o principal adversário deveria ser eu. Em uma certa altura, faltavam uns dois meses para as eleições, eu fui procurado pelo Paulo Fernandes, o candidato do PSD. Ele disse que estava representando o pensamento do Partido Social Democrático e que eles haviam decidido apoiar a minha candidatura, desde que o PTB apoiasse a candidatura dele, Paulo Fernandes, para vice-governador. Eu disse: “Olha, Paulo, o apoio do PSD nessa altura dos acontecimentos, é uma nomeação. Eu vou ser nomeado governador. Mas acontece que nós temos um candidato, que se chama Atanagildo Ferraz. Eu não vou solicitar isso dele nem exigir que ele retire a candidatura. Eu não tenho condição de fazer isso. Agora, vocês têm o direito de contornar isso, conversar com ele e ver se ele abre mão da candidatura em favor de uma vitória certa da minha candidatura. Mas eles conversaram com dr. Atanagildo e dr. Atanagildo não quis abrir mão. Ofereceram até a nomeação do dr. Atanagildo para ministro do Tribunal de Contas, para ele desistir. Ele veio conversar comigo que desistiria se eu pedisse a ele para desistir. Eu falei que não podia, que não tinha condição de pedir, que a decisão era pessoal, era dele, e o que ele decidisse estava certo.

[FINAL DA FITA 3-A]

Badger da Silveira: Ele aí resolveu continuar. Eu sabia que ele perderia as eleições porque quase todas as forças estavam para votar no João Batista.

Pergunta: Quem era esse Atanagildo?

Badger da Silveira: Era um médico de um distrito de Marquês de Valença, não sei se Santa Isabel, que foi presidente do PDC, fundou o PDC e lutou muito para que o PDC apoiasse a minha candidatura.

Pergunta: Dr. Badger, estamos falando mais do estado do Rio. E em termos do governo federal? Nesse momento, João Goulart é o presidente da República, na campanha de 62. Houve apoio do João Goulart à sua candidatura? Como foi o apoio do governo federal?

Badger da Silveira: O apoio do João Goulart à minha candidatura não foi ostensivo.

Pergunta: Por que, dr. Badger?

Badger da Silveira: Não sei. Mas não foi um apoio ostensivo. A impressão que eu tinha é que muita gente não acreditava na minha eleição, inclusive o presidente João Goulart. Muito depois eu senti que ele quis me ajudar. Ele me deu três lugares para indicar: dois diretores da Chevap e um diretor da Siderúrgica. E eu indiquei o Vandir de Carvalho para a Siderúrgica Nacional, e Augusto de Carvalho e José de Araújo Filho para a Chevap. Quando faltava uma semana para a eleição dos diretores da Siderúrgica, me apareceu um cidadão dizendo-se representante da Federação de Indústrias de São Paulo com um cheque de Cr\$ 50 milhões para ajudar na minha campanha eleitoral. Então eu disse: “Olha, eu sou um homem muito franco, muito objetivo e sei que a Federação das Indústrias de São Paulo não vai me dar Cr\$ 50 milhões, eu não gastei nem Cr\$ 20 milhões até agora, não vou gastar mais isso daqui para adiante, mas não vai me dar isso porque me achou simpático ou porque leu meu programa de governo e achou muito bom. Eu quero saber o que o senhor quer em troca.” Ele foi e disse: “Eu quero que o senhor me dê um bilhete, escrito do seu próprio punho, ao presidente indicando fulano de tal para diretor da Siderúrgica.” E eu falei: “Não, não posso fazer isso. Primeiro porque eu não considero o cargo meu, considero do partido. E como sendo do partido, eu indiquei o homem que devia ser, o presidente do partido lá em Volta Redonda.” “Mas o presidente João Goulart tem interesse.” “Bom, se o presidente tem interesse, quem pode mais pode menos. O cargo é dele, ele faz a indicação que quiser. Ele pode indicar. Agora, eu não peço para ninguém a não ser para o Vandir de Carvalho.” Esse cidadão ficou mais de meia hora querendo me convencer de que eu deveria aceitar os Cr\$ 50 milhões porque o Jango me dava toda a cobertura política que eu quisesse. Evidentemente eu não aceitei e o Jango foi correto porque nomeou aquele que eu havia indicado. Por isso eu penso que, como eu lutei com uma dificuldade de dinheiro muito grande na minha campanha eleitoral, foi um meio que ele arranjou para poder dar dinheiro para a minha campanha. Mas não tive nenhuma atitude dele a não ser... Ele não veio aqui no estado do Rio nem uma vez para fazer um comício, para falar, etc.

Pergunta: Nem no início do governo?

Badger da Silveira: Não. E o senhor Leonel Brizola, que foi apoiado pelos comunistas da Guanabara, ele também boicotou o máximo possível a minha candidatura aqui.

Pergunta: Brizola nesse momento era candidato a Deputado Federal.

Badger da Silveira: A deputado federal no Rio de Janeiro.

Pergunta: Não, na Guanabara.

Badger da Silveira: Foi aquela votação grande que ele teve, duzentos e tantos mil votos, porque teve o apoio dos comunistas e tinha vindo do sul com aquela auréola de defensor da democracia, aquela coisa toda.

Pergunta: Quer dizer que não sua opinião não houve um apoio ostensivo do governo João Goulart à sua candidatura?

Badger da Silveira: À minha candidatura, não. Agora, depois de governador... Bom, apoio ostensivo não. Mas ele me deu esses três cargos. Evidentemente foi para me fortalecer. Ele não teve assim uma atitude de dizer que o presidente da República estava me apoiando. Ostensivamente, não teve. E o Leonel Brizola me hostilizou de certo modo na campanha. Quem estava com ele era aquele Rolland Corbusier, que era do PTB da Guanabara e vinha fazer comício para o Tenório aqui no estado do Rio. E todo mundo pressionando Leonel Brizola a dar uma palavra a meu favor. Quando faltavam uns cinco dias ou três dias para terminar a campanha eleitoral é que ele fez uma mensagem dizendo que estava a meu favor e tal. Mas assim muito...

Pergunta: Quem efetivamente apoiou a sua candidatura nas eleições de 62? A gente já sabe que o PDC apoiou a sua candidatura.

Badger da Silveira: O PDC e o PTB.

Pergunta: Em que bases se deu esse acordo com o PDC? Como foi isso? Porque há uma menção, aí vou botar o jornal do Tenório Cavalcanti, que um dos pontos teria sido que o senhor desenvolveria uma campanha contrária aos comunistas e contrária à reforma agrária.

Badger da Silveira: Não é verdade. Eu não fiz campanha nenhuma contra os comunistas. Eu só citei os comunistas nesse dia. E os comunistas estavam divididos aqui. A ala chinesa me apoiou, que era representada pelo Lincoln Oeste e outros elementos do Partido Comunista. Esses me apoiaram sem que eu tivesse qualquer compromisso com eles. E tinha muitos comunistas ligados ao Bocayuva, que trabalhavam na *Última Hora*, que me apoiaram. Porque a *Última Hora* me apoiou ostensivamente. Então, essa história não; eu tinha o melhor relacionamento com os comunistas. Evidentemente que quando eles passaram a apoiar o Tenório, passaram a me hostilizar, faziam uma campanha grande contra mim.

Pergunta: Eles falam que não teriam lhe apoiado porque o senhor não teria tido uma atitude mais decisiva na Campanha da Legalidade, na época da posse do João Goulart.

Badger da Silveira: Não, isso tudo é campanha de jornal. Pelo contrário. Na Campanha da Legalidade eu fiz vários comícios aqui em Niterói, vários comícios. Saí várias vezes. O que muitos queriam é que eu tomasse atitudes de fazer arruaça, uma série de coisas. Isso eu era contra, evidentemente. Nós queríamos defender a legalidade dentro da legalidade. Então fiz quantos comícios aqui na Martim Afonso, aqui nas barcas. Fiz muitos comícios, saí pelo interior. Isso era coisa do Tenório. Aliás, nós tínhamos um comitê, uma comissão composta de trabalhistas e comunistas.

Pergunta: Da ala chinesa?

Badger da Silveira: Não, nessa fase não era ainda, era de todas as alas para defender a legalidade da posse do Jango.

Pergunta: Dr. Badger, nós estamos falando da *Luta Democrática* etc. Um jornal que apoiou muito Roberto da Silveira e Badger da Silveira foi o *Diário Fluminense*, não?

Pergunta: O *Fluminense* também lhe apoiou.

Badger da Silveira: Não. O *Fluminense* apoiou o Roberto.

Pergunta: Eu andei lendo *O Fluminense* e me parece que eles ficaram bastante contentes com a sua eleição.

Badger da Silveira: Mas foi no finzinho da campanha eleitoral. Logo depois o jornal me deu um voto de confiança durante uma semana. Depois então começou a me combater.

Pergunta: Mas o jornal, no finzinho da campanha, chega a fazer campanha a seu favor. Era um jornal ligado à UDN e a UDN tinha um candidato próprio ao governo do estado.

Badger da Silveira: Foi o seguinte. No final, a situação entre mim e o Tenório estava quase que sem uma definição. Não se sabia se ganhava o Tenório ou ganhava eu. Apesar de que em todas as pesquisas do Ibope que eu fazia, eu estava na frente do Tenório. Quer dizer, eu estava quase certo de que ia ganhar do Tenório. Mas quando chegou naquela reta do finzinho da campanha, houve um certo temor das classes conservadoras de que o Tenório ganhasse. Aí virou de repente uma certa... Vinham artigos do *Jornal do Brasil*, do *O Globo* etc. a meu favor. Quase que dizendo mesmo que entre Tenório e Badger, melhor Badger. Isso evidentemente deve ter melhorado a minha votação em Niterói ou em algum centro mais conservador.

Pergunta: E o *Diário Fluminense*?

Badger da Silveira: O *Diário Fluminense* foi todo. Toda a campanha do Roberto e desde... Foi o primeiro jornal que falou da minha candidatura a governador do estado.

Pergunta: Que setores o *Diário Fluminense* representava? Ele terminou, está extinto.

Badger da Silveira: Está. O *Diário Fluminense* era um jornal pequeno. A tiragem dele não ia além de 400 exemplares por dia. Mas era um jornal mais ou menos dentro dessa faixa popular. E lançou a minha candidatura, defendeu a minha candidatura, apoiou o meu governo.

Pergunta: Nesse momento de 62 nós já falamos de João Goulart. E o papel de Carlos Lacerda que nesse momento era governador da Guanabara? Há alguma relação do estado da Guanabara em relação à sua campanha?

Badger da Silveira: Não. Em relação à minha campanha ele não teve interferência nenhuma. Nada, nada. Agora, depois que eu assumi o governo, uns tempos depois, o Carlos Lacerda veio aqui ao palácio. Veio aqui a pretexto de discutir problema de venda de armas na Baixada Fluminense. E dessa conversa nasceu a idéia de se criar uma comissão interestadual para resolver, cuidar dos problemas de interesse do estado do Rio e do estado da Guanabara. Mas isso já foi quase em cima do golpe.

[FIM DA 2ª ENTREVISTA]

3ª ENTREVISTA — 26/11/81

Pergunta: Dr. Badger, nós estamos iniciando a terceira rodada, nossa terceira gravação no dia 26 de novembro. O último ponto que discutimos na segunda rodada, no dia 19, foi a campanha eleitoral. Então agora nós vamos partir para as conseqüências das eleições de 7 de outubro de 62. Eu gostaria de saber como foi todo o processo de apuração eleitoral depois das eleições. Como era o processo de apuração eleitoral no estado do Rio?

Badger da Silveira: Bem, a apuração em vários municípios, a grande maioria dos municípios, inclusive Niterói, foi tranqüila. Aquelas juntas eleitorais, as mesas apuradoras, correu tudo muito bem, sem maiores conseqüências, sem recursos, um ou outro recurso. Agora, em Caxias houve muito tumulto, muito tumulto mesmo. Urnas impugnadas, urnas que vieram de determinados lugares sem acompanhamento da polícia, sem um vigilância em torno da urna. Isso houve. E eu fui grandemente prejudicado lá em Caxias por causa dessas fraudes que houve. Eu via, pelas últimas pesquisas que nós vínhamos acompanhando de perto, eu devia ganhar com uma diferença de 10 mil votos em Caxias. E ganhei apenas por 400 votos, justamente por causa dessas fraudes. E nas próprias mesas de apuração, de vez em quando telefonavam: “Dr. Badger, o senhor manda vir aqui alguém porque eles estão lesando aqui os elementos do PTB, inclusive seu nome também. Nós procuramos fiscalizar da melhor maneira possível. Mas de um modo geral, a apuração foi tranqüila em todo o estado do Rio.

Pergunta: Com base em quê o Tenório tentou impedir a sua diplomação?

Badger da Silveira: Com base na Constituição que dizia que, pelo fato de eu ser irmão do Roberto, eu estava impedido de concorrer à sucessão dele. Porque a Constituição parece-me que fala em impedimento no período anterior. E eles entendiam que o período anterior era o período dos quatro anos do governo do Roberto. Mas houve o entendimento de que o período se dividiu em dois. Então foi o período até quando o Roberto morreu e depois veio o Celso e o Janoti e houve essa interrupção no período governamental. E por isso eu pude ser candidato, fui registrado aqui e fui registrado no Tribunal Superior Eleitoral.

Pergunta: Me parece que o Tenório teria acusado o senhor de fraude também. Não teria sido com base nisso que ele tentou impedir a sua diplomação? Eu sei que ele entrou com um recurso mais tarde. Já depois do senhor ser governador mesmo, ele tenta cassar o seu mandato com base nisso de o senhor ser irmão do Roberto da Silveira e por isso seria inelegível. Mas logo após as eleições, o recurso com que ele entrou não teria sido alegando fraude eleitoral?

Badger da Silveira: Não, acho que não. Fraude eleitoral eu tenho a impressão que não. Eles se pegaram apenas nesse ponto da minha inelegibilidade pelo fato de ser irmão do Roberto. Ele entrou com recurso e o João Batista Costa, que fora eleito vice-governador, também. O Tenório entrou com um recurso contra a minha diplomação e depois contra a minha posse. O João Batista, contra a minha posse.

Pergunta: Dr. Badger, como foi o desempenho do PTB nessas eleições de outubro de 62? Houve um aumento da bancada do PTB na Assembléia Legislativa, na Câmara? Quais os partidos que cresceram mais em relação às últimas eleições no estado, de 58?

Badger da Silveira: O que cresceu mais foi realmente o PTB, não obstante ter feito uma bancada de apenas 16 deputados estaduais enquanto o PSD fez uma bancada de 18 deputados. Quer dizer, o PSD fez uma bancada maior do que a do PTB. Agora, o número de deputados federais eu não me lembro.

Pergunta: Nessas eleições pós-60, o que se registrou também foi um crescimento dos pequenos partidos. Além dos grandes partidos nacionais, há um crescimento dos pequenos partidos e decréscimo dos grandes partidos como foi o caso do PSD. Quais os pequenos partidos que cresceram no período de 62, o PSB, o PDC?

Badger da Silveira: O PDC não disputou com legenda própria para deputados estaduais e federais. Eles correram na legenda do PTB. Indicaram candidatos e foram eleitos na legenda do PTB como o Jeremias, Dail de Almeida, aquele Werneck de Petrópolis e poucos outros. O PSP também cresceu um pouco, aumentou a sua bancada.

Pergunta: E o PSB?

Badger da Silveira: Esse não existia. O Partido Socialista Brasileiro não existia nessa época. Então tinha o PST, Partido Social Trabalhista, que fez cinco deputados. O Tenório correu nessa legenda, Partido Social Trabalhista.

Pergunta: Só um momento. O PSB, Partido Socialista Brasileiro, lança candidato ao governo do estado do Rio. O Edmundo Macedo Soares era candidato pelo PSB. Inclusive o Afonso Celso [?] Monteiro era do Partido Socialista Brasileiro.

Pergunta: E acho que o próprio pai do Saturnino Braga também foi candidato ali.

Badger da Silveira: Não, não era. Mas então é isso mesmo. Eu estava na dúvida por que partido havia corrido o general Edmundo Macedo Soares. Então foi o Partido Socialista Brasileiro. Mas ele teve 40 mil votos, não empolgou como partido nem como candidato, não chegou a empolgar o eleitorado.

Pergunta: Dr. Badger, um fato que nós estamos esquecendo muito nessas entrevistas é a respeito da prefeitura de Niterói. Em 62 houve eleição para a prefeito de Niterói?

Badger da Silveira: Houve.

Pergunta: E quem ganhou essas eleições?

Badger da Silveira: Sílvio. Sílvio Picanso, pelo PSD. Depois eu fiz de um modo geral, com todos os prefeitos do estado, eu sempre disse que governava acima do partido a que eu pertencia, desde que houvesse interesse do prefeito em fazer uma administração de acordo com a administração do estado. E com o Sílvio Picanso, nós nos entrosamos muito bem e eu tive a oportunidade de fazer várias obras aqui em Niterói. Pavimentei 32 quilômetros de ruas aqui em Niterói, dei início à construção da avenida do Contorno. Já estava quase terminada a avenida do Contorno. Iniciei a remodelação da alameda São Boaventura. Dei início à construção da usina de tratamento de água, a segunda usina, no Laranjal, com um prazo de 300 dias para a entrega. Eu queria colocar água em todos os morros aqui de Niterói e então iniciei a construção de caixas d'água grandes nos morros para poder fazer uma distribuição por essas favelas. E criei o Plano de Ajuda aos Municípios.

Então, qualquer problema que tinha um município, e eu tinha um dossiê de cada município, que eu mandei fazer um levantamento, um estudo de todos os problemas de cada município e procurava atacar aqueles mais imediatos, que tinham necessidade de solução mais imediata. De forma que houve um entrosamento muito grande entre os prefeitos que eram de outros partidos ou mesmo do Partido trabalhista. Um entrosamento muito grande. Por exemplo, em Araruama o prefeito era da UDN, era o Mário... Mário... Ele até nem acreditava. Antigamente era assim: em política, o prefeito era da UDN e não tinha nem água para beber se o governo fosse do PSD. E assim por diante. Mas eu modifiquei. Eu achava que o interesse do povo do município, não tinha nada a ver se o prefeito era desse ou daquele partido. Era Mário Castanho. Ele veio aqui, logo que eu assumi, conversar comigo sobre o problema de água de Araruama. E eu disse a ele que ia estudar e que daria uma solução. Mandei fazer um levantamento e tinha possibilidade de o governo fazer e quando estava todo pronto o serviço trazendo a água lá da lagoa do Turnaíba, veio a Revolução. Quatro meses depois, ou três meses depois o Paulo Torres inaugurou esse serviço de água lá. E eu tive a alegria de ler depois o discurso desse Mário Castanho em que ele dizia que o serviço de água que estava inaugurando tinha sido feito pelo meu governo.

Pergunta: Nesse período entre a sua eleição e a sua diplomação acontece um fato bastante importante na política fluminense que é a renúncia me parece do Carvalho Janoti. Eu queria que o senhor dissesse alguma coisa a respeito disso. Parece que o senhor teve algum papel nessa renúncia do Carvalho Janoti. Tinha a questão do [?] e tinha o pedido de intervenção por parte do juiz de Magé se não me engano por causa de uma questão de invasão de terras que houve em Magé, de propriedade da América Fabril, que o Carvalho Janoti não teria mandado a polícia. Não teria cumprido ação judicial.

Badger da Silveira: É possível, porque ele não me transferiu o governo.

Pergunta: [?].

Badger da Silveira: Foi o Pinot. Era o presidente do Tribunal, assumiu e me transferiu. Eu não tenho lembrança do problema.

Pergunta: Eu li, não se foi no *Diário Fluminense* ou se foi no *O Fluminense*, que o senhor teria pedido a renúncia do Carvalho Janoti.

Badger da Silveira: Não pedi. Nem havia razão nenhuma para pedir. Eu estava eleito, diplomado, ia assumir a qualquer momento. Bom, houve o seguinte. O PTB fez um acordo com o Janoti. Nós o apoiaríamos para presidente da Assembléia. Em troca disso ele daria três secretarias ou duas secretarias para o PTB. Pois bem, para surpresa minha ele foi eleito. Mesmo com o apoio do PTB, eu não acreditava que ele se elegeria presidente da Assembléia. Bem, ele assumiu, eu estive no palácio, dei os nomes dos secretários que eram do PTB, ele nomeou...

Pergunta: Eram de que pastas?

Badger da Silveira: Um era da secretaria de Finanças e outro da secretaria de Transportes. Para a secretaria de Transportes eu fui buscar um rapaz de Caxias, médico, que não era político. E eu fui justamente buscar um apolítico que era para evitar, amanhã, se eu necessitasse que ele saísse do cargo, ele sairia sem criar problemas de ordem política. Então o Moacir aceitou e foi ser o secretário de Transportes do Janoti. Quatro meses depois ele pediu demissão. Veio e falou: “Badger, eu não posso continuar lá.” “Mas por quê?” “Porque é uma corrupção muito grande e eu estou vendo meu nome sendo envolvido e daqui a pouco e estarei sendo salpicado por essa lama toda. Então eu vou sair, você me desculpe...” “Não, eu precisava de você até agora, lá, um elemento nosso, o apoio, evidente, pelo menos alguém saber que o Janoti não estava contra nós até agora. De agora em diante ele pode estar porque nós vamos ganhar as eleições de qualquer maneira.” E o Moacir então deixou. Mas assim que eu assumi, eu fui lá com o Janoti e falei: “Olha, Janoti, você evidentemente tem amigos, tem parentes que você há de querer colocar no estado. Então você toma nota desses nomes todos, vê as vagas que tem e quando faltar uns três ou quatro dias para você sair do governo, você nomeia todo mundo porque eu não vou mexer com ninguém. Evidentemente você vai dispor aí de uns 250, 300 cargos para você nomear seus amigos, parentes. Isso é humano e eu admito que você faça isso. Agora, não comece a fazer nomeações porque senão você vai ficar doido e não vai conseguir governar. Porque o dia em que você nomear um, no dia seguinte tem 10. Se você nomear os 10, no dia seguinte tem 100. Aí você entrar em um tumulto que não vai ter tempo para coisa nenhuma. E foi exatamente o que aconteceu.”

[FINAL DA FITA 3]

3ª Entrevista: 26/11/81

Badger da Silveira: Foi pressionado, começou a nomear, nomear, nomear. Então, na campanha do plebiscito, eu já estava eleito mas não empossado, fiz uma advertência ao Janoti: que não nomeasse mais porque eu iria exonerar todo mundo que ele nomeasse...

Entrevistador: O senhor estabeleceu no seu governo um teto. Acima disso, ia demitir.

Badger da Silveira: Exatamente. Eu disse que não nomeasse porque eu ia demitir. Falei em praça pública antes. Mas o Janoti ficou tão baratinado no palácio que para o mesmo cargo ele nomeou às vezes até quatro. O que conseguiu tomar posse e ser registrado primeiro no Tribunal de Contas foi o que ficou.

Depois que eu rompi — mesmo ainda na campanha eu rompi com o Janoti —, um dos secretários continuou. O único que saiu foi o Moacir, esse que depois gostou da política e foi ser prefeito de Caxias, foi candidato a deputado federal mas não se elegeu. E eu, como governador, houve uma vaga em um cartório lá em Caxias, chamei o Moacir e falei: “Eu botei você metido na política. Você é médico, acabou tomando gosto pela coisa e agora já é o chefe do Partido Trabalhista em Caxias. Eu vou nomear você para o cartório.” Ele falou: “Não, não faça isso porque eu sou médico e não entendo nada de cartório.” “Mas disso não precisa entender muito.” “Mas eu não quero não.” E foi embora. Mas eu nomeei assim mesmo. Pois bem; ele se meteu na política, gastou tudo que tinha e o que não tinha e quando veio essa Revolução e o Moacir foi procurar a clínica que era dele não tinha mais cliente nenhum e hoje vive exclusivamente da renda desse cartório. A vida dele passou a ser em função do cartório.

Mas eu não ameacei de requerer a intervenção no estado do Rio. Primeiro, isso é contra meus princípios. Qualquer intervenção, qualquer golpe de força, eu sou contra. Apenas fiz a advertência de que ele não prosseguisse nas nomeações porque eu ia exonerar, como de fato exonerei.

Entrevistador: O Janoti era apiado por que partidos?

Badger da Silveira: O Janoti era do PSD. Mas como o Celso não queria que ele fosse presidente da Assembléia, queria que fosse o [Zé Kesin?], ele rompeu com o Celso. Mas logo depois que foi eleito presidente da Assembléia se rearticulou com o PSD.

Entrevistador: Minha próxima pergunta vai ser sobre secretarias. Mas antes, porque eu estou notando, por exemplo, que logo após a morte do Roberto da Silveira o senhor disse que o Jonas Bahiense iria para a secretaria de Transportes. Depois, com o Janoti, a secretaria de Transportes também foi para o PTB. A secretaria de Transportes era uma secretaria importante no estado? Devia fazer obras públicas...

Badger da Silveira: O Transporte tinha um peso por causa do Departamento de Estradas de Rodagem. No estado do Rio por exemplo, obras seriam abrir estradas, conservar estradas, obras políticas.

Entrevistador: Aí uma outra pergunta. O Mário está perguntando sobre o período de transição, de outubro a 31 de janeiro de 63. Eu queria que o senhor falasse como foi esse período de transição, mais no sentido da organização do secretariado. Como foram os acordos políticos para as escolhas dos secretários? Já havia compromissos antes das eleições de 7 de outubro de 62?

Badger da Silveira: Não. Antes não havia compromisso nenhum. Depois das eleições, evidentemente eu com 16 deputados do PTB não tinha condição de governar. Então telefonei para o Comandante, marquei encontro com ele e nós nos encontramos onde hoje é o Banerj, na Av. Amaral Peixoto. Eu tinha escritório no 8º andar e ele foi lá, conversamos e estabelecemos normas. O PSD, com tantos deputados, eu acho que a cada cinco ou oito deputados, não me lembro bem, daria uma secretaria. Eu tenho a impressão que oito deputados. Então eles teriam duas secretarias: a de Justiça, que ele indicou o Hamilton

Xavier, e a de Energia Elétrica que o Amaral indicou um outro nome mas eu perguntei se não poderia ser o Heleno Nunes e ele disse que podia.

Ao PSP eu dei a secretaria — como era o nome? — Social, eu não lembro esse nome, que foi um deputado estadual, um médico lá de Friburgo. Ao PDC eu dei a secretaria da Agricultura, que foi o dr. Atanagildo Ferraz, que tinha sido candidato a vice-governador e não se elegeu. Era o presidente do PDC. E as outras secretarias foram preenchidas pelo PTB. Quer dizer, não foi bem pelo PTB, foi pelo princípio.

Como eu encontrei uma situação financeira no estado muito difícil, e sem crédito, o governo do estado desacreditado, eu então quis fazer um governo sem participação de político militante. Então nomeei o presidente da Associação Médica para secretário de Saúde. Nomeei um amigo meu, que era fiscal de renda aposentado, um advogado, Jefferson Bruno, para a secretaria de Fazenda. Nomeei dois políticos, mas sem maior expressão. Um de Nova Iguaçu para a secretaria de Educação e o Egídio [Tuler?] para a secretaria de Obras.

Esse rapaz da secretaria de Educação era de origem humilde, o pai dele era ferroviário, guarda-trilhos da Central do Brasil ou Leopoldina, não sei. Ele tinha sido vereador, presidente da Câmara, deputado e eu calculei que ele pudesse ser um grande secretário. Mas um ponto fraco da minha administração foi a secretaria de Educação.

Entrevistador: O senhor estava interessado até, no [disco?] fala isso, em escolas para as crianças...

Badger da Silveira: Aconteceram fatos na secretaria, primeiro a falta de comando; ele não tinha. Então tinha um diretor do departamento de ensino primário, que era um rapaz que conhecia bem o problema da educação aqui no Estado do Rio, a quem eu chamei e falei: “Olha, você orienta o Walter porque ele está muito fraco. Eu senti que ele está muito fraco.” Mas era como dizia o Goreti: esse... não é Barbosa. Ele queria ser o secretário. Então, em vez de orientar bem o Walter, ele orientava mal. Era como dizia o Goreti: ele estava como guia de cego que em vez de levar para o caminho certo, levava para a beira do precipício o coitado do Walter. E eu tinha uma prima que era chefe da... Qual era a chefia? Ela tinha uma chefia em que passava por ela a contratação de professoras. E o Walter não tomava conhecimento do que se passava dentro da secretaria. Então ela fazia o seguinte: encaminhava ao secretário o pedido para contratação de professoras para tal grupo escolar. Ele encaminhava o ofício para mim com os nomes embaixo, fulano e beltrano. Eu autorizava porque eu sabia que tinha que autorizar. Mas depois que eu dava autorização, ela deixava um espaço e preenchia aquilo com vários outros nomes para atender a deputado, a líder do partido. E eu fazendo uma economia muito grande, só não fazia na parte da educação. Eu dizia sempre que todas as crianças deviam ter escola. Mas evidentemente eu queria contratar professoras para darem aulas. Quando eu comecei a receber informações de que tinha contratado professora em Campos, por exemplo, que nem era professora e que nem dava aula. Era um chefe político que queria agradar um cabo eleitoral e pedia a contratação apenas para ir receber. Eu vou a Bom Jesus e o diretor de um colégio de lá, Colégio Roberto da Silveira, cobrou de mim a solução das professoras que deviam ser contratadas para lá. E eu disse que já tinha resolvido, já tinha dado autorização. E ele disse: “Não, eu pedi duas e o governador autorizou seis. Então eu tenho quatro professoras que eu não necessito.” Então eu mandei fazer um levantamento, uma investigação do que estava ocorrendo e apurou-se isso: essa minha prima contratou, além da necessidade, mais de três mil professores. Quando eu descobri, tirei essa minha

prima, tirei o Walter da secretaria, designei o chefe de um departamento para responder pela secretaria até que eu pudesse nomear um secretário para o cargo.

Depois fui buscar o Loreti para ser o chefe da Casa Civil, que também era político, nomeei o Herval Basílio para a secretaria de Segurança...

Entrevistador: Ele era político, delegado, o que era?

Badger da Silveira: Ele não era nada. Ele era advogado e militava no PTB apenas na parte burocrática. Ele nunca foi candidato, não era um político atuante, era um político de bastidor. E nomeei o Herval porque é um homem íntegro, muito correto, e isso deu-lhe depois 90 dias de prisão aqui na Fortaleza de Santa Cruz. Justamente por isso, porque eu falei com ele: “Herval, vamos limpar a polícia, acabar com a corrupção. E esses maus elementos nós vamos tirar da polícia.” E ele começou a apertar um, apertar outro, mas não chegamos a demitir nenhum nem chegamos a concluir nenhum inquérito contra ninguém. Mas essa gente ficou toda contra ele. Quando veio a Revolução, todos a depor contra o Herval. O resultado foi esse: ele foi preso — não ficou 90 dias, ficou 30 dias — aqui na Fortaleza de Santa Cruz.

Entrevistador: Dr. Badger, como foi a campanha do plebiscito aqui no Estado do Rio e o seu papel nele?

Badger da Silveira: Bem, o presidente João Goulart me pediu que ajudasse, eu estava eleito e não tinha tomado posse. Eu até queria viajar, estava com viagem marcada.

Entrevistador: O Jango pediu pessoalmente que o senhor ajudasse?

Badger da Silveira: Pediu pessoalmente que eu ajudasse, que não viajasse. Eu então percorri o estado, fiz comícios, participei de toda a campanha como governador eleito. E foi aquele êxito total o plebiscito, o Jango saiu grandemente fortalecido. E por isso, mudou. Mas antes, com o plebiscito logo depois modificou. Acabou o regime parlamentarista, aquela experiência, e voltou o presidencialismo. Mas antes o Jango... Não, não, foi depois. O plebiscito foi quando?

Entrevistador: 6 de janeiro de 63.

Badger da Silveira: Quer dizer, eu participei da campanha antes. Logo depois que eu assumi, o Jango queria precipitar, porque a mudança deu-se pouco tempo depois. Lembra-se disso? Quando retornou o presidencialismo.

Entrevistador: Acho que imediatamente depois.

Badger da Silveira: Não, eu acho que não. Eu tenho a impressão que não, e isso é uma coisa que eu preciso lembrar melhor. É que o Jango me chamou e disse: “Preciso de você. Quero que você entre com uma ação— não, isso foi antes do plebiscito. Era para anular a resolução que criou o parlamentarismo. Ele pediu que eu entrasse com essa ação.

Entrevistador: Mas por que o senhor foi o escolhido para entrar com essa ação?

Badger da Silveira: Isso é o que eu não sei. Depois eu vi que fui um instrumento. Ele falou: “Você procura o advogado tal e contrata os honorários com ele. Eu procurei esse advogado e contratei os honorários com ele, não sei quantos mil cruzeiros, e o Jango pagou a esse advogado. Eu dei a procuração, e o advogado, juntamente com outros advogados, entraram com essa ação. Acontece que logo depois eu fui procurado por esse mesmo advogado dizendo que havia desistido, que não queria continuar. É porque ele era cunhado de um ministro do Supremo Tribunal Federal e esse ministro era contra a volta do presidencialismo. E com esse advogado cunhado dele assinando a petição, ele estaria impedido. Foi uma forma de impedir esse ministro de participar. Eu sei que esse ministro ficou com um ódio de mim muito grande porque ele pensou que eu tivesse feito isso de propósito. Realmente o propósito foi de torná-lo impedido de participar da votação da ação porque eu dei a procuração para o cunhado dele. Mas eu não conhecia nem o cunhado, não conhecia nada. Achava que eu podia efetivamente entrar com essa ação.

Entrevistador: E esse fato está registrado nos jornais?

Badger da Silveira: Não sei se está registrado nos jornais, não me lembro não. Mas eu fui o autor dessa ação para anular a decisão que criou o parlamentarismo.

Entrevistador: E essa ação foi levada à Justiça?

Badger da Silveira: Não, não foi. Não foi porque logo depois veio o plebiscito, agora eu estou recordando.

Entrevistador: E que fundamento tinha essa ação?

Badger da Silveira: Não me lembro. Não me lembro porque eu fui apenas o instrumento. Eu fui um instrumento. O Jango me chamou e falou: “Você vai contratar esse advogado e mais esse advogado para mover essa ação. Está aqui a importância, você contrata os honorários, diz quanto é, eu mando pagar.” E eu apenas achei que como eu era...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

Pergunta: ...por causa do conteúdo dos discursos nessa campanha do plebiscito.

Pergunta: Dos discursos do senhor.

Badger da Silveira: Não me lembro bem. Mas eu achava que, como era discurso popular, em praça pública, eu lembro que falava muito que haviam usurpado do presidente João Goulart os poderes que ele havia adquirido quando fora eleito vice-presidente. E que aquilo fora uma manobra, um golpe de direita que, não conseguindo derrubar o presidente, aceitaram, diante do clamor popular, uma forma de diminuir seus poderes como presidente da República. Então era necessário que se fizesse aquele movimento popular e que caminhasse para o plebiscito porque o povo é que iria decidir e não a força. Essa era a tônica de todos os discursos que a gente fazia.

Pergunta: Dr. Badger, eu queria fazer duas perguntas sobre o plebiscito. A primeira, se havia por parte do senhor uma consciência de que essa era uma forma de legitimar o governo João Goulart? E, em segundo lugar, uma pergunta que eu acho importante já que uma das interpretações para o plebiscito de 6 de janeiro de 63 é que não só as próprias forças ligadas ao João Goulart como outras forças como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto estavam contra o parlamentarismo porque o parlamentarismo limitaria futuramente o presidente da República. Então a segunda pergunta é se o senhor tinha consciência de que estava em jogo também todo o processo da sucessão presidencial em 65. Então, se o senhor tinha a consciência de que essas eleições seriam para legitimar o governo João Goulart e, segundo, de que já estaria se abrindo o processo sucessório de 65.

Badger da Silveira: Para legitimar o governo do João Goulart, disse eu não tenho dúvida. Como eu disse, a tônica era toda nesse sentido de devolver ao presidente todos os poderes constitucionais que ele tinha antes do processo [?]. Agora, nessa época não me passava que o plebiscito já tinha suas vistas voltadas para a sucessão presidencial. Tanto que na campanha eu não tomei conhecimento de que a UDN estivesse contra o parlamentarismo. Eu achava que aquela vitória do Jango tinha sido uma vitória contra a própria UDN.

Entrevistador: Que forças no Estado do Rio se posicionaram contra o parlamentarismo?

Entrevistador: Que eram aliadas ao senhor nessa campanha, isso que é importante.

Badger da Silveira: Aliados na campanha do presidencialismo, estávamos o PTB, o PSD estava omissa, a UDN também não estava participando. Agora, as esquerdas estavam conosco na defesa do presidencialismo. Tanto que nós organizamos um comitê de elementos indicados pelo PC e pelo PTB para percorrer o estado do Rio. Tem um rapaz, que tinha sido secretário particular do Roberto, Antônio Botelho, tinha o apelido de [Bineco?], então saiu, esteve em Saquarema com um velho trabalhista lá, Muniz, explicando que precisava de elementos porque nós íamos fazer uma grande concentração aqui em Niterói, que eu ia participar, e outros, e que era necessário que enviassem elementos de Saquarema. Ele estava percorrendo o Estado do Rio, na Região dos Lagos, os municípios mais próximos de Niterói, para trazer gente para essa grande concentração. E toda hora o [Bineco?] falava: “Porque a revolução está nas ruas, porque a revolução está nas ruas.” E o Muniz ficando apavorado com a revolução, falou: “Tudo bem, [Bineco?]. Mas eu quero saber como é que esse negócio dessa revolução.” Ele estava com medo, apavorado de que houvesse realmente... O processo da revolução que o [Bineco?] disse era em outro sentido.

Mas o movimento do plebiscito, de um modo geral, foi de um entusiasmo muito grande. E realmente, aqui no Estado do Rio o comando foi meu e teve um êxito muito grande. Mas é que o povo não queria mesmo aceitar aquele golpe que eles deram.

Entrevistador: Havia esse esforço contra o presidencialismo no estado do Rio, organizado, a favor do parlamentarismo?

Badger da Silveira: Não. Se havia alguma força — devia haver — pelo parlamentarismo... Tanto que aqui no Estado do Rio o sim a favor foi mais de 80%; mas não houve unanimidade, sinal de que um percentual era contra.

Entrevistador: Mas não houve campanha deflagrada a favor do parlamentarismo?

Badger da Silveira: Não, não houve campanha a favor do parlamentarismo. Só houve contra o parlamentarismo. A favor não houve movimento nenhum, pelo menos que eu soubesse.

Entrevistador: Dr. Badger, a campanha do plebiscito [?] teve uma grande publicidade a favor do voto do sim. Quem apoiou essa publicidade, quem deu recursos? Foi o governo federal?

Badger da Silveira: Deve ter sido. Eu ainda não havia tomado posse no governo do estado. E mesmo que fosse, não daria. Eu me lembro que tinha 35 milhões para publicidade e não gastei nem cinco milhões. Quase não fiz publicidade, a não ser aqueles pronunciamentos que eram necessários ou então concorrências. Mas dinheiro para a imprensa eu não dei. O estado não tinha condição e eu achava, naquela época, como sempre achei, um absurdo o governador fazer propaganda do nome dele com o dinheiro do estado.

Entrevistador: Dr. Badger, o senhor havia dito que não sabia se a UDN estava contra ou a favor do presidencialismo, mas me parece que *O Fluminense* fazia campanha a favor do presidencialismo.

Badger da Silveira: Sinceramente, além de já ter passado muito tempo, a gente já não lembra bem, eu estava envolvido de tal modo na campanha pelo sim que não tinha oportunidade de tomar conhecimento de quem estava a favor ou não. Eu estava organizando comícios, distribuindo elementos que viajavam pelo interior. De forma que não me lembro. Mas, pelo que ele falou aqui e realmente analisando bem, havia por trás desse plebiscito já vistas para a sucessão presidencial, a qual interessava mais à UDN do que ao próprio PSD.

Entrevistador: O senhor se lembra de alguma coisa a respeito da participação dos pequenos partidos nessa campanha? O PSB, o PSP...

Badger da Silveira: Não me lembro não. Mas de um modo geral, todos esses pequenos partidos eram a favor do presidencialismo.

Entrevistador: E a participação do Tenório, o senhor sabe alguma coisa?

Badger da Silveira: Não, não sei.

Entrevistador: Dr. Badger, eu acho que praticamente já está delineado esse quadro. Mas o senhor sendo eleito governador no Estado do Rio, aumenta a sua força no PTB nacional? Há uma mudança aí em termos nacionais? O senhor passa a ter maior cacife dentro do PTB? E que tipo de cacife o senhor passa a ter dentro do PTB?

Badger da Silveira: Aumentou muito a minha presença no PTB nacional. Eu fui, de certo modo, boicotado na presidência da República pelo chefe da Casa Civil, o professor Darcy Ribeiro.

Entrevistador: Por que o senhor foi boicotado?

Badger da Silveira: Não sei. Ainda tenho vontade de conversar com o Darcy para saber porque ele boicotava as minhas iniciativas.

Entrevistador: Que tipo de iniciativa?

Badger da Silveira: Por exemplo, eu queria resolver o problema de água e esgoto de Niterói, de Itaperuna, de Friburgo, de Resende. Então levava um plano, requeria do presidente a ajuda que o governo podia dar e esse processo desaparecia. Ia para um ministério, ia para outro, eu ficava lá andando atrás daquilo...

[FINAL DA FITA 4-A]

Badger da Silveira: Eu sempre fui um homem muito prático e objetivo. Então eu queria resolver as coisas imediatas. E aquele empurra, vai para um ministério, vai para outro. E assim foi. A parte de energia elétrica, eu queria construir a usina de Rosauro, lá em Bom Jesus do [?]. Tinha sido iniciada pelo governo do Roberto, ele já tinha todo o plano, todos os projetos, tudo pronto, era só iniciar. E também o Darcy sumia com meu processo. Na parte de estradas de rodagem eu tive necessidade de ter ajuda do governo federal, e no entanto todo processo meu desaparecia, sumia. E tudo era por conta do Darcy.

Eu quis, por exemplo, criar uma editora aqui em Niterói com objetivo de editar livros didáticos. O objetivo era reunir um grupo de professores de todas as matérias que anualmente daria o livro, geografia por exemplo, história, e essa editora editaria o livro para ser ou distribuído gratuitamente, se o governo tivesse recursos, ou então pelo preço de custo. E essa editora já estava com tudo preparado, toda a maquinaria encomendada na Alemanha, viria toda da Alemanha. E o Darcy foi contra e convenceu o presidente João Goulart de que aquilo era um absurdo, que não se podia criar uma editora, não tinha cabimento, não ia dar resultado, que aquilo havia fracassado não sei onde. O fato é que eu não consegui essa editora.

Outra coisa em que ele me boicotou também foi no túnel Rio-Niterói. Eu já estava com o projeto todo pronto, inclusive tinha conseguido um empréstimo internacional de um grupo ítalo-francês, e contatos com uma firma, [Vianini?], especializada na construção desse túnel que is se associar à firma Yamagata, aqui do Estado do Rio, para construir. O projeto do túnel sairia aqui do Gragoatá e ia até o Calabouço. E o Carlos Lacerda havia concordado que se fizesse, ele não ia criar obstáculo nenhum. A interferência do Darcy Ribeiro atrasou uns quatro meses e acabou vindo a Revolução e eu não pude... Depois dessa luta tremenda com o Darcy eu acabei convencendo o presidente João Goulart de que devia construir o túnel, como ia construir, eu mostrei a ele a viabilidade, estava tudo certo e ele então marcou para o dia 13 uma audiência, às duas horas, em que ele ia fazer o ofício ao Senado pedindo autorização para o Estado do Rio fazer um empréstimo, nomear comissão de execução do serviço em que eu seria o presidente e eu havia levado nomes para os outros que participariam dessa comissão. Mas depois de durante quatro meses ter sido procrastinada uma solução por parte do Darcy Ribeiro, o que eu não sabia.

Mas eu contornei e consegui muita coisa do governo federal porque, quando percebi que por intermédio diretamente do presidente eu não conseguia nada, parti para uma outra solução. Por exemplo: Geraldo Reis era o diretor do departamento de Obras e Saneamento e eu precisava resolver uns problemas. Então fui lá, fiz uma visita a ele, convidei-o a almoçar no palácio, ele foi, eu expus meus planos, conversei e perguntei como eu podia conseguir as

coisas lá sem interferência... Então ele passou a ser meu aliado, o diretor, o homem que executava. Passou a ser meu aliado. A mesma coisa eu fiz com o diretor da Eletrobrás e com o diretor do Departamento de Estradas de Rodagem. Passaram a ser não apenas administradores, de um para outro, mas um princípio de uma amizade nascente em que eles tinham interesse em atender. E com isso eu consegui verbas para, juntando com as verbas do estado, pavimentar 210 km de estradas aqui no Estado do Rio. Consegui assinar o contrato da construção da usina de Rosauero. Foi assinado em Bom Jesus do Tabapuana, em Praça Pública, pelo presidente João Goulart e o representante da Eletrobrás. Consegui verba, só para começar o serviço de esgoto de Niterói, de Cr\$ 1 bilhão e 300 milhões. Consegui essa verba. Enfim, eu só consegui através dos diretores desses departamentos porque, na presidência, o chefe da Casa Civil, que era o Darcy, me boicotava. Eu nunca soube por quê, nunca tive oportunidade de saber por quê. Me dou bem com ele, gosto dele, mas ele tentou me atrapalhar e chegou a atrapalhar um pouco.

Entrevistador: [?], essa maior participação do senhor dentro do PTB o fazia ser consultado para indicar ministro, essas coisas?

Badger da Silveira: Não. A esse ponto não chegou. Mas na última convenção eu fui eleito vice-presidente do PTB nacional. Mas não cheguei a ser consultado sobre indicação e ministro mesmo porque nunca quis me envolver em uma decisão dessas, achava que o presidente tinha que ter liberdade, eu não ia criar caso para presidente por querer impor um candidato a ministro, pleitear um candidato a ministro.

Outra coisa, na administração, é que eu encontrei o estado com uma previsão de arrecadação de 25 bilhões e uma despesa de 44 bilhões. Então, o déficit orçamentário era muito grande, de 19 bilhões e tanto em um orçamento de 25 bilhões. O estado estava muito desacreditado, tanto que nos hospitais não tinha nem comida. Não era remédio não, não tinha nem comida para os doentes. Não tinha arroz, não tinha feijão, não tinha nada. No dia em que eu assumi, no mesmo dia, eu reuni os fornecedores, pedi que eles me dessem um crédito de confiança e fornecessem. Nesse dia mesmo, vários caminhões foram distribuir alimentos para os hospitais do estado.

Eu me lembro que foi feita uma concorrência, no segundo mês em que eu estava no governo, para comprar uma máquina de escrever. E apareceram dois concorrentes apenas. Evidentemente o que ganhou a concorrência vendeu a máquina ao estado. Um ano depois, nós abrimos concorrência para comprar máquina de escrever, apareceram mais de 30 concorrentes. E as máquinas que nós compramos, no fim de um ano, com toda a inflação, custaram mais baratas do que a máquina que nós compramos quase um ano antes.

Eu instituí o seguinte: a compra exclusivamente à vista. Se tinha dinheiro, comprava e pagava. Se não tinha dinheiro, não comprava. Então, nós conseguimos fazer no departamento de compras, depois departamento de material, que tinha uma verba de 3 bilhões e 800 milhões, uma economia de 2 bilhões. E diga-se: não faltava nada em nenhuma repartição, nem em remédio nos postos de saúde. Não faltava nada para que a máquina administrativa funcionasse normalmente. Agora, nós fiscalizávamos muito. Eu e o diretor do departamento, um rapaz honestíssimo, morreu pobre, chamava-se... Vou lembrar daqui a pouco. Nós fazíamos o seguinte: depois de ganha a concorrência — Flávio Monteiro de Barros, morreu pobre passando pelo departamento de compras, hoje departamento de material, de onde geralmente o sujeito saía com algum dinheiro. Mas então havia a concorrência, o sujeito fazia a compra necessária, de acordo com a autorização que eu dava, depois ainda pedia um

abatimento, pagamento à vista e havia o abatimento na própria duplicata que fornecia ao estado. Por exemplo, o sujeito requeria, consignação tal, 100 resmas de papel ofício para a repartição tal. Então o funcionário lá requeria autorização para comprar 100 resmas de papel assim e assim. O processo vinha para mim e eu despachava: “informe-se quantos ofícios foram expedidos no exercício de 62”. E aí vinha a informação: 60 ofícios. Então não há necessidade de mais do que duas resmas de papel e autorizava a compra de duas resmas de papel. E com isso nós fomos fazendo economia, economia, economia e quando chegou no final nós tínhamos economizado dois bilhões em um orçamento de 3 bilhões e 800.

Entrevistador: Como foi a posse, toda essa festa da sua posse aqui no Rio de Janeiro? Como foi a sua posse?

Entrevistador: Antes eu queria perguntar sobre a diplomação, que foi no 15 de dezembro de 62. Parece que o Tenório não foi, era um dos eleitos e não compareceu.

Badger da Silveira: Todo o movimento, toda a diplomação, principalmente a posse, foi muita gente. É uma coisa muito natural em uma ocasião dessas.

Entrevistador: O TRE homologou a sua eleição alguns dias antes da sua diplomação.

Badger da Silveira: Eu fui receber o diploma no Tribunal e depois saí e a minha mulher disse que ficou muito assustada, porque na hora que eu saí do Tribunal, havia uma manifestação grande, milhares de pessoas em volta do Tribunal, e eu subi em uma kombi e fiz um discurso saudando o povo. Então ela de repente viu que eu era um alvo muito fácil para alguém acertar, em cima da kombi. Mas tanto na diplomação como na posse, houve um movimento muito grande, muito grande.

Entrevistador: Não posse o senhor não fez nenhum discurso especial?

Badger da Silveira: Não, não fiz não. Quando eu cheguei no palácio foi aquela multidão para me cumprimentar. Foi transmitido o cargo pelo dr. juiz e depois então aqueles cumprimentos. Eu me lembro que quando chegou a tardinha, que terminou tudo, eu estava em um cansaço muito grande. Eu fui logo descansar que eu estava muito cansado mesmo.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

Entrevistador: Dr. Badger, agora vamos começar a parte do seu governo. Um dos problemas que o senhor enfrenta é o do funcionalismo. O senhor demitiu funcionários, uma série de coisas.

Badger da Silveira: Não, o problema sério foi o financeiro. Como eu disse, eu encontrei o estado com uma previsão de arrecadação de 25 bilhões e uma despesa de 44 bilhões e tantos; então, um déficit de quase 20 bilhões em um orçamento de 25 bilhões. Então eu fiz um plano de contenção de 20% de tudo que fosse possível. E como eu havia dito, na campanha do plebiscito, que ia exonerar todo mundo que o Janoti havia nomeado, realmente eu exonerei cerca de dois mil e tantos funcionários para poder estar dentro do plano de contenção e equilíbrio orçamentário. Era a minha meta, dentro de um ano, equilibrar o orçamento. E havia

o que eu denominava naquela época de marajá. Marajá era o funcionário que ganhava igual ao desembargador, o pagamento mais alto.

Entrevistador: Os marajás estavam em que secretarias?

Badger da Silveira: Estavam em todas as secretarias. Eram uma espécie de procuradores, eram... Tinha um título. Eram 154 marajás e eu exonerei todos. E, para surpresa minha, depois, 26 eram diretamente ligados a deputados que me apoiavam. Irmão, cunhado ou primo, parente de deputados que me apoiavam. Então exonerei esses marajás. Eram procuradores, eram... Enfim, recebiam a mesma coisa que recebia um desembargador. Eu exonerei esses dois mil e tantos funcionários desde que ultrapassassem a um salário mínimo e meio os vencimentos deles. Até um salário mínimo e meio eu não exonerei; só daí para cima. E um ano depois, quando eu equilibrei as finanças do estado, porque no final do ano estavam perfeitamente equilibradas as finanças, eu arrecadei 35 bilhões em vez de 25, com mais a ajuda do governo federal para fazer certas obras que faziam parte do orçamento do estado, eu consegui o equilíbrio orçamentário. E mandei uma mensagem com uma receita prevista de Cr\$ 78 bilhões, mais do que o dobro do que arrecadamos e várias vezes mais do que tinha sido previsto no orçamento anterior. E meu sucessor, no ano de 64 arrecadou exatamente Cr\$ 78 bilhões. Então a minha meta principal era equilibrar as finanças do estado. Quando eu senti que já estavam equilibradas, eu mandei readmitir aqueles demitidos que tivessem mais de cinco filhos. No mês seguinte eu mandei readmitir os que tivessem mais de quatro filhos. E assim sucessivamente até reabsorver os dois mil e tantos funcionários que eu havia demitido porque não demiti com objetivo político de vingança, perseguição, nada. Apenas com o objetivo de equilibrar as finanças do estado.

Entrevistador: Essas demissões provocaram muito celeuma?

Badger da Silveira: Muita coisa, muita. Tem muita gente, e eu acho humano isso, natural, que até hoje tem ódio de mim. É como eu disse: quando se faz um bem, a pessoa pode esquecer, mas quando se faz um mal a pessoa não esquece, é muito difícil. De forma que eu já me encontrei, algumas vezes, com pessoas que vieram me falar isso. Encontrei um cidadão com um cheque na mão de Cr\$ 6 milhões que disse: “Está aqui, dr. Badger, está aqui! Isso eu agradeço ao senhor.” “A mim por quê?” “Porque o senhor demitiu a minha filha e o Paulo Torres renomeou e mandou pagar os atrasados. Eu estou recebendo aqui os atrasados dela: Cr\$ 6 milhões.” Eu falei: “Não, eu não demiti a sua filha. Eu demiti dois mil e tantos funcionários para poder equilibrar a situação financeira do estado. Então eu demiti esses funcionários todos porque não havia remédios nos postos de saúde. Eu não sei se o senhor sabe que havia catalogados 19 mil tuberculosos no estado do Rio que não tinham condições de tomar uma pílula. Eu não sei se o senhor sabe que tem 150 localidades no Estado do Rio que não têm água, não têm esgoto. Então eu demiti esses dois mil e tantos funcionários para equilibrar as finanças do estado. Não foi com o objetivo de perseguir. O senhor está me falando como se eu tivesse perseguido a sua filha e eu não sei nem o nome. Não a conheço, não conheço ninguém dos que eu demiti. De forma que é bom que saiba por que eu fiz isso. E é bom que saiba também que eu ia readmitir a sua filha quando chegasse na hora, atrasada, em que o estado tivesse condições de reabsorver.” Ele ficou muito sem graça e tal. Mas de forma que criou uma celeuma, ainda mais que os jornais de oposição aproveitaram para dizer que era uma desumanidade, uma série de coisas. Mas eu sempre fiquei com a minha

consciência muito tranqüila pelo fato de não ser movido por uma paixão política, por uma perseguição política, nada disso. Apenas com o objetivo realmente de regularizar a situação do estado.

Então eu dizia, nessa campanha do plebiscito, que aquele que procurava um emprego, era natural que ele quisesse arrumar um emprego. Agora, o que eu não admitia é que o governador, sem ter condição, com o estado falido, fosse nomeando centenas e até milhares de pessoas sem necessidade. Mas isso foi uma das lacunas que ficaram, que eu não pude refazer porque veio a Revolução. Do contrário eu não deixaria um sequer sem retornar ao estado.

Entrevistador: Do seu programa de governo, que o senhor falou durante a campanha, o que o senhor conseguiu implementar durante o período que o senhor governou? O senhor acha que foi satisfatório esse ano e três meses?

Badger da Silveira: Eu acho.

Entrevistador: Foi coerente com tudo que o senhor propunha?

Badger da Silveira: Foi. Eu acho. E não só eu não. O próprio Faria Lima escreveu no *Jornal do Brasil* que dos últimos governadores, os que mais trabalharam foram Roberto da Silveira e Badger da Silveira. Não conheço o Faria Lima, nunca estive com ele. Mas, por exemplo, no setor de estrada de rodagens eu abri 190 km de novas estradas e pavementei 210 km de estradas. Isso para um governo de muito poucos recursos como o meu, foi uma façanha. O Paulo Torres por exemplo ficou quase três anos e logo depois a taxa rodoviária dobrou, triplicou e a arrecadação do Departamento de Estradas de Rodagem foi três, quatro vezes maior, nesse período de dois anos e tanto, quase três anos ele pavimentou apenas 150 km. A minha meta era 800 km nos quatro anos de governo e eu tenho certeza de que eu ia ultrapassar esses 800 km de estradas de rodagem e pavimentação de estradas de rodagem.

No setor de saúde nós tínhamos um plano, e eu tive contato com a Alemanha Ocidental que tomou conhecimento de todo o meu plano e abriu um crédito muito grande para eu adquirir toda a aparelhagem que eu quisesse. Então nós íamos comprar, já estava tudo relacionado, no ano de 64 nós íamos instalar 50 raios X, na época os mais modernos, três bombas de cobalto, uma no sul do estado, outra aqui em Niterói e outra no norte do Estado do Rio. Para a Baixada Fluminense tinha um plano de assistência médica e hospitalar muito perfeito. De forma que foi pena eu não ter ficado pelo menos mais um ano no governo porque nesse setor de saúde nós íamos dar um impulso muito grande. E também pena pelo arquivo. Nós não temos quase nada, mas eu tinha toda a correspondência com a Alemanha Ocidental com o que eles ofereciam ao governo do estado naquela ocasião para atendimento em hospitais etc.

Eu tinha iniciado um plano de construção de casas populares que não chegamos a executar. Eu havia colocado no orçamento do ano seguinte Cr\$ 1 bilhão 500 milhões se não me engano justamente para isso. Eu ia desapropriar uma área aqui perto da Maria Paula, por ali, de 20 alqueires e o plano era o seguinte: o governo abria as ruas, botava meio-fio, água, luz e vendia para os operários o terreno pelo preço de custo. Então não havia a intermediação do loteador. O estado fazia o loteamento, as benfeitorias e vendia pelo preço de custo o terreno. E organizava grupos de 20, 25 operários porque, antes, em um levantamento que eu mandei fazer, mais de 80% das casas dos operários eram construídas por eles mesmos nos

sábados, domingos, feriados, em sistema de mutirão. Então ia ser assim: 20 compravam 20 lotes, o governo então venderia, forneceria o tijolo, a telha, o cimento, a madeira, porta, janela, tudo. E ele então ficaria devendo ao governo o terreno. E tudo isso pelo preço de custo e com um prazo para pagar evidentemente, naquela época, sem correção monetária. Essa experiência nós íamos fazer. Mas infelizmente não deu. Isso eu gostaria de ter iniciado porque hoje o que se vê, com esse BNH, tem tanto intermediário que quando o operário vai pagar a casa dele já está custando quatro ou cinco vezes mais do que custaria se ele estivesse comprando a telha, o tijolo e ele construindo.

Entrevistador: O senhor teve a experiência do governo Roberto da Silveira. Que diferenças o senhor encontrou quando assumiu em 63? Houve mudanças na estrutura política do estado, do governo? O senhor sentiu alguma mudança ou era o mesmo processo?

Badger da Silveira: Não, o processo era quase sempre o mesmo. Com a passagem do Janoti — o Celso foi um administrador que não fugiu muito às normas de administração. Apesar de ter sido muito acusado de corrupto, de explorar jogo, tinha quarenta e tantos cassinos funcionando no tempo dele, mas ele desenvolvia obras. Tinha várias obras que o Celso fez no Estado do Rio. O Janoti não, o Janoti foi um governo de transição muito triste. Mas eu acho que não houve uma mudança assim. É bem verdade que o Roberto foi um homem diferente. Ele era dinâmico, empreendedor, ele ia ver o problema nas suas raízes, procurava solucionar todos. Eu também procurei por todos os meios ver os problemas e dar soluções.

Uma outra coisa que eu queria fazer aqui em Niterói como experiência nas favelas, além de colocar água nos morros, que eu acho o maior absurdo é o sujeito não ter água. Seja no morro, seja favela de lugar plano, mas é desumano o governo não olhar de maneira objetiva a solução desse problema. O sujeito tem que ter água, pelo menos água! Então eu tinha um plano na secretaria de Assistência Social, eu não sei o nome da secretaria, que era o seguinte. Favela, morro do estado: ia uma comissão examinar, fazer um levantamento de todas as casinhas que estavam lá e depois procurar dar a cada um o tijolo e a telha. O sujeito quer melhorar um pouco. Não ia ter uma casa para morar, mas se ele ocupava uma área desse tamanho aqui, se ele pudesse aumentar um pouco, muito bem. Mas desmanchar aquele barraco de zinco, de tábuas, de pedaço de pau, essa coisa toda e fazia de madeira. E colocaria ali um tanque, uma instalação de água e esgoto. Tudo precário, evidentemente não podia ser de luxo, nada, não ia ser embossada a parede [?]....

[FINAL DA FITA 4]

Badger da Silveira: ...casas de madeira pintadas de cores diversas, ia dar uma vista até muito bonita, um aspecto diferente, de limpeza. E o governo não ia gastar tanto para fazer uma coisa dessas. Evidentemente eu acho, por exemplo hoje, o prefeito de Niterói, não estou querendo fazer uma crítica destrutiva, mas no meu entender ele está gastando uma fábula para reformar o Campo de São Bento, reformar a Praça de São João, reformar o [Hink?], reformar a ponte das Barcas que já foi reformada há pouco tempo. Quer dizer, esse dinheiro todo que ele está gastando nisso, se ele estivesse gastando em um morro daria uma assistência melhor à população que vive às margens do contexto social. É uma fortuna que enterra nessas praças sem benefício nenhum de imediato para a população. Para quê? Enquanto eu pensava em gastar o dinheiro mas nessa situação, em um lugar para ele morar melhor.

Outra coisa que eu quase alcancei. Como eu disse a você, não gastei dinheiro quase nenhum em propaganda. No entanto, o meu governo teve uma propaganda muito grande. Eu convidei para presidente da Flumitur a esposa do Bloch, dona Lucy Bloch. E convidei, para secretária, a esposa do diretor d'*O Globo*, Leão Gondin.

Entrevistador: O Leão Gondin é d'*O Cruzeiro*.

Badger da Silveira: D'*O Cruzeiro*. Então as duas maiores revistas, que eram a *Manchete* e *O Cruzeiro*, faziam parte da direção da Flumitur. A esposa do Leão Gondin não aceitou mas indicou o dr. Acioly Neto que era secretário d'*O Cruzeiro*. Então eles fizeram uma propaganda tão grande do Estado do Rio, principalmente das partes turísticas, tanto *O Cruzeiro* quanto a *Manchete*, que descobriram a Região dos Lagos, Angra dos Reis, Parati. Traziam páginas de reportagem sobre o que era Angra dos Reis, Parati. Várias reportagens.

Entrevistador: A Lucy Bloch ficou até o final do governo?

Badger da Silveira: Ficou. E o Aciloy também. E eu ia dar início à construção do primeiro núcleo que objetivamente ia receber turistas internacionais que era o *Club Mediterranée*. Eu fui procurado por esse grupo que queria comprar a Praia da Ferradura em Búzios.

Entrevistador: Nessa época a Brigitte Bardot esteve em Búzios.

Badger da Silveira: Ela veio justamente por causa disso, fazendo uma propaganda já antecipada do *Club Mediterranée*. E eles queriam do governo do estado apenas que colocasse água e eu prometi que colocaria água em Armação dos Búzios no prazo que eles pediram. Tanto que já havia feito o estudo, já estava fazendo a demarcação por onde viriam os canos levando água para lá. E eles já estavam iniciando a compra da Praia da Ferradura. Eles iam construir, de início, 300 cabanas mais um centro comunitário onde teria restaurante, uma série de coisas. E eles me garantiram que viriam, de início, cerca de cinco mil turistas naquele verão, ou no próximo verão. Isso foi em abril de 63. Não, foi março. Março ou abril, nesse período de verão, os entendimentos todos. E a Brigitte Bardot estava nessa época lá. Logo depois veio a Revolução. E o *Club Mediterranée* já estava com tudo preparado, já tínhamos trocado cartas. Pena que eu não tenha, nesse arquivo aí... Mas a *Seleções* do mês de junho de 64, maio ou junho de 64, traz uma reportagem sobre o *Club Mediterranée*, dizendo o que é o clube. E no rodapé diz: "O governador Badger da Silveira está em entendimentos com o clube para a instalação de sua sede em Armação dos Búzios, na Praia da Ferradura." Em uma reportagem sobre o *Club Mediterranée*.

Entrevistador: E com relação à agricultura, como foi o seu governo?

Badger da Silveira: A agricultura foi uma coisa muito difícil. Em uma ocasião eu tive a oportunidade de dizer que se fechasse a secretaria de Agricultura e não publicasse no jornal, ninguém ficaria sabendo, porque a atividade da secretaria de Agricultura era muito pequena. Mas eu tive duas experiências. Em Macaé tinha um plano em que o governo Amaral Peixoto criou um núcleo, acho que Santa Cecília se não me falha a memória, e dividiu pequenas áreas de cinco alqueires, quatro alqueires, entre vários pequenos proprietários. E na ocasião um agrônomo de Macaé me procurou e disse que eles tinham as terras mas não tinham como

fazê-las produzir porque não tinham recursos e que havia necessidade de um financiamento do banco do estado. O Banco do Brasil financiava mas exigia tanto documento que esses caboclos não se sentiam à vontade para ir ao Banco do Brasil. Então ele fez a seguinte proposta: ele fazia um relatório ou, por outra, o lavrador fazia uma proposta orientado por esse engenheiro agrônomo. Essa proposta viria ao banco que, com a aprovação desse engenheiro agrônomo, autorizava. Então não tinha burocracia nenhuma. O agricultor ia ao engenheiro agrônomo e dizia: “Quero plantar arroz e a minha área é essa.” Ele olhava, “realmente dá para plantar arroz”. Aí fazia um pequeno relatório e autorizava. Com aquele papel ele ia ao banco do estado que emprestava o dinheiro. Isso foi autorizado por mim ao presidente do banco do estado. Era um crédito pessoal, fácil do lavrador obter. E esse empréstimo, no fim do ano, não houve um que desse prejuízo ao banco, todos receberam.

Em Caxias, o gerente do banco do estado me procurou. Foi lá um japonês pedindo um crédito de Cr\$ 30 milhões para fazer uma plantação de pimentão, jiló, beringela, enfim. Eu autorizei o presidente do banco a fazer esse empréstimo. Ele, cioso das suas responsabilidades, sempre dizia: “Isso é contra as normas do banco, mas se tenho a ordem do governo, que é o maior acionista, essas normas deixam de prevalecer.” Eu mandei dar os Cr\$ 30 milhões ao japonês. No fim de um certo tempo esse homem colheu tanto pimentão, tanta coisa, que teve dinheiro para pagar os 30 milhões.

Então a experiência que nós tivemos na parte de agricultura não foi tão grande assim porque realmente nós não tivemos tempo de dar maior impulso apesar do secretário, dr. Atanagildo, estar empenhadíssimo. Ele foi à América, fez um estágio lá, veio com idéias, mas a Revolução não deixou a gente examinar as idéias dele.

Entrevistador: O estágio foi onde, em que parte dos Estados Unidos? Fazendas modelo?

Badger da Silveira: Deve ter sido, eu não me lembro bem. Ele foi e passou um mês e tanto, quase dois meses na América. Veio com idéias da Casa do Lavrador, chegou a criar algumas.

Entrevistador: O que o senhor chama de lavrador? É qualquer um que trabalhe...

Badger da Silveira: Qualquer um. De um modo geral lavrador é o que trabalha na terra.

Entrevistador: E a questão dos posseiros no seu governo? Houve muita ocupação de terras também em seu governo?

Badger da Silveira: Foi um dos problemas sérios que eu tive. Realmente eu sempre pensei em resolver o problema dos posseiros. Mas aproveitaram esse problema da posse da terra para fazer uma agitação no meio rural.

Entrevistador: Quem aproveitou?

Badger da Silveira: Brizola, por exemplo, foi um instigador aqui no Estado do Rio. Criou o Grupo dos 11 e dava uma força muito grande. E o presidente da Supra na ocasião, era aquele João Caruso...

Entrevistador: E o Pinheiro Neto?

Badger da Silveira: Não, Pinheiro Neto veio depois. O Pinheiro Neto, quando veio, já tinha diminuído bem. Mas o João Caruso, eles invadiam as propriedades e não eram camponeses, não eram camponeses. Os camponeses que moravam nas propriedades, esses estavam certos, esses eram protegidos pelo governo que já estava tratando da desapropriação das terras para distribuir a esses camponeses. Mas essas invasões não eram feitas pelos camponeses, eram feitas por elementos ligados ao Partido Comunista, ao Leonel Brizola a quem interessava uma situação de instabilidade no interior do estado.

Entrevistador: O Tenório estava envolvido nisso?

Badger da Silveira: Não. Tinha pessoas ligadas a ele, mas ele pessoalmente, que eu saiba, não estava. Apenas o jornal dele dava cobertura às medidas ou criticava as medidas que eu tomava contra.

Entrevistador: O senhor era acusado de mandar a polícia despejar os lavradores, esse tipo de coisa.

Badger da Silveira: Mas não eram lavradores, não eram lavradores. Eram invasores que criavam situações e que eu, na oportunidade que tive de conversar com Carlos Prestes, quando era governador... Eu não sei se já falei sobre isso. O Carlos Prestes quis muito conversar comigo e marcamos um encontro em Copacabana. Eu fui à noite, não me lembro em casa de quem nem onde, porque a pessoa encarregada disso me apanhou nas barcas, de carro, e eu fui até lá, saltei e fui nesse apartamento e conversei com ele. Ele perguntou por que eu não fazia acordo com os rapazes do PC, com os deputados do PC que eram cinco. Por que eu não fazia acordo para que houvesse uma participação desse grupo no governo. Então eu disse que não fazia porque eles tinham uma linha ideológica e um plano de ação que contrariavam em cheio os propósitos do meu governo. Por exemplo, invasões de terra. Invadiam fazendas que estavam organizadas, produzindo, trabalhando. Invadiam, depredavam e depois largavam as propriedades. Então eu tinha a obrigação de garantir a posse e o domínio da propriedade. Eu tinha a obrigação de garantir essa propriedade. E que eu achava que esse movimento que estava sendo feito de greves em cima de greves, greves de solidariedade, greves de depredar as coisas, essas invasões de terra estavam criando um clima propício ao golpe de Estado que estava próximo de ser dado. Se não modificassem essa atuação das esquerdas e de elementos que se interessavam em um golpe e que fomentavam essas discórdias que nós estávamos preparando. Porque o povo ia cansando. A classe média e a própria classe operária não estavam satisfeitas. E a classe média então já ia perdendo aquela confiança no governo e aceitaria de bom grado qualquer movimento de direita para derrubar o governo que estava e implantar uma ditadura. Isso eu conversei com Carlos Prestes e ele acabou me dando razão e disse: “O senhor Leonel Brizola está querendo ir à frente do movimento do Partido Comunista aqui no Brasil. Ele está muito enganado nesse movimento revolucionário que está pregando e o senhor tem toda a razão. O senhor não deve mesmo fazer acordo com os rapazes do PC.” Carlos Prestes.

Entrevistador: Então o senhor coloca que não havia lavradores envolvidos com essa questão de ocupação de terras no Estado do Rio.

Badger da Silveira: Não, havia lavradores. Mas a grande maioria que criava essa situação de invasões de terra...

Entrevistador: Eram liderados por pessoas do Partido Comunista...

Badger da Silveira: Não, havia não. Aqueles que realmente eram posseiros.

Entrevistador: Mas esses como entraram nas terras?

Badger da Silveira: Entraram 20 anos antes, 15 anos antes. Eram terras abandonadas, terras devolutas, terras que não tinham valor nenhum. Eu me lembro, e o Vasconcelos Torres estava até nesse dia, na campanha eleitoral e começaram a fazer discursos, em uma reunião de camponeses, realmente posseiros em uma dessas fazendas de Caxias ou Nova Iguaçu, não me lembro bem, e eu então tive oportunidade de criticar um elemento que estava instigando os posseiros a pegarem em armas, a fazerem e acontecerem. E eu disse que não, que a luta seria judiciária. Eu, assumindo o governo, ia desapropriar as terras e entregá-las a seus ocupantes. Eles podiam ficar tranquilos que eu entregaria as terras a seus ocupantes. Mas sem violência, porque se houvesse violência o governo saberia como combater para defender os interesses dos posseiros.

Mas onde a polícia foi uma ou duas vezes, não foi para expulsar posseiro não, foi para garantir a propriedade contra invasões de pessoas que não tinham nada a ver com o problema agrário.

Entrevistador: Uma das acusações que o jornal do Tenório faz ao senhor, parece que o jornal do Partido Comunista também, é que o senhor mandou a polícia para despejar posseiros. O senhor estaria agindo em favor de grileiros do estado.

Badger da Silveira: Nada disso. Eu mandei a polícia, umas duas vezes, para garantir não o grileiro mas o dono da terra mesmo, o que tinha todos os documentos certos. O grileiro não. Nem podia, estaria contra os meus princípios.

Entrevistador: O senhor se lembra quais foram essas duas vezes?

Badger da Silveira: Não me lembro bem não. Mas era ou Caxias ou Magé...

Entrevistador: Xerém?

Badger da Silveira: Xerém talvez. Não me lembro bem não. Aliás, não fui eu quem diretamente mandou a polícia não. A polícia foi requisitada e o secretário de Segurança tomou providências e mandou.

Entrevistador: O senhor falou ainda há pouco do movimento do padre Aníbal. O senhor poderia falar um pouquinho dele?

Badger da Silveira: O padre Aníbal fez aquele movimento de invasões de terra e estava criando um grupo de guerrilha armada. Foi quando eu, sem recurso militar, sem força, com 90 homens, naquela ocasião eu perguntei quanto nós dispúnhamos de gente, apanha daqui,

apanha dali, tinha 90 com as armas obsoletas, sem condição de ter munição nem coisa nenhuma, então eu requisitei. E houve esse incidente com o ministro da Guerra.

Entrevistador: Qual incidente?

Badger da Silveira: Eu o responsabilizava pelo que pudesse acontecer porque ele dizia que não ia mandar tropas regulares do Exército para combater...

Entrevistador: O ministro era o Jair Dantas?

Badger da Silveira: Jair Dantas Ribeiro. Pois bem. O secretário de segurança, o Herval, organizou uma força e foi justamente de encontro ao padre Aníbal. Mas para surpresa nossa, posseiros verdadeiros, que eram contra prenderam o padre Aníbal e o entregaram à polícia.

Entrevistador: Diziam que o padre Aníbal era ligado ao Herval Basílio.

Badger da Silveira: Não, pelo contrário. Ele foi preso pelo Herval.

Entrevistador: E que ele só queria criar um movimento no campo para que pudesse abrir uma brecha para a polícia ir lá reprimir os posseiros, expulsar os posseiros das terras.

Badger da Silveira: Não, não. Pelo contrário, ele foi preso pelos posseiros e entregue à polícia.

Entrevistador: Ele não se entregou sozinho? A versão que eu conheço é de que ele se entregou sozinho, sem maior resistência.

Badger da Silveira: Não, não foi. Ele naturalmente viu-se cercado e... Ele foi preso, o fato é que a polícia não chegou a ir, não houve luta, não houve tiro, não houve nada disso. Mas acabou com um movimento que na ocasião tinha como cabeça esse padre Aníbal. E pode ser, o padre Aníbal, um elemento até da direita com o objetivo de criar esse clima de instabilidade, de insegurança dentro do país como o caso do cabo Anselmo.

Entrevistador: A nomeação do padre Carvalho para o Plano de Ação Agrária se dá depois desse acontecimento de Capivari com o padre Aníbal?

Badger da Silveira: Não. Desde o princípio ele foi nomeado por mim. Logo que eu assumi o governo eu entreguei esse problema...

Entrevistador: [?]

Badger da Silveira: Ah, tem razão! Ele entrou depois. Era o... esqueci o nome agora. Não sei o quê Melo.

Entrevistador: Como era a atuação do padre Carvalho?

Badger da Silveira: O padre Carvalho defendia realmente os posseiros. E era contra essas invasões também. Por isso é que ele foi muito combatido, porque ele respeitava e lutava pelos posseiros contra os grileiros. Isso ele lutava. Agora, ele era contra essas invasões de propriedades que não tinha posseiro nenhum. O sujeito invadia a propriedade. Teve uma fazenda em Magé, parece, com trezentas e tantas cabeças de gado, tinha mais não sei o quê, destruíram tudo.

Entrevistador: Não foi a [?] em Itaboraí?

Badger da Silveira: Eu acho que era Itaboraí. Invadiram e não tinha nada de posseiro lá.

Entrevistador: Não foi o caso em que o gado teve que ser transferido para Minas?

Badger da Silveira: Exatamente. Depois então eu fui assistindo a essas coisas e botei a polícia em estado de precaução para não permitir que continuassem essas...

Entrevistador: A atuação do padre Carvalho não visava a esvaziar a atuação do Partido Comunista no campo? Porque me parece que o Partido Comunista tinha uma penetração nas associações de lavradores.

Badger da Silveira: Tinha, tinha sim. Mas o padre Carvalho, ele até que se dava bem com essas associações.

Entrevistador: Ele tinha uma boa relação com a Falerj, Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro?

Badger da Silveira: Tinha uma boa relação. E eu também queria que houvesse esse movimento, mas um movimento pacifista. Não de guerrilha.

Entrevistador: Alguns elementos da Falerj estavam envolvidos nesse movimento de ocupação de terras no estado do Rio. O Manoel Ferreira Lima foi processado pela Lei de Segurança Nacional. [Antes?] de 64 ele foi processado como envolvido nesse movimento de ocupação de terra, ele era presidente dessa federação. Como era seu relacionamento com essas associações de lavradores?

Badger da Silveira: Enquanto as associações defendiam realmente o posseiro, eu estava do lado delas. Mas quando passaram a praticar atos de invasão de terras, que eram terras legalizadas de proprietários inscritos no registro de imóveis, tudo direitinho, e que cultivavam suas terras e aquilo foi-se generalizando, eu fiquei contra. E esse movimento foi incentivado pelos comunistas e pelo Leonel Brizola aqui dentro do estado do Rio. Chegou em um ponto que eu passei um telegrama para o presidente João Goulart dizendo que o senhor João Caruso queria incendiar o interior do estado do Rio, que eu era contra e pedia uma providência. No dia seguinte ele foi demitido e nomeado o Pinheiro Neto.

Entrevistador: O padre Carvalho não estava tentando formar um tipo de organização de lavradores paralela às organizações que já existiam antes?

Badger da Silveira: Isso estava. E ele tinha alguma organização já, seus pequenos núcleos. Não sei se com o objetivo de... Evidentemente o objetivo dele era anular a influência das outras organizações.

Entrevistador: O senhor acha que ele tinha esse objetivo?

Badger da Silveira: Eu acho que tinha esse objetivo porque quando eu o nomeei para a Supra, Superintendência da Reforma Agrária, o objetivo primordial, precípua, era amparar os posseiros com mais de 10 anos, 15 anos. Desapropriar essa terra e entregar a esses posseiros. Essa era a finalidade da Supra no Estado do Rio. Tanto que ela atuava quase...

[FINAL DA FITA 5-A]

Badger da Silveira: Tanto que ela atuava quase que aqui na Baixada, onde havia essas terras que valorizaram estupidamente e que encontraram esses homens lá plantando seu quiabo.

Entrevistador: O que o senhor chama de Baixada Fluminense? Quais municípios?

Badger da Silveira: O que eu chamo de Baixada Fluminense eu falo em Nova Iguaçu, Nilópolis, São João do Meriti, Caxias e até Magé.

Entrevistador: Dr. Badger, fala-se que o padre Carvalho teria envolvimento com o Ibade. O senhor sabe alguma coisa sobre isso?

Badger da Silveira: Não. Falavam mesmo, na ocasião acusaram muito o padre Carvalho de ter recebido dinheiro do Ibade mas não ficou provado nada. Ele era um homem muito ativo, não sei se você conhece o padre Carvalho.

Entrevistador: Ele está vivo?

Badger da Silveira: Está vivo sim. Ele era muito ativo, muito atuante.

Entrevistador: E ele é fácil de ser encontrado?

Badger da Silveira: Eu acho que é. Eu dificilmente me encontro com ele, às vezes me encontro. Tenho o endereço dele, mas perco. Mas é um homem muito interessante para você ouvir porque vai esclarecer muito nesse setor.

Entrevistador: A nomeação do padre Carvalho para o Plano de Ação Agrária aqui no Estado do Rio não significaria uma certa aliança do senhor com o setor da Igreja representado pelo padre Carvalho?

Badger da Silveira: Não, não tinha nada. O padre Carvalho não tinha... Eu pelo menos não sei nem a qual bispo ele era ligado.

Entrevistador: Ele tinha muita influência no meio operário também.

Badger da Silveira: Isso tinha. O padre Carvalho tinha influência sim. Mas eu nomeei o padre Carvalho porque ele já tinha prestado serviços ao governo do Roberto.

Entrevistador: Nessa questão de agricultura?

Badger da Silveira: De agricultura, é. Eu nomeei um outro rapaz, quando assumi o governo, para esse setor. Depois então designei o padre Carvalho.

Entrevistador: E como era seu relacionamento com a Supra, mesmo depois, com a posse do João Pinheiro Neto? Porque a Supra fez várias desapropriações de terras aqui no Estado do Rio. Ela desapropriou a Fazenda Santa Alice, em Itaguaí, desapropriou a área do Imbé, em Campos, que teve um grande conflito com ocupação de terras lá. Como era seu relacionamento com a Supra? A impressão que dá é de que a Supra passava por cima do senhor nessa questão de terras aqui no Estado do Rio. Como era isso?

Badger da Silveira: Realmente. Foi daí que eu protestei contra o Caruso. E depois então eu critiquei a forma do problema agrário aqui no Estado do Rio porque eles estavam precipitando e não dando uma solução objetiva. Por exemplo, em Itaguaí eu fui convidado para uma distribuição de títulos nessa fazenda Santa Alice e outras. Quer dizer, não tinham demarcado, não tinham feito nada. Nem pago a desapropriação não tinham e já foram distribuir títulos; apenas com uma atitude demagógica que eu fui contra. E falei com o presidente: “Presidente, mas esses títulos não são válidos.” Quer dizer, o próprio Jango foi iludido naquele dia com aquela distribuição. Ele estava certo de que estava dando título de terra e não tem nenhum que seja proprietário lá até hoje pelo que me consta.

Entrevistador: [?] está assentado.

Badger da Silveira: Já está, não é!? Bom, mas naquela ocasião, aquela distribuição não foi de títulos válidos. Então eu fui contra porque não havia objetividade naquele movimento. E como a grande maioria dos camponeses que estava ali era de operários navais...

Entrevistador: Os camponeses eram operários navais?

Badger da Silveira: Eram. Estavam empunhando cartazes de camponeses, “reforma agrária na marra”, reforma agrária com não sei o quê, e eu conhecia eles todos porque eram operários aqui, então, no discurso, eu me dirigi ao “presidente, deputados e operários navais meus conhecidos, empunhando cartazes de camponeses”. Então eu fui vaiado lá porque realmente eu critiquei aquela reforma, ou por outra, o modo como eles estava procedendo àquela desapropriação e distribuição de títulos. É que não correspondia à realidade.

Entrevistador: Dr. Badger, além do problema de mobilização em torno da estrutura agrária, que outro tipo de mobilização houve no Estado do Rio, de movimentos? De movimentos operários houve alguma coisa?

Badger da Silveira: Houve sim. Por exemplo, eu criei a Celf, Centrais Elétricas Fluminenses. O objetivo da Celf era ir transferindo para o governo todos os serviços de energia elétrica do

estado. Inclusive eu havia mandado fazer um levantamento para desapropriar a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, a *Bone & Share*, aqui no Estado do Rio.

Entrevistador: [?]

Badger da Silveira: E nesse levantamento tem uma surpresa interessante. Eu não tenho dados, não guardei esses dados. Mas esse estudo não será tão difícil levantar. Havia um contrato de uma firma, que era ligada à *Bone & Share*, para prestar serviços técnicos. Então, a evasão de divisa ia no lucro da companhia e mais no pagamento desse contrato de prestação de serviços que efetivamente não existia, era um contrato apenas para dar vazão a pagamentos a essa firma. Era um contrato de assistência técnica e quase que o lucro da companhia equivalia ao que se pagava a essa assistência técnica. Então eu acredito que o estado poderia desapropriar porque a concessão, a reversão ao estado seria mediante um pagamento pelo valor histórico. E pelo valor histórico, o estado tinha condição de comprar, adquirir os bens da Companhia Brasileira. Mas quando eu criei a Celf, antes havia uma comissão de energia elétrica que funcionava na secretaria de Obras. Então, todos os funcionários, os operários dessa comissão tinham direito de optar: ou continuavam como funcionários do estado e seriam absorvidos então por outras secretarias como funcionários estáveis do estado, ou passariam para o regime de CLT e pertenceriam a Celf. Muitos deles passaram para a Celf como operários empregados de uma empresa de energia elétrica. E eles ingressaram então no sindicato dos empregados da Companhia Brasileira porque eram da mesma categoria. Pois bem. Um mês depois, o Santana, que era o presidente do sindicato da Companhia Brasileira, e por conseguinte absorveu esses empregados da Celf, pediu uma audiência e levou uma relação de itens de reivindicação para os operários da Celf. Tinha 30 itens. Eu apanhei e pedi um prazo para estudar e ver o que o governo poderia atender.

Entrevistador: Quais eram esses 30 itens?

Badger da Silveira: Não me lembro de nenhum. Mas tinha 30 itens. Desses 30 itens, metade mais ou menos o governo pôde atender mesmo porque já era atendido pela Companhia Brasileira. E os outros eu disse ao Santana que tivesse paciência, esperasse porque o objetivo do governo era realmente atender a todos os itens que fossem no sentido de melhorar a posição de cada trabalhador no setor de energia elétrica, como de todos os setores. E o Santana então me disse: “Olha, governador, lamento muito mas vou dizer ao senhor que nós vamos entrar em greve porque todos estão em assembléia permanente aguardando essa solução para poder resolver se entram em greve ou não. E a ordem é de que, se não forem atendidos todos os itens, imediatamente a classe entrará em greve.” Eu falei: “Está bem, é um direito que assiste a vocês entrarem em greve. Mas eu aceito a greve, por exemplo, paralisação da marcação dos relógios, paralisação da cobrança, paralisação dos escritórios. Isso está muito bem, vocês já têm como coagir a empresa, tanto a Brasileira como a Celf.”

Entrevistador: A CBPE pertencia ainda a um grupo estrangeiro?

Badger da Silveira: Pertencia ainda a um grupo estrangeiro. “Agora, fora daí eu acho que vocês não devem fazer uma greve.” E ele falou: “Não, nós vamos fazer uma greve total.” “Mas qual é a greve total que você diz?” “Nós vamos parar tudo, parar usina, distribuição, tudo.” E eu falei: “Não, isso eu não aceito. Eu não vou admitir que vocês parem hospitais,

parem... Não é possível ficarem Niterói, São Gonçalo, Baixada Fluminense, Petrópolis, tudo completamente sem energia. Isso é um absurdo, eu não admito. Vocês podem prejudicar a companhia. Prejudiquem a companhia deixando de cobrar, deixando de funcionar escritório, marcar relógio. Tudo isso prejudica a companhia. É uma forma de vocês coagirem o governo a ver uma solução. Mas fora daí, não.” Ele insistiu e eu chamei o Herval no telefone, na presença dele. Era o secretário de Segurança. E falei: “Herval, você veja forças para ocupar a usina tal, a usina tal, o ponto tal.” Naquele tempo eu estava por dentro de todos os problemas, então eu sabia exatamente onde seriam os pontos fracos. E falei com o Santana: “Olha, Santana, eu não admito piquete de greve. Vocês podem fazer a greve, mas quem quiser trabalhar, vai trabalhar. E você avisa lá para a rapaziada que está em assembléia permanente, que os funcionários da Celf serão demitidos. Serão demitidos porque eu não vou permitir um tipo de greve nesse sentido.” Aí o Santana: “Mas governador, o senhor, de um governo trabalhista...” “Eu sou um governo trabalhista mas entendo que isso não constrói nada, esse tipo de greve que vocês querem fazer. Todos os itens que o governo atendeu, está muito bem...”

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

Badger da Silveira: “...da Celf. E se houver piquete de greve, eu não vou permitir. E também os que quiserem trabalhar, o governo dá toda a garantia. Os que não quiserem trabalhar ficam sujeitos à demissão, serão demitidos. Esses 15 itens que o governo não pôde atender não justifica que vocês façam uma greve e deixem cidades como Niterói, Magé, Petrópolis sem energia, com esgotos entupidos, com hospitais sem... Não posso aceitar isso, não aceito. Então avise bem aos rapazes que eu não admito piquete de greve e que demito aqueles da Celf que participarem dessa greve. A não ser a greve que eu disse a vocês que pode coagir o governo e a companhia sem prejudicar o fornecimento de energia elétrica.” Ele ficou meio assim, “o senhor é um governo trabalhista...” “Sou um governo trabalhista mas isso não importa em admitir que desvirtuem até o princípio da greve.” Ele foi e quando foi uma hora mais ou menos, eu estava aguardando, ele telefonou e disse: “Governador, custou um pouco mas eu consegui convencer o pessoal a não entrar em greve.” “Então está muito bem. Depois nós vamos estudar as possibilidades de atender a todos itens.”

Bom, outra foi uma greve quando eu entrei. Assumi o governo e o Instituto Vital Brasil estava com cinco meses em atraso no pagamento do funcionalismo deles. E com um faturamento de Cr\$ 4,5 milhões por mês. Estava falido praticamente. Então eu autorizei um empréstimo pelo banco do estado, pagar todo o atrasado, os cinco meses atrasados, dei um aumento relativamente pequeno mas que podia ser, um administrador muito bom à frente do Instituto. Três meses depois eles fizeram uma greve por aumento salarial. Três meses, não tinham nem começado a recuperar o Instituto. Então veio a comissão com a reivindicação disso, daquilo, daquilo outro. “Bem, eu mandei pagar os cinco meses atrasados, dei um pequeno aumento, pretendo pagar o máximo que for possível porque a finalidade do Partido Trabalhista é essa. Agora, com relação a essa greve de vocês, eu não tomo nem conhecimento. Vocês estão em greve? Muito bem, estão em greve. Não vou nem tomar conhecimento. Aquilo está falido, eu estou procurando recuperar o Instituto Vital Brasil justamente para garantir a posição de vocês. Mas já que vocês querem entrar em greve, podem ficar em greve. Se ficarem um mês, dois meses, três meses. Se chegar a uma posição, o governo manda vender aquilo em leilão, indeniza vocês todos e acaba. Essas reivindicações que vocês estão fazendo agora, eu só vou poder atender no fim do ano, depois que o Instituto

se recuperar financeiramente. Agora não há possibilidade.” Bem, o fato é que eles ficaram uma semana em greve e depois resolveram voltar ao trabalho sem maiores conseqüências. E no final realmente, no fim de um ano, quando nós já estávamos faturando quase Cr\$ 50 milhões, já estava pagando os empréstimos feitos, então tivemos condição de dar um aumento mais razoável para os operários do Vital Brasil.

Outro fato que se passou foi em uma fábrica de tecidos que tinha em Campos. Essa fábrica — Manufatura Campista? Não sei o nome da fábrica —, eu me lembro que no governo do Roberto eles pararam a fábrica porque havia necessidade de um empréstimo e o Roberto autorizou o banco do estado a emprestar uma importância grande. Depois eu soube que no governo do Celso eles pararam também a fábrica para arranjar mais dinheiro. E exatamente no meu governo eles deixaram de pagar os operários, também cinco meses de atraso, fecharam a fábrica e foram lá ver se conseguiam um empréstimo. Eu mandei fazer um levantamento das dívidas da fábrica: eram Cr\$ 230 milhões ou Cr\$ 250 milhões. O passivo era esse. E o ativo, o que eles dispunham de bens etc. era mais ou menos de Cr\$ 250 milhões. Então chamei, “você quer empréstimo para quê? Você está falido, são insolventes. O que você tem dá exclusivamente para pagar a dívida de vocês e não tem para indenizar o operariado da fábrica. Eu faço uma proposta. O estado compra a fábrica, assume os Cr\$ 250 milhões de dívidas e compra a fábrica.” Aí eles aceitaram isso, o estado assumiu o compromisso de pagar, o banco do estado ficou como avalista no Banco do Brasil, tinha o crédito dele e de outros bancos. Eu comprei então a fábrica para os operários.

Entrevistador: Essa fábrica ainda está no patrimônio do estado?

Badger da Silveira: Não. Comprei e o banco do estado financiou o pagamento dos atrasados, colocou um gerente, que era um antigo funcionário da fábrica, e posteriormente seria organizada uma sociedade anônima com a participação de todos os operários. Era uma iniciativa aqui no Estado do Rio, pioneira. Mas infelizmente a Redentora veio e fechou a fábrica e acabou com a fábrica.

Entrevistador: E as greves que houve no período de 63 se refletiram no Estado do Rio?

Badger da Silveira: Houve greves sim, refletiram. Mas não foi muito não. Aqui no Estado do Rio eu procurei evitar ao máximo possível que se fizessem greves. Então eu tinha muito diálogo com todos aqueles que tentavam. Um dos que me deram mais trabalho aqui foram os rodoviários. O Sindicato dos Rodoviários é que de vez em quando fazia uma greve, era difícil para a gente solucionar. Essas greves às vezes eram fomentadas pelos próprios donos de empresa com o objetivo de arranjar uma tarifa maior. Então eu dificilmente concordava com aumento de tarifa a não ser depois de um cálculo muito bem feito em que esse aumento não iria beneficiar mais o dono da empresa do que propriamente o operariado.

De forma que eu já estava angariando uma certa confiança no meio do operariado. Quando eles tentavam uma greve ou iam para uma greve, eu ia dialogar, conversar, explicar, esclarecer. E muitas vezes evitava a greve. Uma ocasião, em Campos, eu dei um aumento para os funcionários da Água e Esgoto de Niterói e São Gonçalo.

Entrevistador: E o sindicato ficava em Campos?

Badger da Silveira: Não. O que tinha lá em Campos nem era sindicato, era uma associação que ia depois se transformar sindicato. Essa associação era presidida por um rapaz, Oliveira, não sei o quê Oliveira. E toda época de eleição, um mês antes ou qualquer coisa, ele fazia um movimento, greve e coisa e tal para ele se sair bem nas eleições. Então, estava na fase da eleição quando eu dei um aumento para Niterói e São Gonçalo. E logo depois eu estendi esse aumento para os funcionários de Campos, Miracema, para o interior do estado onde tinha o serviço de água e esgoto. Mas ele aproveitou que estava na fase de eleição, e eu tinha dado esse aumento aqui e não tinha dado para lá, convocou uma assembléia e estabeleceu que se o governo não desse esse aumento para Campos, eles iam entrar em greve e fechar a água na cidade. Mas ele não leu o *Diário Oficial* que tinha publicado justamente naquele dia. Ele veio com a comissão cobrar isso do governo. Chegava aqui, cobrava, entrava em greve porque o governo não ia dar e ele então seria o grande beneficiário político disso. Mas quando ele chegou, pediu audiência e chegou, cercado daquele grupo, eu falei: “Oliveira, você chegou tarde.” Ele falou: “Mas como?” “Veio reivindicar o mesmo aumento que eu dei para o pessoal de Niterói e São Gonçalo.” “É, nós estamos lá em assembléia geral, viemos fazer essa reivindicação...” “Bom, então vocês estão vendo que o Oliveira veio tarde porque isso já foi publicado no *Diário Oficial*, o governo já deu o aumento. Então vocês podem voltar tranquilos.” Mas ele saiu e eu falei: “Esse camarada vai decretar a greve. Vai chegar de noite lá, de madrugada, decretar a greve e amanhã não tem água em Campos. Depois então vai dizer que suspendeu a greve porque o governo teve que atender aquilo etc.” Então eu chamei um engenheiro que conhecia bem Campos, chamado Filadelfo, e falei com ele: “Filadelfo, você vai imediatamente para Campos, leva a força policial que você puder levar daqui, agora, requisita aí.” Acionei a secretaria de Segurança, a Polícia Militar e o Filadelfo foi. Ele conhecia os pontos todos. Então ele chegou antes do Oliveira e tomou posição nos pontos-chaves onde ele podia fechar a água.

De forma que ele foi para lá, agitou a assembléia e tal, “o governo tem que dar de qualquer maneira, greve...” E decretou a greve. E partiu para paralisar a água. Mas quando chegaram lá, a polícia estava lá e eles ficaram tontos. Ficaram tontos, o pessoal começou a ir trabalhar porque viu que o negócio havia fracassado, eu mandei noticiar que o governo já havia dado o aumento, que aquilo era um golpe político do seu Oliveira e aí ficaram uns oito ou 10 tentando ainda qualquer coisa. Mas do lado de fora, porque o negócio normalizou e ficaram os grevistas sem greve, sem coisa nenhuma. Aí veio o Marcelo Martins, que era o prefeito de Campos...

Entrevistador: De que partido?

Badger da Silveira: Ele sempre foi do Partido Socialista mas tenho impressão que nessa ocasião era do Partido Social Trabalhista, não era não? Do partido do Tenório. Não sei. E o Marcelo Martins veio, fez um apelo e eu falei: “Não tem problema. Eu retorno todo mundo, pode voltar para o trabalho. Agora, menos aqueles que estavam ocupando cargo de chefia. Esses eu não posso reconduzir porque o cargo de chefia é um cargo de confiança. Se eles vêm contra o governo em uma situação dessa, então eu não posso readmitir. Mas como funcionário vou readmitir todos, não tem problema.

[FINAL DA 3ª ENTREVISTA]

4ª Entrevista

Entrevistador: Dr. Badger, estamos começando nossa quarta rodada. Nós havíamos parado na terceira falando a respeito da estrutura agrária, dos camponeses, das greves que houve em Niterói, na Empresa de Água e Esgoto, na Celf. Então hoje nós vamos não só dar continuidade a isso mas também fazer algumas perguntas sobre o que já examinamos do arquivo. Com certeza nós atrasamos hoje porque nós vimos os arquivos. A pergunta que eu quero fazer parece uma coisa óbvia. No seu arquivo a gente nota, talvez devido à influência do período, muita preocupação com política externa. O senhor tem discurso falando sobre política externa, elogiando Afonso Arinos etc. O que eu queria perguntar é sobre a presença da Aliança para o Progresso. Teve Aliança para o Progresso no seu governo? Como foi isso, dr. Badger?

Badger da Silveira: Não. Nós não chegamos...

[FINAL DA FITA 5]

4ª Entrevista: 17/02/1982

Badger da Silveira: Nós não chegamos a ter nenhum entendimento mais profundo. Nós chegamos a estudar a possibilidade de levantar algum dinheiro através da Aliança para o Progresso mas não se concretizou. Nós não chegamos a fazer nenhum acordo, nenhum entendimento concreto em relação à Aliança para o Progresso.

Entrevistador: No arquivo tem um documento falando alguma coisa. Que o seu governo teria tido contatos com a Aliança para o Progresso...

Entrevistador: Do secretário de Saúde do estado. E o programa do trigo.

Badger da Silveira: Pois é, mas apenas isso. Nós não chegamos a levantar nenhum dinheiro da Aliança para o Progresso. Não se concretizou. Apenas foram encaminhados alguns trabalhos nesse sentido mas não se concretizou nada.

Entrevistador: Dr. Badger, uma outra coisa. A gente sente muito, nos anos 60, a presença da Democracia Cristã. No Brasil, na América Latina e no Estado do Rio através do PDC. O que a gente sente muito é esse papel da Igreja, até para conter o problema dos camponeses. O senhor sente que essa presença do PDC foi em razão dessa maior presença da Igreja nesse sentido, essa aliança com PDC?

Badger da Silveira: Não, não foi não. A aliança com o PDC foi mais de caráter político mesmo. Eu tinha interesse em ter uma aliança qualquer. E com o PDC, por várias razões. Uma, eleitoral; o PDC traria um contingente de eleitores. Pequeno, mas traria. Em vez de reforçar um candidato adversário, viria reforçar a minha candidatura. E também havia uma certa pichação de comunista, que eu era comunista e que tinha ligações com os comunistas etc. Quer dizer, uma aliança com o PDC já quebraria no eleitorado mais conservador essa impressão que poderia ser negativa para mim nesse setor.

Entrevistador: Dr. Badger, o senhor falou algumas vezes, e isso dá para perceber também nos jornais da época, que haveria em algum nível uma divergência entre o senhor e o governo federal, algum desencontro pelo menos. O senhor poderia falar um pouco sobre isso.

Badger da Silveira: Eu não cheguei a falar da vez passada?

Entrevistador: Falou do Darcy Ribeiro, do boicote.

Badger da Silveira: Não havia bem um desentendimento. Pelo contrário. Com o presidente João Goulart eu me dava até muito bem. E ele sabia que podia contar comigo em qualquer ocasião. Mas a impressão que eu tinha é que havia um círculo em volta do presidente que impedia o meu contato com ele com maior facilidade.

Houve um fato muito interessante. Eu ainda era candidato, faltava um mês talvez para as eleições, e ele me deu para indicar três nomes: dois para a Chevap, a companhia hidrelétrica lá de Resende, e um para o cargo de diretor-secretário da Siderúrgica Nacional. Então, eu havia marcado uma audiência com ele justamente para levar esses nomes. A audiência estava marcada para às 10 horas e eu cheguei no portão, lá do Palácio Laranjeiras — vocês conhecem o Palácio? Tem aquela alameda e tal — e não me deixaram entrar. O guarda perguntou, eu dei o meu nome, “mas aqui não tem audiência marcada”. “Mas o senhor telefona, fala com o secretário ou com alguém que eu estou aqui no portão e que eu tenho audiência marcada com o presidente.” Aí ele foi, telefonou e veio a notícia de que a audiência tinha sido cancelada e que eu não podia falar com o presidente. Aí eu falei: “Não, o senhor insiste. Fala com o Cailar pessoalmente que sou eu, fulano de tal, que estou aqui e preciso falar com o presidente. Ou então quero entrar no palácio.” Aí então veio o Bandeira, que era o oficial de gabinete do presidente, meu amigo, meu conhecido, e falou: “Olha, Badger, eu vim pessoalmente lhe dar uma satisfação do porquê você não pode falar com o presidente, do porquê a audiência foi suspensa.” “Quer dizer que eu não vou entrar aqui no palácio?” “Não, mas nós vamos marcar uma outra audiência.” Isso faltava um mês mais ou menos para as eleições, eu candidato a governador do estado.

Aí eu perdi a paciência, perdi a esportiva e disse uma série de desaforos. Mas palavras, em altos berros, no portão do palácio. Que eu não admitia aquilo, que eu não era moleque, que eu era isso, que eu era aquilo. Se o presidente quisesse... Enfim, baixo calão. Falei horrores, ficou todo mundo apavorado ali. O Bandeira mais ainda: “Você me dá cinco minutos para eu ir lá dentro?” “Dou até uma hora! Agora, diga ao presidente que, se eu não entrar no palácio hoje, vou sair daqui e deixo de ser candidato ao governo do estado. Vou dar uma entrevista dizendo que fui barrado aqui, às vésperas das eleições, e que não aceito isso. Renuncio à minha candidatura por essa razão.”

Aí o Bandeira saiu andando, foi lá para dentro e mal chegou lá, o telefone tocou e mandou eu entrar. Eu subi a escada, cheguei no salão, o Jango ia passando, passou a mão no meu ombro e falou: “Badger, você recebeu a notícia de que nós vamos adiar a audiência?” Eu falei: “Eu recebi a notícia sim, presidente.” “Então vamos marcar para amanhã às 9 horas.” Eu falei: “Está bem. Amanhã às 9 horas o senhor me recebe?” “Recebo. Venha aqui amanhã às 9 horas. Cailar, toma nota aí para receber amanhã o Badger às 9 horas.” Eu fui embora.

No dia seguinte, às 9 horas eu cheguei, entrei diretamente no palácio e o Cailar: “Ih, Badger, acabei de ligar para a sua casa, estou tentando falar com você que o presidente não vai poder falar com você hoje.” Eu falei: “Não tem problema não, marca outro dia. Se ele não pode falar comigo hoje, marca outro dia.” “Mas em todo caso espera aí. Eu vou subir e vou

falar com ele que você já está aqui.” Daí o Cailar desceu e falou: “O presidente disse para você subir.” Eu subi a escada, ele estava no banheiro, de cueca, fazendo a barba. Aí conversamos, ele falou: “Badger, você vai ganhar as eleições.” E eu falei: “Eu estou com muita esperança, acredito que sim.” Ele falou: “Mande fazer uma pesquisa com o Ibope e o resultado é muito favorável a você.” “É, eu também tenho acompanhado as pesquisas do Ibope e a conclusão que eu tenho é de que vou ganhar as eleições.” E ele falou: “Badger, eu tinha pelo Roberto uma afeição fraternal. Eu perdi meu único irmão e transferi para o Roberto esse sentimento de amizade fraternal. Eu considerava o Roberto como meu irmão. E com a morte do Roberto eu transferi para você esse sentimento. Eu considero você como meu irmão.” Eu falei: “Olha, presidente, há uma reciprocidade. Eu também sempre considerei o senhor como um grande amigo e depois da morte do Roberto, essa amizade aumentou muito e eu também o considero como se fosse meu irmão. Agora, eu sou um homem humilde por natureza mas não deixo ninguém me humilhar. Eu sou humilde, mas ninguém me humilha. Eu não aceito humilhação de forma nenhuma. E ontem eu fui humilhado aqui na porta do palácio. E disse coisas que talvez eu não devesse dizer.” Ele foi e disse: “É um filho da... de um coronel aí que eu designei para organizar essas audiências e ele fez uma burrada dessas. Eu soube, mas você sabe que eu não faria nunca uma coisa dessas com você. Você entra aqui a hora que quiser, no instante que quiser, não precisa marcar hora, nem audiência. A hora em que você quiser falar comigo...”

Então quebrou essa parte e com isso eu estou querendo demonstrar que pessoalmente o Jango não tinha nada contra mim. Mas havia uma certa coisa, eu não sei se era ciumada ou coisas de governo. Isso é que atrapalhava às vezes esse bom entendimento do governador do Estado do Rio com o presidente da República.

Entrevistador: Por parte de quem?

Badger da Silveira: Não sei, nunca descobri.

Entrevistador: O senhor falou no Darcy Ribeiro.

Badger da Silveira: O Darcy Ribeiro foi um que me boicotou por todos os meios até que eu encontrei a solução indo diretamente aos diretores de departamentos com quem eu tinha entendimentos maiores e buscava as verbas que me interessavam aqui no estado.

Entrevistador: Quem é esse Cailar que o senhor até cita, com sua letra, no arquivo?

Badger da Silveira: O Cailar era o secretário particular do presidente da República. Logo depois da Revolução ele suicidou-se. Eugênio Cailar.

Entrevistador: Dr. Badger, voltando ao ano de 63 e voltando também a esse processo de dificuldades na relação do governo federal com o governo do estado. O que a gente sente, nos anos 63, é que o senhor tenta um certo equilíbrio. De um lado, o senhor propõe por exemplo a Frente de Moderação, que o senhor apoiou na Faculdade de Direito de São Paulo. De outro, o senhor apoiava determinadas ações, determinados movimentos como a realização do Congresso de Solidariedade a Cuba, em Niterói. No próprio 64 o senhor vai a *Rádio Mayrink Veiga* hipotecar solidariedade ao governo João Goulart e tudo. Eu queria tentar explicitar que eu vejo na ação do senhor uma posição de equilíbrio, tentar equilibrar, aceitar determinadas

concessões. Eu queria que o senhor falasse no problema desse equilíbrio, de um lado uma Frente de Moderação mas apoiando certas ações...

Badger da Silveira: Exatamente. Eu estive em São Paulo a convite do Centro Acadêmico...

Entrevistador: Centro Acadêmico 28 de Agosto, o centro acadêmico da Faculdade de Direito no Largo de São Francisco, São Paulo.

Badger da Silveira: E lá eu tive a oportunidade — não sei se tem cópia aí da palestra que eu fiz na televisão.

Entrevistador: Na televisão ou na Faculdade de Direito?

Badger da Silveira: Eu falei na faculdade e na televisão também. E eu pregava realmente a moderação porque estava vendo que a coisa estava caminhando para uma radicalização muito grande. De um lado o Brizola a criar Grupo dos 11, a pregar a guerrilha. E de outro lado a reação da direita se organizando cada vez mais, e cada vez mais forte. E eu enxergava essa possibilidade, como aconteceu, de um golpe de direita implantar a ditadura no país. Então, o meu receio era acontecer o que aconteceu, era a preparação psicológica da classe média e inclusive até da classe operária, de uma certa parte da classe operária que não estava mais satisfeita com esse movimento de radicalização da esquerda. Então, todos temiam um golpe de esquerda como se temia também um golpe de direita. E nenhum dos dois, no meu entender, era interessante para o país.

Eu pregava então a moderação. Quer dizer, encontrar um meio de não haver a radicalização. Por isso que eu dizia sempre: qualquer resultado que dê, eu acabo apanhando. Ou no canto ou na beirada. Se ganhar a direita eu vou apanhar porque eu estava com problemas, ou apoiava determinadas posições da esquerda não radical. Então eu apanharia pela direita, como apanhei. E se vencesse a esquerda eu apanharia porque teria proposto uma situação de moderação que no entender da esquerda era um movimento no sentido de fortalecer a direita. Mas eu assumi, sabia que assumia esse risco mas pregava a moderação. Agora, determinadas medidas ou manifestações do movimento de esquerda, eu participava porque achava que eram justas.

Entrevistador: O senhor estava falando [?] que tivesse meio de furar o bloqueio do Darcy Ribeiro pelos chefes de departamento.

Badger da Silveira: Era o seguinte. Por exemplo, estradas de rodagem. O Geraldo Reis era o diretor do Departamento de Estradas de Rodagem. Eu não o conhecia pessoalmente. Então eu fui ao departamento, conversei com ele, expus os problemas aqui do estado, os planos. Depois o convidei para vir almoçar no palácio, ele veio almoçar no palácio e fizemos um contato pessoal muito grande. Ele era um rapaz muito acessível, esse engenheiro, e muito competente também, e se interessou pela solução dos problemas junto comigo. E me mostrava como levantar essas verbas sem que houvesse interveniência de alguém para poder me boicotar. E com isso eu consegui verba para pavimentar, juntamente com as verbas do estado, 210 km de estradas naquela época.

A mesma coisa eu fiz com a Eletrobrás. Como era o nome dele? Bem que a Cristina falou: “O senhor deve pegar esses nomes e escrever porque na hora o senhor vai esquecer.”

Esse rapaz, a mesma coisa. Eu consegui verba, cheguei a assinar o contrato da construção da usina de Rosal, Cr\$ 78 bilhões.

Entrevistador: As usinas de Rosal e Roberto da Silveira nunca foram concluídas?

Badger da Silveira: Não. O Roberto começou. Foi a tal concessão de que eu falei aqui que o... Oliveira? Não queria dar. Ele tinha a concessão e não queria abrir mão dela. Foi quando, logo depois do quebra-quebra das barcas da Cantareira, o Roberto telefonou para ele dizendo que não se responsabilizava se acontecesse alguma coisa com as indústrias dele. Então ele abriu mão logo da concessão. E o Roberto deixou, ele tinha construído a usina piloto, uma usina pequena, Franco Amaral, no mesmo vale do rio Tabapuana. E deixou todo o projeto, quase tudo pronto, da outra usina. E eu cheguei a assinar um contrato para a construção dessa usina. Assinei até 10 dias antes da Revolução, ou 12 dias, em Bom Jesus, na praça pública, o Jango assinou com a empreiteira.

Entrevistador: Dr. Badger, o senhor fala das classes conservadoras. Até antes, nós estávamos conversando informalmente, o senhor identificou pessoas. Então eu gostaria que o senhor explicitasse quais seriam aquelas forças conservadoras do estado que se aglutinam em 1963 para já preparar o movimento militar de 64. Se há associações comerciais, sindicatos de empresários, proprietários rurais?

Badger da Silveira: As forças conservadoras a que eu me referia eram justamente essas: as indústrias, grandes proprietários rurais com influência nos pequenos proprietários rurais, essas cooperativas e o comércio de um modo geral.

Entrevistador: Essas associações faziam pressões?

Badger da Silveira: As associações em si, não. Mas de um certo modo faziam. Por exemplo, representantes dessas associações pertenciam a partidos políticos que eram partidos mais ligados... Por exemplo, eu considero o Partido Social Democrático que tenha sido — uma UDN — um partido representante, como eu disse, dessas classes conservadoras. Então tinha elementos influentes não só desses partidos como ligados à indústria, ao comércio, aos latifúndios. Essa a idéia que eu tinha, o pensamento que eu tinha de classes conservadoras.

Entrevistador: Certos setores da Igreja também...

Badger da Silveira: Também certos setores da Igreja.

Entrevistador: Dr. Badger, além do Darcy Ribeiro o senhor identificaria alguma outra força de bloqueio às suas reivindicações junto ao governo federal, o senhor já eleito governador? O senhor falou por exemplo no caso de Capivari, com o padre Aníbal, que o senhor teria pedido tropas federais para resolver a questão e que o general que o senhor contactou teria se recusado.

Badger da Silveira: É, o ministro da Guerra. Eu não posso identificar elementos assim, mas havia, eu sentia um certo bloqueio dentro do governo. Não do presidente. Pessoalmente, não. Por exemplo, eu quis, não sei se falei sobre o túnel Rio-Niterói. Pois é, eu custei a convencer.

Depois que eu convenci o presidente João Goulart, foi marcado o dia da audiência justamente para assinar a nomeação da comissão que executaria o plano e o pedido de autorização ao Senado para fazer o empréstimo internacional. Isso eu lutei uns dois ou três meses, constantemente em contato com o presidente João Goulart, para que ele marcasse essa audiência e se convencesse da viabilidade da construção do túnel.

Entrevistador: Dr. Badger, agora tocando mais nesse assunto do processo, de uma atitude política de equilíbrio, de moderação, há no ano de 1963 alguns problemas que se colocaram explicitados. Entre os quais o problema dos sargentos em Brasília e aquela medida que o João Goulart tenta da decretação do estado de sítio. Então eu queria que o senhor explicitasse qual foi sua atitude, sua posição em face não só da rebelião dos sargentos em Brasília e, em consequência, a decretação do estado de sítio que o Jango depois vai suspender o envio da medida ao Congresso. Qual foi a sua posição nesse momento?

Badger da Silveira: Mas ele não suspendeu o envio da medida ao Congresso.

Entrevistador: Mas ele não aplicou porque houve pressões.

Badger da Silveira: Não. Foi o seguinte. Essa medida do pedido de estado de sítio, eu não fui ouvido por ele, não fui consultado.

Entrevistador: E ele ouviu outros governadores?

Badger da Silveira: Não sei se ele ouviu outros governadores, mas eu não fui consultado. Em princípio, eu era contra a medida. Mas quando eu soube, o pedido já estava no Congresso. Agora, houve uma reação muito grande contra essa medida não só do PSD, elementos do PSD que apoiavam o governo do Jango em determinadas ocasiões, e principalmente da UDN. Mas na última hora quem se opôs à medida foi o governador Arraes. E o líder do governo, que era o Bocayuva, fez um discurso na Câmara contra. Por isso ele deixou a liderança. Tanto que eu soube do discurso do Bocayuva contra o estado de sítio, obedecendo a orientação mais do Miguel Arraes do que do presidente João Goulart, e telefonei para o presidente. “Olha, o Bocayuva falhou com relação ao pedido do senhor.” “Mas não é possível!” “É possível sim. O senhor procure saber porque eu tive a informação agora de que ele fizera um pronunciamento contra a decretação do estado de sítio.” E realmente, no dia seguinte, ele perdeu a liderança por causa disso.

Entrevistador: E qual foi a sua posição a respeito dessa medida do estado de sítio, foi de apoio?

Badger da Silveira: Eu intransigentemente apoiava tudo do presidente João Goulart. Apesar das ponderações que eu fazia sempre sobre determinadas coisas. Essa atitude, por exemplo, de invasão de terras eu ponderava. Tanto que cheguei ao ponto de passar um telegrama contra o Caruso, o presidente da Supra. Passei um telegrama achando que eles queriam incendiar o interior do Estado do Rio.

Entrevistador: Como assim?

Badger da Silveira: Com invasões de terras.

Entrevistador: O Caruso estimulava?

Badger da Silveira: Estimulava! Vinha para cá pessoalmente. Ele e Leonel Brizola.

Entrevistador: O senhor não se encontrava com ele?

Badger da Silveira: Não!

Entrevistador: Não tinha nenhum contato com ele?

Badger da Silveira: Quando ele, o Brizola e tal... Daí uma certa divergência. Porque o Brizola tem uma divergência, primeiro teve com o Roberto porque achava que ele disputava uma liderança dentro do PTB com o Roberto. Então já tinha. Depois, no meu governo eu fui contra essa atitude dele radical, de esquerda, de invasão de terra, de intranquilidade para todos que não levava a coisa nenhuma. Eu sempre fui do Partido Trabalhista e entendi e entendo o Partido Trabalhista como um partido de transição para um socialismo democrático futuro. E o único partido que tem essa mensagem é o Partido Trabalhista. Então nós poderemos chegar, através do Partido Trabalhista, a um socialismo democrático. Mas no futuro, através de realização de eleições livres e de esclarecimento do povo. E não através de armas na mão, que eu sempre fui contra. E estava sentindo que eles queriam levar o país a um regime socialista pelas armas. Primeiro, não conseguia. Até hoje não conseguiram e não conseguirão tão cedo neste país. E segundo, no meu entender, qualquer movimento de derramamento de sangue, de luta fratricida para se chegar a uma posição que talvez não fosse estável era errada. Então o Partido Trabalhista Brasileiro, um partido de centro-esquerda, com uma pregação...

[FALHA NA GRAVAÇÃO]

Badger da Silveira: ... o país a um socialismo democrático e dentro de um regime de paz permanente. E só esclarecendo o povo. Então eu era contra! Era contra a radicalização de esquerda como temia um processo de direita como veio a acontecer.

Entrevistador: O João Pinheiro Neto estimulava esse tipo de coisa também? Como era seu relacionamento com João Pinheiro Neto?

Badger da Silveira: Pouco relacionamento eu tinha com João Pinheiro Neto. Diga-se de passagem, um homem hoje bem mais amadurecido, naquela época muito moço ainda. Mas ele não participava assim diretamente desse movimento de esquerda radical do Brizola e dos outros. Mas não deixava de estimular, de certo modo, alguns movimentos de esquerda. Por exemplo...

[FINAL DA FITA 6-A]

Badger da Silveira: ...lá em Itaguaí. Depois eu fui convidado para participar. Fui em Itaguaí e assisti àquela reunião, àquela distribuição de títulos que ainda não existiam legalmente, eu

critiquei o Pinheiro Neto dizendo que aquilo era uma farsa Estavam levando o presidente a praticar uma farsa quando na realidade não havia título nenhum a ser distribuído porque não tinham ainda concretizado a parte jurídica. E nesse dia, até já falei, eu fui vaiado pelo pessoal. Mas o João Pinheiro não era da linha do Brizola nem do Caruso naquela ocasião.

O Brizola, no meu entender — essa é uma opinião que eu vou dar a respeito dele, pode ser que amanhã a gente esteja juntos em uma formação política, tudo é possível — é um homem em busca do poder. Naquela época então ele estava em busca do poder. E como ele não podia ser candidato a presidente da República, porque ele era cunhado do Jango e havia um impedimento de ordem constitucional, ele queria embaralhar as coisas de tal modo que pudesse surgir uma oportunidade de ele assumir o governo de qualquer maneira. Eu acho que o Brizola não tem nenhuma formação socialista nem luta por um socialismo democrático como ele está pregando hoje. Porque naquela época ele não pregava um socialismo democrático, ele pregava uma revolução para fechar o Congresso, fazer as reformas de base na marra como ele queria. Se os ventos soprassem para a esquerda e o Brizola estivesse na crista, ele seria um pequeno Stalin aqui no Brasil. E se soprasse para a direita e ele estivesse na crista dos acontecimentos, talvez fosse um Mussolini aqui no Brasil. Eu não acredito nesse idealismo dele como um homem realmente lutando pelo socialismo democrático no país.

Entrevistador: Dr. Badger, como o senhor via as desapropriações de terra que a Supra fez aqui no Estado do Rio? Qual era o seu contato com a Supra nessas questões de desapropriação de terras? Ela consultava o senhor?

Badger da Silveira: Não. Aí era um outro setor que passava por cima das minhas...

Entrevistador: Passava por cima do governo estadual?

Badger da Silveira: Passava. Daí que eu pedi, fiz aquele telegrama de protesto.

Entrevistador: O João Pinheiro Neto também desapropriou terras aqui no Estado do Rio. Não foi só o Caruso.

Badger da Silveira: Foi o Caruso. O João Pinheiro não participava daquelas invasões armadas que se faziam aqui no estado.

Entrevistador: Certo. Mas ele também desapropriou algumas terras aqui no Estado do Rio.

Badger da Silveira: Deve ter desapropriado. Eu não tenho lembrança assim.

Entrevistador: A Fazenda Floresta em Paracambi, Fazenda Cachoeirinha em Magé.

Badger da Silveira: Tem razão, é isso mesmo. Mas essas desapropriações, o Pinheiro Neto já tinha mais ou menos um contato comigo. Pouco, mas tinha. O Caruso não, o Caruso não tinha contato nenhum. Ele fazia tudo, participava pessoalmente, veio várias vezes aqui no Estado do Rio. E em uma delas foi que eu pedi, naquele telegrama para o presidente, alarmado com a presença dele aqui, providências. Logo depois desse telegrama ele foi exonerado e foi nomeado o Pinheiro Neto.

Entrevistador: O senhor diria que essa sua divergência com certos setores do governo federal seria responsável por toda essa agitação no campo no Estado do Rio?

Badger da Silveira: Eu acredito que essa divergência tenha sido por isso, pela minha posição moderada. Eu não era radical nem de direita nem de esquerda. A minha posição era moderada. E encontrava certa dificuldade. O Darcy Ribeiro, por exemplo, era um homem de esquerda, ele era mais radical e não aceitava que eu, sendo um governador do Partido Trabalhista Brasileiro, não tomasse uma posição radical de esquerda como Brizola, Caruso.

Entrevistador: Bocayuva Cunha?

Badger da Silveira: O Bocayuva também. Eles não aceitavam isso.

Entrevistador: E o Paiva Muniz também estaria nessa linha?

Badger da Silveira: Nessa linha. Na época ele estava nessa linha.

Entrevistador: E o Arão Steimbruch?

Badger da Silveira: O Arão não.

Entrevistador: Paiva Muniz era assessor da Supra nessa época também, já perto de 64?

Badger da Silveira: Eu não sei se era não.

Entrevistador: Me parece que sim.

Entrevistador: Eu queria fazer uma pergunta sobre o período de 63 que o senhor de certa forma já respondeu. Nesse momento, o estado da Guanabara, sob o governo do Carlos Lacerda, estava sofrendo pressão, quase um processo de intervenção por parte do governo federal. [?], esses movimentos todos. O governo federal não pedia nenhum apoio ao Estado do Rio em relação o problema da Guanabara não?

Badger da Silveira: Todo dia. Certa ocasião, o presidente João Goulart me pediu que mandasse prender o Carlos Lacerda em Petrópolis. Eu disse a ele que não faria isso.

Entrevistador: Usando a força pública do estado?

Badger da Silveira: É, usando a força pública do estado para prender o Carlos Lacerda em um sítio ou uma fazenda, não sei, que ele tinha em Petrópolis. Eu respondi a ele que não faria isso porque era contra os meus princípios. E, depois, não havia nenhum processo-crime contra ele que justificasse uma medida nesse sentido.

Entrevistador: O presidente João Goulart alegou o quê, para essa prisão?

Badger da Silveira: Ele apenas telefonou e disse que havia necessidade de prender o Carlos Lacerda, que ele estava conspirando contra o governo federal e que havia a necessidade de

prendê-lo. E que eu mandasse que a força do estado cercasse a casa dele e o prendesse. E eu me neguei a isso, disse que não faria.

Entrevistador: O senhor tem uma idéia precisa se isso foi no primeiro semestre, no final de 63?

Badger da Silveira: Não tenho. Mas deve ter sido em meados de 63. Não tenho muita idéia.

Entrevistador: Eu queria voltar um pouco à questão do [?]. Na nomeação do padre Carvalho para o Plano Piloto de Ação Agrária, o senhor não estaria tentando conter um pouco essa agitação no campo no Estado do Rio? Não visaria a isso, de alguma forma?

Entrevistador: E atendendo outros setores aí também que são os [?], que eu acho uma coisa importantíssima.

Badger da Silveira: Eu não atendia ninguém. Atendia as circunstâncias de cada momento. Devo dizer que não fui influenciado, no período em que estive no governo, por ninguém e por nada a não ser pela minha consciência e pela minha tomada de posição. De forma que o padre Carvalho, como eu disse um homem muito trabalhador, isso ele era, muito ativo e com respeito e sendo considerado por toda a área de camponeses que eu conhecia, geralmente essas áreas litigiosas, isso fez com que eu o convidasse para dirigir esse Plano Piloto de Ação Agrária. Eu tinha a certeza de que ele seria um moderado dentro das incumbências que eu ia lhe dar. E não é um homem de direita, não era um radical de direita, tanto assim que com a Revolução ele chegou a responder a vários inquéritos justamente por causa das atitudes dele, das posições que ele tomou em favor dos camponeses nessa ocasião.

Entrevistador: Dr. Badger, uma pergunta que eu queria fazer ao senhor. E até avança já para o início de 64 e passa muito pela ida do seu irmão José ao Palácio do Ingá. Seu irmão até o alertou da possibilidade do golpe militar etc. No ano de 63, o senhor tinha consciência realmente de que se estava articulando um golpe de estado de direita.

Badger da Silveira: Eu tinha consciência disso mas não acreditava no êxito.

Entrevistador: O senhor sabia quais as forças políticas que estavam se aglutinando, que governadores?

Badger da Silveira: Por exemplo, Carlos Lacerda era óbvio. Todo mundo sabia que ele estava sempre participando de um movimento no sentido de criar condições para ele ser presidente da República. Mas eu estava certo de que o governo resistiria a qualquer movimento nesse sentido. Eu não acreditava.

Realmente meu irmão me advertiu certa vez: “O Jango não emplaca 64.” Ele disse. Foi quando eu conversei com o presidente e ele disse que estava muito tranquilo, que tinha testado os comandos há poucos dias e estavam todos firmes, que as Forças Armadas estavam do lado dele naquela contingência. Logo depois eu conversei com o Samuel Wainer que eu acreditava que fosse um dos homens mais bem informados da época e ele me garantiu que ficasse tranquilo porque o presidente João Goulart era um presidente que nenhum outro tivera a posição e a força que ele tinha. Logo depois veio a Revolução.

Entrevistador: Não estava tão bem informado assim. Então falava-se muito já no golpe de direita, naquela época. E aqui no Rio falava-se muito que os proprietários rurais estavam se armando, formando grupos para se defenderem. O deputado Simão Mansur estaria nisso. José [Kessin?] parece que era envolvido nisso também. O senhor tinha conhecimento desses fatos, chegou a tomar alguma medida para tentar evitar esse tipo de coisa?

Badger da Silveira: Não havia condição e nem razão para se tomar medida nenhuma. Apenas aquela pregação que eu fazia. De um lado a direita radical, de outro a esquerda radical. A ponderação no sentido de um equilíbrio para acabar com essa luta era o meu ponto de vista. Então fazia essas observações junto ao presidente, quando eu perguntei da possibilidade do golpe ele disse que o governo estava seguro, que não havia possibilidade. Mas eu sabia. O Armando Falcão andou pelo norte do Estado do Rio. Dizem até — eu não tenho certeza — que distribuindo armas entre fazendeiros. Mas eram notícias; eu não posso afirmar porque não tenho elementos para afirmar uma coisa dessas.

Entrevistador: Dr. Badger, eu posso estar enganado mas li no seu arquivo, não sei se isso passou claramente na minha cabeça, mas parece que na força pública do estado, na Polícia Militar, havia setores conspirando muito próximos a um golpe de estado de direita. O senhor podia explicitar isso?

Badger da Silveira: Tinha elementos. Eu nomeei dois comandantes, um depois outro, um por indicação do Pílades do jornal *Diário Fluminense*. Eu entrei no governo, não tinha relacionamento maior com as Forças Armadas nem com o Exército e o Pílades me leva um coronel ou major, não sei, e me apresentou como elemento que podia ser muito bom no comando da Polícia Militar. E eu conhecia esse rapaz já há muitos anos, como conheço ainda, coronel Araquém, e não tive dúvidas em nomeá-lo. Mas o coronel era um homem de extrema esquerda; então houve uma reação muito grande dentro da Polícia Militar, de elementos de direita liderados pelo capelão — eu esqueci o nome agora.

Entrevistador: O Araquém chegou a ser nomeado comandante da Força Pública?

Badger da Silveira: Foi, chegou a ser nomeado. E como ele fazia suas manobras de esquerda, o capelão tomou a posição de direita. Mas eu me dava bem com o capelão como me dava bem com elementos que eram do Clube da Polícia Militar. E identificava como o chefe — isso já nas proximidades da Revolução...

Entrevistador: O Araquém fica até quando?

Badger da Silveira: Fica durante uns oito meses, calculo, como comandante. Mas depois a situação ficou tão insustentável dentro da polícia, por causa da luta travada entre os dois grupos, de direita e de esquerda, que eu substituí o Araquém.

Entrevistador: Em que ano foi, o senhor lembra?

Badger da Silveira: Sessenta e três. Final de 63, eu me lembro bem. Então, também não sei por indicação de quem, nomeei um outro coronel que foi pior do que o Araquém. Esse era

homem de esquerda mesmo, falava, pregava. Então a coisa reacendeu muito séria dentro da Polícia Militar. Foi quando eu resolvi não nomear mais ninguém do Exército porque eu não sabia quem era, se era de direita, de esquerda.

Entrevistador: O Araquém era do Exército?

Badger da Silveira: Era do Exército.

Entrevistador: E esse outro também?

Badger da Silveira: Também do Exército. Então nomeei um coronel da Polícia Militar que foi o [Bezé?], coronel [Bezé?].

Entrevistador: O [Bezé?] foi indicação de quem?

Badger da Silveira: Foi nomeação minha.

Entrevistador: Antes do golpe?

Badger da Silveira: Antes do golpe.

Entrevistador: Agora, esses setores do Araquém...

Badger da Silveira: Não, não. O [Bezé?] foi nomeado pelo Campelo, logo depois do golpe. Foi logo depois do golpe porque o tal coronel tinha sido preso. Na Revolução ele foi preso também. Eu esqueci o nome dele.

Entrevistador: O que esses militares pregavam dentro da Polícia Militar?

Badger da Silveira: Bom, tinha o chefe deles, o que era o líder deles era o coronel [Trani?], que era o presidente do Clube da Polícia Militar. E na época de aumento do funcionalismo houve um movimento muito sério. O estado em uma situação muito difícil, orçamentária. Mais ou menos no final do ano, quando chegou a época do aumento do funcionalismo, eu fiz um plano, atendendo à situação financeira do estado, de aumento proporcional: os que ganhavam mais, como desembargadores, tiveram um aumento de 60% e aqueles que ganhavam menos tiveram um aumento de até 90%. Quer dizer, não acompanhava a inflação, de maneira nenhuma. Mas pelo menos eu achava que era um aumento mais justo porque a desproporção entre os vencimentos de um desembargador e o salário mínimo era muito grande. Então eu achava que havia a necessidade de aumentar aqueles que ganhavam menos um pouco mais e os outros em uma proporção menor. Aí organizaram uma frente para pleitear esse aumento. E organizaram uma comissão em que faziam parte Polícia Militar, Polícia Civil, professores, médicos, advogados, defensoria pública, promotoria pública, enfim todas as categorias de funcionários do estado. E arrecadaram dinheiro, fizeram comícios em praça pública contra o governo.

Pois bem: eu fiz um plano de aumento dos professores secundários, primários etc. Os órgãos representativos sentaram comigo, discutiram, eu mostrei o que o governo podia e não podia fazer. Aliás, primeiro não foram os professores, foi com a Polícia Militar. Eu

convoquei 30 oficiais que eu conhecia mais ou menos, os que tinham uma certa liderança, o presidente do Clube que era esse [Trani?], uns 30 ou mais no gabinete e fiz uma exposição da situação do estado e das possibilidades que o estado tinha. Eles acabaram concordando. Eu falei: “Prefiro dar um aumento e todo mês pagar do que dar um aumento e atrasar, atrasar um mês, atrasar dois. A diferença desse aumento geralmente é gasta em empréstimos.” E acabou que a Polícia Militar aceitou. Então parti para um acordo com a Polícia Civil que acabou concordando, os delegados etc. e tal. E assim eu fui fazendo com todos os setores e acabei fazendo um acordo com todos. E a comissão ficou isolada porque perdeu a razão de ser. Essa comissão estava organizada com a finalidade de forçar o governo.

Entrevistador: Não poderia ser um paradoxo haver todo esse movimento dentro da Polícia Militar quando — e nós já discutimos aqui — havia problemas de invasão de terras, greves? Como essa Polícia Militar, apesar desse movimento, ia acabar com greves, deter invasão de terras? Como era possível isso? Não é um paradoxo?

Badger da Silveira: Não, não é um paradoxo. Isso é a coisa mais compreensível porque em qualquer corporação militar existe o princípio fundamental que é a disciplina, a hierarquia e a disciplina. Apesar de que a nossa polícia dispunha de muito pouca gente. E depois, armamento obsoleto de não sei que época. Mas mesmo assim havia aquela disciplina. E apesar da luta entre direita e esquerda dentro da polícia, havia um entendimento com o governador quase que direto. A não ser no final, quando essa turma de direita foi procurada por elementos aqui no Estado do Rio chefiados pelo marechal Denys, movimento revolucionário aqui.

Entrevistador: O marechal Denys recebeu respaldo dessa direita?

Badger da Silveira: Essa direita era orientada pelo marechal Denys. Então fazia parte o Schuller, esse padre Venceslau, o comandante Dantas Torres. Era o comando revolucionário. Mas isso foi no final. Eles se incorporaram um mês e meio ou dois meses antes. Eles faziam reuniões na casa do Schuller ali no Saco de São Francisco, faziam reuniões em vários lugares que eu sabia.

Entrevistador: O senhor tinha conhecimento disso?

Badger da Silveira: Tinha conhecimento. Mas eu não acreditava no êxito do movimento revolucionário.

Entrevistador: E não podia se dar ordem de prisão para esse pessoal?

Badger da Silveira: Eu achava que era dar muito cartaz para esses pseudo-revolucionários. Eu não acreditava que o Schuller, que eu conhecia há mais de 30 anos, pudesse ser um chefe revolucionário. Se fosse por exemplo o Dantas Torres, como militar, podia. Mas, seguro das informações que o presidente João Goulart dava, de que eu ficasse tranqüilo porque as Forças Armadas estavam do lado do governo, eu realmente não acreditava, não acreditava. Quando por exemplo aquele almirante Pena Boto fazia movimentos, ninguém levava a sério. A verdade é essa: ninguém levava a sério. Nesses movimentos de direita, apesar do receio que

tinha, eu não acreditava muito. Achava que o país já estava amadurecido o bastante para não cair mais em uma situação dessas.

Entrevistador: Dr. Badger, contrastando com esse quadro da Polícia Militar, um quadro de setores de esquerda, a gente tinha no Estado do Rio daquela época uma polícia local totalmente comprometida com esses poderes locais, esses fazendeiros. O senhor podia falar alguma coisa sobre isso?

Badger da Silveira: Não era bem assim não.

Entrevistador: O quadro que me ficou na cabeça, a partir da leitura de jornais, foi esse: a própria polícia local como os juízes locais.

Badger da Silveira: Eu não percebia isso não. Eu não acreditava nisso. Não sentia isso.

Entrevistador: Então o senhor acha que não havia uma vinculação maior entre as polícias locais e os poderes locais, fazendeiros?

Badger da Silveira: Acho que não existia isso não.

Entrevistador: A polícia local não agia no interesse desses grupos?

Badger da Silveira: Não.

Entrevistador: A gente teve o caso, inclusive no seu governo, de uma ocupação de terras no Imbé, em Campos, e que por causa dessa invasão o delegado de Campos, Nilo Barroso [?] invadiu o Sindicato dos Ferroviários e deu uma confusão. Parece que o senhor acabou demitindo-o ou fazendo qualquer coisa no gênero.

Badger da Silveira: Mas isso não significa dizer que houvesse essa situação de ligação da polícia. Não, isso foi um caso isolado, talvez uma decisão precipitada desse delegado.

Entrevistador: O senhor está lembrado desse caso?

Badger da Silveira: Estou lembrado. Uma decisão precipitada que não tem nada a ver com o conjunto.

Entrevistador: O senhor podia falar um pouco sobre esse caso?

Badger da Silveira: Eu não me lembro bem não. Eu lembro da invasão dessa fazenda, parece que nessa Fazenda do Imbé realmente havia posseiros há muitos anos, era uma fazenda que estaria dentro das cogitações do plano agrário do governo para desapropriar. Houve realmente, se não me falha a memória, algum interesse de usineiro, latifundiário, em ficar com essas terras e o governo procurou proteger esses camponeses. Evidentemente alguma luta que houve, e parece que houve luta armada lá, chegaram à troca de tiros, então o delegado tomou essa providência a meu ver precipitada e errada. Daí a razão de eu tê-lo transferido de Campos.

Entrevistador: A transferência dele teve alguma relação com a pressão que houve em torno do próprio [?]? Parece que os ferroviários ameaçaram entrar em greve.

Badger da Silveira: Não, não houve nada disso. Foi exatamente porque houve um erro, uma precipitação dele. Não houve pressão nenhuma pedindo a transferência dele. Evidentemente, se eu não tomasse a medida por iniciativa minha, era possível que houvesse essas reações depois. Mas não chegou... Eu me lembro que tomei essa iniciativa porque era interesse do governo desapropriar aquelas terras e resolver aquele problema agrário porque havia colonos na Fazenda do Imbé. Havia camponeses ali realmente, já há algum tempo como posseiros da terra.

Entrevistador: Como era a posição do Poder Judiciário do estado em 1963 e sua relação com o governo do estado? Inclusive o Poder Judiciário tem importância aí em termos de mandato de segurança, cumprimento de sentenças etc.

Badger da Silveira: O Poder Judiciário se entrosava muito bem com o governo. Durante esse período, o presidente do Tribunal era o José [?] Creton, meu amigo pessoal. E com os outros desembargadores eu tinha um relacionamento também pessoal muito bom. Mas houve uma certa... não estremeção, mas um descontentamento quando eu dei esse aumento ao funcionalismo em que eu dei um aumento maior aos que ganhavam menos e um aumento menor para os que ganhavam mais.

[FINAL DA FITA 6]

Badger da Silveira: Eles, em princípio, não quiseram concordar e era natural que não quisessem. Mas depois acabaram concordando e esse mal-estar desapareceu logo também.

Entrevistador: E não teve nenhuma resposta esse descontentamento?

Badger da Silveira: Não, não teve. Eram mais manifestações de ordem pessoal. Eu também procurei ter um relacionamento acima de qualquer decisão ou de influência nas decisões do governo com relação às coisas da Justiça. Eu não procurava interferir de maneira nenhuma. Porque às vezes é natural uma solicitação daqui, outra dali, mas eu evitava por todos os meios e modos para não criar nenhuma possibilidade de constrangimento ou de dependência de um para outro. Então eu adotei, por exemplo, nas promoções de juízes, um critério. Eu só nomearia aquele que viesse em primeiro lugar na lista para as promoções. Então, também esse critério eu não divulguei nem dei publicidade. Eu o adotei intimamente para evitar qualquer aborrecimento ou pedidos, para evitar essa dependência. Então vinha a relação de três nomes: aquele que estava em primeiro lugar, dado pelo Tribunal, eu nomeava.

Isso também criou uma situação de descontentamento do presidente do Tribunal comigo. Ele era muito meu amigo e naturalmente acreditou que essa amizade podia dar a ele o direito de escolher o candidato dos três que viessem na lista. Em uma audiência, ele tirou do bolso o envelope com o ofício que indicava os três candidatos, e em primeiro lugar vinha o Alcides Ventura. Os outros dois, eu não me lembro. Ele falou: “Bem, está aqui a nomeação será a do Plínio Pinto Coelho.” E eu falei: “Está bem. Se ele estiver em primeiro lugar, eu nomeio.” Quando eu abri, não estava o Plínio em primeiro lugar, estava o Alcides Ventura.

Eu falei: “Você vai me desculpar, mas eu não vou abrir mão desse princípio que eu adotei: nomear o que vem em primeiro lugar na lista. Se veio o Alcides Ventura, eu vou nomear o Alcides Ventura.” “Você não vai fazer uma coisa dessas comigo, eu vou ficar desmoralizado no Tribunal.” “Não, desmoralizado por quê?” “Porque todo mundo sabe que o meu candidato é o Plínio Coelho.” Eu falei: “Sinto muito. É uma questão de princípio que eu adotei, vou ficar quatro anos nomeando gente aqui. Então você já fica sabendo que o que vier em primeiro lugar na lista é o que eu nomeio. Não vou atender pedido de ninguém, não quero atender pedido de ninguém.” Eu nomeei o outro, ele ficou meio magoado comigo mas isso desapareceu.

Entrevistador: [?]

Badger da Silveira: Absolutamente nenhuma divergência.

Entrevistador: A gente lê nos jornais que no período do Celso Peçanha e mesmo no do Carvalho Janoti, parece que não havia nenhuma concordância entre as medidas do Executivo fluminense e o Judiciário. Parece que era uma coisa completamente desencontrada. Um ia para um lado, outro ia para outro. [?] a mesma coisa, o Judiciário fazia outra, o Celso Peçanha fazia outra coisa. Parece uma coisa completamente desencontrada mesmo.

Badger da Silveira: Houve um entrosamento muito grande entre a Justiça e o governo. Apenas essa pequena divergência. Não chegou a ser divergência, foi um mal-estar passageiro.

Entrevistador: Dr. Badger, no ano de 63, como era a atuação da Assembléia Legislativa?

Badger da Silveira: A Assembléia Legislativa funcionava muito bem entrosada com o governo do estado. Era uma sintonia perfeita. Não havia divergência nenhuma porque o governo tinha 50 deputados que o apoiavam, faziam parte do apoio legislativo ao governo do estado. Tanto que na Revolução, quando eu fui preso no dia 1º de abril e solto no dia 2...

Entrevistador: Houve uma nota de solidariedade.

Badger da Silveira: Pois é. Quando se esperava que a Assembléia votasse o meu impedimento, como fez com o governador Seixas Dória, de Sergipe, ela votou uma moção de solidariedade. Quarenta e seis deputados assinaram essa moção. Quer dizer, até naquele período difícil, em que todos acreditavam que eu não resistiria à frente do governo, a assembléia esteve...

Entrevistador: Essa moção de solidariedade, a gente nota do arquivo, até valoriza talvez a solidariedade esse pedido ter partido do Poder Executivo. Não, dr. Badger?

Badger da Silveira: Não.

Entrevistador: Porque a nota está redigida em recibo da Casa Civil do estado. A nota de solidariedade.

Badger da Silveira: Bom, naturalmente a nota dando notícia da decisão da Assembléia. Bom, isso deve ser porque havia o departamento de Imprensa do estado que divulgava essas notas.

Entrevistador: Com relação a essa questão da maioria, eu li em um jornal também que mais para o final de 63, início de 64, o senhor estava cogitando em reformar seu secretariado, fazer algumas mudanças no seu secretariado. E que isso estaria ameaçando sua maioria na Assembléia Legislativa do estado e que o senhor teria tentado atrair os pequenos partidos.

Badger da Silveira: Não. Não houve nada disso não. Eu pretendia realmente modificar o secretariado em fins de 64, praticamente dois anos depois. Eu fiz um plano administrativo e um plano político. O plano administrativo eu estava seguindo com um êxito muito grande. E no plano político, eu entrei na fase difícil, a fase em que era prejudicial ao governo a parte política porque eu não atendia as reivindicações dos políticos que, em última análise, eram nomeações. Como eu havia demitido dois mil e tantos funcionários, eu não tinha condição, primeiro moral, de ficar nomeando gente porque eu havia demitido. E eu não queria nomear ninguém sem antes readmitir todos esses dois mil e tantos que eu havia demitido porque eu não fiz com espírito de perseguição política, mas atendendo aos interesses do equilíbrio orçamentário do estado. E para fazer um secretariado mais político e menos apolítico, como era o meu, eu ia entrar em uma fase de ter que atender a nomeações, pedidos de nomeações através dos secretários, deputados etc. De forma que não cogitei. Agora, naquele período, do dia 1º de abril até 1º de maio, eu fui aconselhado a mudar o secretariado, botar um outro secretariado que atendesse mais ao movimento revolucionário.

Entrevistador: Aconselhado por quem?

Badger da Silveira: Quem era o vice-governador da Guanabara na época?

Entrevistador: Era o Rafael de Almeida Magalhães. Ou era o Elói Dutra.

Badger da Silveira: Não, Elói Dutra não.

Entrevistador: Elói Dutra foi eleito vice do Lacerda derrotando Danton Coelho. O Elói foi afastado e depois foi eleito o Rafael.

Badger da Silveira: Mas então não foi o Elói Dutra não.

Entrevistador: A Revolução cassa o Elói Dutra e depois vem o Rafael, eleito indiretamente.

Badger da Silveira: É, mas não foi o Elói Dutra não. Foi... um homem ligado também a *O Globo*. Ele tinha até uma televisão.

Entrevistador: Ah, já sei: Rubem Berardo.

Badger da Silveira: Rubem Berardo.

Entrevistador: Ele foi vice do Negrão.

Badger da Silveira: Foi depois vice do Negrão. Mas ele era deputado federal.

Entrevistador: Pelo PTB.

Badger da Silveira: Rubem Berardo veio e me aconselhou que modificasse o secretariado, que fizesse um outro secretariado de 1º de abril em diante. Ele era do PTB. E que eu fizesse um secretariado que fosse mais do agrado da situação instalada no país, com elementos da UDN, do PSD, elementos mais conservadores. E retirasse esses secretários que estavam. Eu pensei realmente em modificar esse secretariado, mas não cheguei a concretizar porque estava estudando ainda a situação, quem eu poderia usar que não viesse uma idéia assim de imposição ao meu governo. Elementos que não fossem desagradar a situação mas que também não viessem impor qualquer situação para mim. Estava nesse estudo para ver quem seria, quem não seria, quando eu fui deposto no dia 1º de maio.

Entrevistador: Dr. Badger, que critério o senhor adotaria para reformular o secretariado no segundo ano de seu governo?

Badger da Silveira: Seria um critério mais político.

Entrevistador: Por quê?

Badger da Silveira: Porque eu necessitava fortalecer o Partido Trabalhista e acreditava...

Entrevistador: Isso então preparando para as eleições de 65.

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

Badger da Silveira: Eu tinha um plano administrativo e um plano político. O plano administrativo eu estava seguindo com relativo êxito. Eu estava além de todas as metas, cheguei ao fim do primeiro ano além de todas as metas. Por exemplo, na parte financeira do estado eu tinha conseguido equilibrar o orçamento. Eu quase debelei todo o déficit orçamentário do ano de 63. Em 64, já com um ano, eu ia ter recursos bastantes para fazer uma melhor administração. Então, em todos os setores eu fui além daquilo que havia planejado e pensado.

Agora, no setor político, a fase pior foi o primeiro ano. Foi o ano da contenção, o ano em que eu não nomeei ninguém, o ano que eu não atendia ninguém. Depois então entrei na fase de readmitir aqueles que tinham mais de cinco filhos, dos que eu havia demitido. Depois mandei readmitir os que tinham mais de quatro filhos. Logo em seguida eu ia mandar os de três etc. até reabsorver todo o pessoal que eu havia demitido. Depois disso então, já no segundo ano de governo, eu passaria a atender, dentro das necessidades da administração, e fazer as nomeações que qualquer governo faz. Agora, eu estava caminhando para abrir concurso para preenchimento de todas as vagas porque isso daria uma cobertura muito grande ao governador. Sempre foi meu entendimento que o governador devia estar acima dessas nomeações, dessas indicações. Ficaria responsabilidade do concurso. Concurso público para qualquer cargo.

Eu ia encontrar dificuldades, qualquer governador encontraria dificuldades. Mas eu ia oferecer uma resistência muito grande. No primeiro ano de governo, o PTB foi ao palácio

comemorar, todos os líderes do Partido Trabalhista foram, e cada um veladamente fez a sua queixa de que o governo estava muito rigoroso nas contenções e muitos companheiros que tinham necessidade não tinham sido amparados etc. Eu me lembro, não sei se tem cópia do discurso nesse arquivo, eu falei de improviso mas foi gravado, que eu disse que a dificuldade maior do governador era dizer não. Mas não aos adversários, aos inimigos, aos que vinham fazer propostas indecorosas para o governo. Mas o dizer não para o companheiro que ajudou na campanha, que carregou, que fez sacrifícios e que tinha direito de cobrar. Mas o governo, até então, não tinha condição de dizer sim e de atender a essas reivindicações justas dos companheiros. Eles tinham direito a essas reivindicações.

Entrevistador: Dr. Badger, se não me engano, em fevereiro de 64 foi a eleição para a mesa da Assembléia Legislativa. E nessa eleição os pequenos partidos ficaram sem nenhum cargo na mesa da Assembléia. Inclusive o Afonso Celso Nogueira tentou impugnar essa eleição. O senhor se lembra desse episódio?

Badger da Silveira: Não. Eu me lembro que a primeira eleição da mesa — eu assumi o governo em 1º de fevereiro e a eleição foi logo depois. Teve até uma reunião de toda a bancada do PTB no meu sítio, um sitiozinho que eu tenho aqui em Alcântara. Lá tem uma varanda grande e tal, a mesa, sentamos lá e eu transferi todo esse problema para a bancada do partido. “Eu não tenho e não quero ter a menor interferência na escolha dos candidatos do partido.” Nesse dia eles escolheram o Cordolino Ambrósio que seria o candidato do PTB para a presidência da Assembléia.

Entrevistador: E foi eleito também.

Badger da Silveira: Foi eleito. Eu me lembro até que eu disse que não queria interferir na escolha de ninguém. “Tanto podia ser o Cordolino...” Quando eu falei que tanto podia ser o Cordolino, ele falou: “Governador, eu agradeço a confiança que o senhor me depositou” e todo mundo bateu palma. E deu. Mas todo mundo percebeu que não havia sido uma indicação minha o Cordolino. Que aliás foi um ótimo presidente da Assembléia.

Entrevistador: Foi solidário ao senhor depois, no 1º de abril?

Badger da Silveira: Foi. Muito respeitado por todos e o consenso dos deputados na hora, na ocasião, era de que fosse o Cordolino realmente o presidente. E quando houve a outra eleição, ele foi reeleito. Aí eu não tive interferência nenhuma porque todos já sabiam, na de 64, do meu ponto de vista de não interferir em hipótese alguma, de maneira nenhuma na escolha dos representantes da mesa da Assembléia.

Entrevistador: Como foi seu relacionamento com os pequenos partidos? O senhor fez alguma concessão a eles? Não cedeu nada a eles?

Badger da Silveira: Não. Os pequenos partidos tinham cinco representantes na Assembléia que eram da esquerda. E eu não tive condição de ter nenhum acordo com eles primeiro porque havia elementos ultra-radicais que chefiavam invasões de terra, chefiavam os movimentos grevistas e essas coisas todas de que eles participam sempre, como estão participando. E eu, não obstante defender a desapropriação das terras que já tinham os

camponeses posseiros, defender os interesses desses camponeses e partir para um princípio de uma ação agrária no sentido de dar pequenas terras para esses camponeses, eu era a favor e defendi isso; não obstante ser a favor de greve, uma greve justa, eu era contra essas greves que não havia razão de ser. Greves preparadas, com objetivo até eleitoral dentro dos sindicatos. Quando faltava um mês para a eleição do presidente do sindicato, inventavam uma greve para poder obter condições de...

Eu era contra isso. Defendia as greves, evidentemente, mas era contra greve de solidariedade, sem uma razão mais forte. A greve, por exemplo, da Leopoldina em que foi preso um maquinista bêbado procedendo de modo irregular dentro de um botequim. O sujeito foi preso e aí paralisa a Leopoldina em solidariedade a esse maquinista bêbado, fora do trabalho dele. Essas greves, eu era contra como sou contra ainda. Mas a greve justa, de reivindicação salarial, eu era a favor, defendia até a greve.

E quanto à greve no governo, quanto a posição que o governo tomava, eu procurava dialogar o mais possível. Procurava atender aquilo que era possível atender, discutia, para evitar a greve. E com isso evitei muitas greves aqui no Estado do Rio. Não me lembro quais, mas evitei várias. Inclusive de energia elétrica e outras greves. Porque eu atendia as reivindicações e pelo menos discutia porque não podia atender as outras reivindicações. E acabava a gente chegando sempre em um entendimento, em um acordo.

Entrevistador: Então o senhor não fez nenhum acordo com esses pequenos partidos.

Badger da Silveira: Não, não fiz. Eu não sei se falei que o Prestes esteve em entendimentos comigo justamente para atender a possibilidade de... Eu fui, fiz uma exposição a ele de porquê eu não queria acordo e ele acabou concordando comigo. Não obstante ele dizer que eu pedi o apoio do Partido Comunista, ele está equivocado: eu não aceitei o apoio do Partido Comunista na época.

Entrevistador: Quer dizer, esses pequenos partidos não tiveram nenhum cargo durante o seu governo?

Badger da Silveira: Não. Como partido, participação do partido não. Teve elementos de esquerda que participaram do governo, mas elementos mais ligados pessoalmente a mim do que como representação partidária dentro do governo.

Entrevistador: E que partidos tiveram?

Badger da Silveira: Os partidos que participaram do governo? Com a UDN eu também não quis acordo. Foram o PSD, PSP e PDC.

Entrevistador: Que cargos esses partidos tiveram?

Badger da Silveira: Eles participaram do governo com secretários. O PSD teve o secretário do Interior e Justiça e o de Minas e Energia. O PSP teve a secretaria de Assistência Social, eu não sei bem o nome da secretaria.

Entrevistador: Secretaria de Trabalho e Serviço Social?

Badger da Silveira: Isso.

Entrevistador: Quem era o secretário?

Badger da Silveira: Era um deputado de Friburgo. Não era o Amâncio, era outro. Faleceu também.

Entrevistador: E o PDC com a Agricultura.

Badger da Silveira: O PDC com a Agricultura.

Entrevistador: Minas e Energia era o Heleno Nunes?

Badger da Silveira: Era o Heleno Nunes.

Entrevistador: E ele representava o PSD?

Badger da Silveira: O PSD.

Entrevistador: O Loreti representava o quê?

Badger da Silveira: O Loreti não representava partido nenhum. Ele era um amigo pessoal que havia sido secretário de Administração do Roberto e depois chefe da Casa Civil no final do governo do Roberto. E quando eu assumi, o convidei para ser o chefe da Casa Civil.

Entrevistador: O padre Carvalho era ligado a algum partido?

Badger da Silveira: Não. Padre Carvalho não tinha partido nenhum.

Entrevistador: E o padre Carvalho estava subordinado à secretaria de Trabalho e...

Badger da Silveira: Não. Ele estava em um órgão ligado ao governo que era o Plano Piloto de Ação Agrária.

Entrevistador: O Plano Piloto era subordinado à secretaria do Trabalho e Serviço Social.

Dr. Badger, agora nós estamos nos avizinando do desenlace do processo.

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

Entrevistador: Dr. Badger, essa deve ser nossa sétima e última entrevista. E o objetivo dessa sétima e última entrevista é o senhor descrever como foi a parte final do seu governo. Como foi todo o processo de deposição. E, em um segundo ponto, se possível, o senhor detectar as causas que o senhor acredita que levaram a essa deposição. E um terceiro ponto que eu vejo também, e que eu vi no jornal *O Fluminense*, e principalmente no jornal *O Fluminense* pós 31 de março de 64, ou por parte da imprensa, no caso eu vi só o jornal *O Fluminense*, uma grande oposição ao senhor. No sentido até do jornal *O Fluminense* pedir sua deposição. Durante quase todo o mês de abril de 64, a posição do jornal *O Fluminense* foi muito

contundente, mais do que durante todo aquele período de 63, em que ele sempre fez oposição. Em abril de 64 *O Fluminense* foi claro no sentido de exigir a sua saída do governo em editoriais, conclamando determinados setores para se opor ao senhor.

Então eu queria que o senhor fizesse uma descrição desses fatos, apontar as causas e apontar determinadas articulações por parte do senhor em termos da sua saída. Um dos pontos que tem que se esclarecer é, por exemplo, o seu comparecimento à posse do presidente Castelo Branco. São determinadas coisas que ainda não estão esclarecidas.

Badger da Silveira: Então vamos por etapas. Vamos começar do primeiro momento em que eu tive conhecimento do movimento revolucionário. Foi de manhã, me telefonou o deputado Afonso Celso Ribeiro de Castro, de Brasília, perguntando o que havia porque ele soube que tropas de Minas tinham invadido o Estado do Rio, na Zona Norte do estado, por Itaperuna. Se eu sabia de alguma coisa. Eu falei “não, não sei de nada. Mas vou tomar providências no sentido de ficar informado do que está acontecendo.”

Imediatamente telefonei para Itaperuna, para amigos lá e perguntei se havia alguma coisa. Disseram que não, que não havia nada absolutamente. Nem notícia. Nem de perto de Itaperuna, de Muriaé. Não havia notícia nenhuma de tropas do Exército caminhando no sentido do Estado do Rio. Então telefonei para o palácio e falei com o Cailar que era o secretário particular do Jango. Perguntei o que havia, porque o deputado Afonso Celso tinha ligado para mim, preocupado, pedindo informações. O Cailar me disse “não, não é nada demais. São uns arrufos do Magalhães Pinto em Minas, que não está satisfeito. Mas efetivamente não há nada demais.”

Bom, eu fiquei sem ter uma informação melhor. Mas depois começaram a correr as notícias, que o Ademar em São Paulo tinha aderido ao movimento e que o Lacerda no Rio também tinha aderido ao movimento revolucionário. E comecei a ouvir, através de programas de rádio, as informações...

[FINAL DA FITA 7-A]

Badger da Silveira: ...de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Minas. Então vi que não eram “pequenos arrufos do Magalhães Pinto” mas efetivamente um movimento revolucionário de amplitude grande.

Então tentei falar com o presidente, isso no dia 31 de março. Tentei falar com o presidente mas não consegui; não podia atender ou por qualquer circunstância não estava. Falei com Abelardo Jurema que era o ministro da Justiça e ele me tranqüilizou: disse que não havia nada de grave, que o governo tinha todas as posições, era um movimento restrito à Minas mas que estava já mais ou menos controlado. E assim foi.

As informações que eu obtinha através de telefonemas que eu dava para o palácio eram otimistas. Mas na realidade, as informações que se tinha através do noticiário de rádio de São Paulo etc. contrariavam aquelas informações do palácio.

Então durante o dia 31 de março a situação foi essa. Eu não consegui falar com o presidente João Goulart nesse dia. E ouvindo as informações e chegando à conclusão de que o movimento estava praticamente vitorioso porque nós não tínhamos condição de reagir nem nada.

Não obstante, o coronel Kerensky, que comandava o 2º BC, de Petrópolis, telefonou para mim de Três Rios — Três Rios ou Paraíba do Sul? Três Rio — dizendo que as forças do governo, sob o comando dele, não permitiriam que as forças do general Mourão Filho

atravessassem o rio Paraíba, que ele tinha muito mais poder de fogo do que o Mourão Filho. Tive informações também de que forças estavam na Garganta da Viúva, dentro do estado do Rio mas na Zona Sul do estado, e que eram forças representadas por contingentes do I Exército e que resistiriam, tinham condições de resistir e que não permitiriam passagem.

Mas o fato é que as coisas foram se modificando e começaram a haver adesões ao movimento. Então veio Pernambuco, São Paulo, Ademar dominou completamente porque havia aquela expectativa de reação do general Kruel a favor do governo. Mas acabou que o general Kruel também, segundo eu soube na ocasião, fez umas certas exigências ao presidente João Goulart e o presidente não aceitou essas exigências no sentido de fazer uma proclamação contra a CGT, modificar uma série de coisas. O presidente João Goulart não aceitou e ele passou a participar também do movimento.

Bom, devia ser mais ou menos uma hora ou duas horas da tarde, eu tinha acabado de almoçar, estava no gabinete quando tocou o telefone. Era o governador de Minas, Magalhães Pinto. Começou dizendo: “Governador Menegheti.” E eu disse a ele: “Governador Magalhães, o senhor está equivocado. Quem está falando é o governador Badger da Silveira.” E ele falou: “Bem, eu ia fazer uma ligação para o senhor também. Eu quero dizer que o movimento está vitorioso e queria contar com o seu apoio, que o senhor passe para o nosso lado nessa...” Eu disse a ele: “Governador, eu acredito que o movimento esteja vitorioso. Para mim, quase não há sombra de dúvida sobre isso. Mas acontece que eu estou ligado ao presidente João Goulart não só por ser do meu partido e dentro de um movimento político ao qual pertença, mas também por uma questão de ordem pessoal. Eu não posso absolutamente aceitar este convite que o senhor me faz em uma hora dessa. Eu cairei com o presidente João Goulart.” Ele disse: “Eu lamento muito. Gostaria tanto que o senhor estivesse conosco, é uma pessoa que nos inspira confiança.” Isso o governador Magalhães Pinto. Desliguei. Durante o dia, passou-se nessa situação. Muita gente entrava no palácio, saía, eram boatos os mais alarmantes, que o palácio ia ser cercado, que o palácio estava para ser bombardeado, todas essas informações a gente tinha em uma hora dessas. Passou-se.

Entrou-se pela noite do dia 31 de março e a mesma coisa. A mesma situação, a mesma preocupação. Quando foi uma hora mais ou menos, da madrugada do dia 1º, o presidente João Goulart telefona para mim. Me pediu que eu lançasse um manifesto em favor dele, defendendo a legalidade porque vários governadores já tinham feito esse manifesto.

Entrevistador: E o senhor saberia incluir os governadores?

Badger da Silveira: Ele disse “os governadores” mas na realidade só um governador fez esse manifesto: foi o Petrônio Portela. E eu disse: “Presidente, eu faço esse manifesto. Não só é um dever meu e principalmente atendendo a uma solicitação sua.” E fiz realmente um manifesto.

Entrevistador: Que saiu pela *Rádio Mayrink Veiga*.

Badger da Silveira: Saiu pela *Rádio Mayrink Veiga*. Aliás, a *Rádio Mayrink Veiga* estava em uma propaganda tão irritante que eu pedi, telefonei para o ministro da Justiça, que eles não permitissem aquele tom agressivo como estava a *Rádio Mayrink Veiga*. Eu achava que aquilo não construía nada nem fazia ninguém aderir ou defender o governo. Pelo contrário, estava dando uma demonstração de fraqueza do governo. Mas não adiantou porque ele só saiu do ar quando o presidente foi deposto e a Revolução venceu.

Entrevistador: Dr. Badger, quando o senhor fez esse manifesto que foi transmitido pela *Rádio Mayrink Veiga*, o senhor já sabia, tinha mais ou menos noção de que o governo João Goulart não ia permanecer. Mesmo assim o senhor fez esse manifesto.

Badger da Silveira: Já, já.

Entrevistador: Por uma questão de lealdade ao presidente da República?

Badger da Silveira: Exatamente. Eu reuni os meus auxiliares mais diretos, inclusive o Jorge Loreti, o Newton e outros que me cercavam nessa ocasião, secretários de estado etc., e disse a eles, já de madrugada de 1º de abril: “O presidente me pediu para fazer um manifesto a favor do governo e da legalidade. Eu sei que a Revolução já está vitoriosa mas não posso fugir a esse compromisso moral com ele.” Alguns até acharam que eu não devia fazer o pronunciamento, que eu não deveria me pronunciar dessa forma porque a Revolução já estava vitoriosa. Mas eu disse que o problema não era mais de ver o presidente vencer ou deixar de vencer. Era um problema apenas de solidariedade à pessoa do presidente. Aí então eu fiz esse manifesto que li e foi irradiado pela *Rádio Mayrink Veiga*.

No dia seguinte, as mesmas notícias, aquela expectativa, vão atacar o palácio, não vão atacar o palácio e *demarches* ali para se chegar a um... Não houve *demarche* no sentido de eu sair ou deixar de sair, mas no comportamento, como deveria se comportar o governo diante daquele movimento que já estava vitorioso. Então tivemos conhecimento depois que o presidente tinha embarcado para o Rio Grande do Sul, havia um sentido de reação esboçado pelo Brizola...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

Entrevistador: O senhor estava afirmando que tinha conhecimento de um movimento de resistência por parte do Brizola.

Badger da Silveira: Houve esboço de qualquer reação, mas muito insignificante aqui no estado.

Entrevistador: Esse esboço de reação houve onde?

Badger da Silveira: Na Assembléia, em frente à Assembléia. Mas não...

Entrevistador: Eu li no jornais que no caso da Assembléia houve resistência por parte dos deputados, não só através de discursos em que declararam sua profissão política, e também no sentido de que eles permaneceram dentro da Assembléia em resistência.

Badger da Silveira: E um movimento popular em frente à Assembléia, de apoio à Assembléia.

Entrevistador: Houve até tiroteio.

Badger da Silveira: É, mas sem profundidade esse movimento.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

Entrevistador: Quer dizer que a resistência na parte do Estado do Rio ficou muito limitada a esses fatos, como foi o caso da Assembléia, de discursos de deputados, tiroteio ali em frente à Assembléia.

Badger da Silveira: Mas só, não houve mais nada. E o governo, por exemplo eu, o governo do estado não tinha condição nenhuma de resistir. Nenhuma, nenhuma, nenhuma. O estado tinha uma polícia completamente despreparada, sem armamento. De forma que nem me passou pela cabeça uma resistência armada ao movimento revolucionário.

Quando foi à noite, no dia 1º, o Loreti me chamou e disse: “Tem aí um comandante da Marinha, comandante Dantas Torres, que quer conversar com você.” Então eu fui no gabinete, estava lá o Dantas Torres, estava o major Bismarck em farda assim de campanha, parece, porque ele estava com dois revólveres, um de um lado e outro de outro, e também entrou no gabinete mais um oficial, não sei se tenente, com uma metralhadora na mão.

O gabinete estava cheio, estavam os secretários, outros auxiliares, tinha muita gente no gabinete. O Dantas Torres virou-se para mim e disse: “Governador, eu preciso falar com o senhor.” “Pois não. Vamos sentar.” “Não. Eu não quero sentar porque meu assunto é muito rápido. Mas eu queria falar em particular. O senhor peça para desocupar o gabinete que eu quero falar em particular.” Eu pedi, meus amigos todos se retiraram com exceção do Egídio Tuler que estava sentado em uma mesa redonda, de conferências. E o Egídio não saiu, não sei por quê, e ele também não exigiu a saída do Egídio. Mas estava aquele rapaz que eu acredito que fosse um tenente, com a metralhadora na mão, e eu mandei que ele se retirasse também. Ele falou: “Não, só aceito ordens do meu comandante.” E eu falei: “Comandante, só posso conversar com o senhor sem constrangimento se esse cidadão sair daí com essa metralhadora.” Ele falou: “Retire-se.” Então esse oficial saiu e ficamos nós três. E ele me disse: “Governador, eu vim aqui convidar o senhor para me acompanhar ao Centro de Armamento da Marinha, aqui em Niterói.” Eu disse: “Comandante, então faça o obséquio de sentar-se porque eu desejo saber qual o motivo pelo qual o senhor me formula esse convite. Eu sou governador, eleito, na plenitude dos meus direitos e das minhas prerrogativas e só poderei aceitar o convite ou não caso o senhor me dê uma explicação mais clara.” Ele foi e disse: “Houve uma revolução no país que foi vitoriosa.” “Bem, até aí tem por quê eu responder ao senhor que aceito.” E ele falou: “Bem, eu sou o oficial mais antigo aqui de Niterói e fui incumbido de levar o senhor para o Centro de Armamento da Marinha.” “Então o senhor está me depondo. Se o senhor está me depondo, muito bem. Eu não tenho como oferecer resistência nenhuma.” Ele falou: “Entenda como o senhor quiser este convite.” “Só entendo assim, como uma deposição.” “Pois então é uma deposição.” “Está muito bem.”

Mandei chamar os secretários, minha mulher, a Renée, eu mandei chamar, ela veio. E ali então, uma manifestação de solidariedade dos secretários, o Hamilton Xavier falou, o Feliciano Costa também falou, e todos eles se propunham a me acompanhar para o Centro de Armamento da Marinha.

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

Badger da Silveira: Então todos eles queriam me acompanhar, mas o comandante Dantas Torres disse que não, que era impossível, que não podia ir, eu teria que ir sozinho. A Renée

então fez um apelo muito grande, que não queria que eu fosse sozinho, que ela queria me acompanhar. E ele acabou aceitando também a sugestão do secretário Heleno Nunes, que se ofereceu, ele era da Marinha e se ofereceu a me acompanhar até o Centro De Armamento. Então nós fomos. Saí dali mesmo, com a Renée, como estava chovendo eu apanhei uma capa, e fui. Na saída, naquela ante-sala do gabinete, tinha muita gente, aplaudiram, deram vivas ao governador e palmas etc. O comandante gritou: “Parem com isso, parem com isso!” Mas o pessoal continuou batendo palmas e eu saí debaixo dessa ovação do pessoal.

Então pegamos um *jeep* e fomos até o Centro de Armamento, o Heleno, eu, minha mulher, o comandante Dantas Torres e o coronel Bismarck. Chegamos lá o Dantas Torres me entregou a um outro oficial, que era o comandante do Centro de Armamento e que eu não me lembro o nome dele. Muito gentil, pediu desculpas porque não tinha uma acomodação condigna, mas como nós íamos dormir ali, tinha um quarto com duas camas, uma mesinha no centro, uma de um lado outra de outro e uma poltrona. A Renée ficou sentada na poltrona enquanto nós estávamos conversando. Ele perguntou se tínhamos jantado, eu disse que não. Então ele providenciou rapidamente um jantar e eu e a Renée jantamos. Depois eu voltei, como estava chovendo e refrescou bastante, eu perguntei se não havia possibilidade de arranjar um cobertor. Ele falou: “Vou providenciar.”

Enquanto estávamos conversando, eu e esse comandante do Centro de Armamento e o Heleno, apareceu outro comandante. Um rapaz alto, claro, louro e dizendo-se enviado pelo ministro da Marinha e que vinha me formular um convite também para eu ir para o ministério da Marinha. Eu fiz a mesma pergunta: “Por que o convite?” Ele disse: “É que aqui não há acomodações para o senhor.” “Mas eu sou um homem modesto e para mim está muito bom. Eu fico aqui mesmo.” E ele falou: “Não, são ordens superiores.” “Se são ordens superiores, não cabe a mim discuti-las. Nem ao senhor. Eu vou, não tem problema não.” E ele falou: “Só tem um problema aí. É que o senhor tem direito a ir em um navio do qual eu sou o comandante. Mas até o navio atracar, desatracar e atracar lá no ministério da Marinha, para onde o senhor vai, vai demorar muito tempo, vai levar o resto da noite nisso. Eu queria saber se o senhor não se incomoda de ir em uma lancha de serviço do ministro.” “Não — eu falei —, para mim tanto faz ir em um navio ou lancha. Não tem problema.” “Então está muito bem”, despediu-se e foi providenciar a lancha para eu ir. Aí chamei a Renée, que estava até cochilando na poltrona, e nós fomos para a tal lancha. O Heleno foi conosco também, nos acompanhou.

E foi, atravessamos normalmente, mas quando foi chegando no cais do ministério da Marinha, houve uma correria de elementos civis e fuzileiros navais que estavam portando armas, metralhadoras. Correram todos para o lado da lancha. Então o comandante da lancha, responsável ali, na hora, mandou que afastasse do cais. Aí afastou, porque dava a idéia de que a lancha ia ser metralhada naquela hora. Mas não era nada disso, apenas vários funcionários civis do ministério, que moravam em Niterói, quando viram a lancha de serviço, acharam a oportunidade de regressarem para casa. E correram para pedir um transporte, uma carona. E os fuzileiros, que não sabiam o que era, correram também, armados. Mas não tinha nada de mais.

Quando nós saltamos, logo um fuzileiro daquele encostou em mim a metralhadora. Eu fiz que não estava entendendo e fui andando. O Heleno também. Entramos em um elevador com o fuzileiro com a metralhadora e subimos. Ficamos em uma salinha eu, Heleno e a Renée quando apareceu um outro oficial lá do ministério da Marinha e disse: “Governador, lamentamos muito mas a sua senhora não pode ficar aqui.” A Renée perguntou: “Por que eu não posso ficar?” “Porque aqui não tem acomodação para senhoras.” “Mas eu fico de

qualquer maneira. Eu durmo na chã, mas eu quero ficar perto do meu marido.” Ele disse: “Eu lamento muito mas acho isso muito difícil de atender. Em todo caso, eu vou conversar com não sei com quem lá.” E saíram ele e o Heleno e ficamos eu e a Renée naquela expectativa.

Depois voltaram e ele disse; “Olha, o senhor vai para a Escola Naval, não vai ficar aqui.” Então eu falei para a Renée: “A Escola Naval é um ambiente diferente deste. É de estudante etc. De forma que você ficou mal impressionada com essas armas e metralhadora etc. mas lá na Escola Naval não tem nada disso, é outro ambiente e você pode ficar mais tranqüila.” E pedi ao comandante se me permitia telefonar para o irmão dela, meu cunhado, para ele ir buscá-la na Escola Naval. Ele permitiu e eu telefonei para o Roberto Ferraiolo, irmão da Renée, que ele fosse até a Escola Naval nos encontrar lá para de lá então...

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

Entrevistador: ...nunca negou ao senhor esse tratamento de governador.

Badger da Silveira: Não, no ministério da Marinha não. E todos me trataram com muita atenção.

Entrevistador: Então agora podemos retomar. O senhor foi para Villegaignon, foi para a Escola Naval, [?]....

Badger da Silveira: Então, quando o ministro da Marinha me disse “governador, o senhor não é nosso prisioneiro, é nosso hóspede de honra. A minha lancha está à disposição para levá-lo a Niterói”, eu raciocinei imediatamente achando que minha ida para Niterói podia tumultuar mais. Era um movimento revolucionário, eu estava fora do palácio. Então achei prudente — isso em um raciocínio rápido — e que seria melhor eu ficar no Rio e ir, no dia seguinte, depois de tomar as precauções cabíveis. E foi o que fiz.

Quando cheguei na Escola Naval, fui recebido com muita cordialidade, muita fidalguia pelo comandante da escola, que era o almirante Xavier, o nome dele todo não me lembro. Meu cunhado já estava lá e eu disse que ele ia levar minha esposa e que eu ia ficar. E ele falou: “Não, governador. O senhor é nosso hóspede. Inclusive sua esposa. Tem um apartamento onde o senhor vai dormir, vai pernoitar.”

Então já fiquei mais tranqüilo, ela também, conversamos um pouco e fui para o apartamento e dormi. No dia seguinte, levantamos cedo e fomos tomar café. Estávamos o comandante, o almirante sentado na cabeceira, eu, a Renée, mais um oficial e meu cunhado e um major do Exército, ou capitão do Exército que servia no meu governo como diretor do Serviço de Transportes, amigo pessoal nosso. Estávamos ali conversando quando eu mandei pedir que telefonassem para o Heleno Nunes. E o Heleno logo depois compareceu também. E pedi ao Heleno que ligasse para o ministério da Marinha e solicitasse a lancha do ministro para nos levar a Niterói. E tomei as providências necessárias, mandei avisar ao chefe da Casa Civil, que era o Jorge Loreti, mandei avisar ao Herval Basílio, que era o secretário de Segurança, para que tomassem as providências que eu ia para Niterói.

Nisso, nós estávamos na mesa ainda conversando e tomando café, passaram dois oficiais do Exército, um coronel e o outro major, não sei. Coronel Antônio... Antônio Gonçalves Sobrinho, um nome assim. O diretor foi chamado até a presença desse coronel e na volta me disse: “Governador, o assunto não é comigo, é com o senhor. Mas vamos acabar

de tomar nosso café e depois o senhor vai conversar com ele.” Terminamos de tomar o café e fomos conversar com o coronel. E esse coronel disse: “Governador, eu estou aqui por ordem do general Lisboa, Manoel Rodrigues Carvalho Lisboa, que foi nomeado comandante da ID1 em Niterói, mas não quer assumir o cargo sem que antes o senhor esteja no palácio porque não houve solução de continuidade do seu governo.” Eu cada vez estava entendendo menos o que estava se passando. Não podia atinar as razões por que eu tinha sido deposto e logo em seguida ser considerado hóspede de honra da Marinha. Então eu disse ao coronel que o ministro da marinha tinha me oferecido a lancha e que eu estava já para ir para Niterói. Mas que ele marcasse com o general Lisboa a hora que o general quisesse ir para irmos juntos, poderíamos ir juntos para Niterói.” Então ele disse: “Não. O general Lisboa mandou dizer que o senhor é quem marca a hora. À hora em que o senhor quiser ir, ele quer ir junto com o senhor.” Então eu pedi ao Heleno para saber a que horas a lancha poderia chegar. O Heleno disse que às 10 horas a lancha do ministério estaria na Escola Naval e dali nós poderíamos seguir para Niterói. E realmente às 10 horas o general Lisboa chegou, cumprimentou-me, nos despedimos do comando da Escola Naval...

[FINAL DA FITA 7]

Badger da Silveira: E realmente às 10 horas o general Lisboa chegou, cumprimentou-me, nos despedimos do comando da Escola Naval, tomamos a lancha e viemos para Niterói.

No caminho, no trajeto, ainda na lancha, o general Lisboa perguntou qual a minha posição no Partido Trabalhista Brasileiro. Eu falei: “General, eu sou vice-presidente do PTB, um dos vice-presidentes do PTB nacional. E sou presidente do PTB do Estado do Rio.” Ele falou: “Bem, é reservado ao senhor um papel muito importante como membro do Partido Trabalhista Brasileiro.” Eu, sinceramente, não entendi o que ele quis dizer naquela hora, que estaria reservado a mim um papel relevante naquela conjuntura em decorrência da Revolução. Até hoje não sei o que ele queria dizer.

Então fomos. Nas barcas tinha muitos policiais e quando chegamos, devia ter uns 200 soldados lá no palácio. Eu entrei, logo chamei um oficial que estava lá e perguntei quem tinha determinado aquele contingente todo, já que eram 40 homens que faziam a guarda do palácio. Ele disse que tinha sido o interventor. Eu não sabia quem era ainda e falei: “Não há interventor. Você mande recolher todos os soldados e deixe apenas a guarda normal aqui do palácio.” E subi com o general.

No gabinete, o general pôs a mão no meu ombro e disse: “Governador, repito, não houve solução de continuidade no governo. Agora o senhor já está em casa e eu vou assumir o comando da IB1.” Não sei por que cargas d’água, eu falei: “General, o senhor já está aqui, vai perder mais 10 minutos e conhecer a residência do governador.” Então, atravessamos, saímos da sala, tem um corredor, uma sala maior, eu mostrei a sala, depois tinha um quarto. Eu falei: “General, isso era um escritório particular do governador. Mas eu tenho oito filhos e para acomodar todos aqui eu tive que transformar isso em um quarto também. O palácio é um palácio pobre, com poucas acomodações, e tem uma sala aqui no fundo que foi feita pelo Roberto mas que ele nem chegou a usar porque morreu em Petrópolis antes disso.”

Quando abrimos a porta, tinha lá um grupo. Então o Loreti me disse: “Governador, o interventor é o Schuller.” Eu, que já conhecia o Schuller há muitos anos, José Antônio de Schuller. O encontramos ali, ficou um pouco de mal-estar. Quando eu falei “General, este é o dr. Schuller, um velho conhecido meu”, o Schuller falou: “General, isto não vai ficar assim não! Eu não arrisquei a minha vida e a minha fortuna para o Badger continuar no governo do

estado. Não é por você não, Badger, eu já o conheço há muito tempo, tanto que falei com a minha mulher que ia levar você para a minha casa. Só não o fiz por uma questão de segurança, achava que você lá não podia estar resguardado.” Eu falei: “Muito obrigado, dr. Schuller, pela atenção do senhor.” E ele disse: “Pois é! Mas isso não vai ficar assim não. Você não vai continuar aqui não. No máximo uma semana você fica aqui.” Eu falei: “Dr. Schuller, para mim tanto faz eu ficar uma semana, sair hoje ou daqui a 10 dias, não tenho interesse nenhum. Não obstante eu ter sido eleito pelo povo e estar cumprindo um mandato eletivo, eu não tenho fixação e nem esse interesse maior em ser governador. O que me interessa é que realmente o país seja uma democracia e que o povo tenha a sua oportunidade de se revezar no governo.” Ele virou-se para o general Lisboa e falou: “General, o senhor, em vez de vir aqui e tomar esta atitude de reposição do Badger no governo, devia ir no Gecam, que é um ninho de comunistas. O coronel comandante do Gecam é comunista.” E o general Lisboa falou: “Mas fulano, desde quando você é comunista?” O coronel estava do nosso lado, o tal comandante do Gecam. Ele riu etc., o Schuller ficou um pouco sem graça, e aí o general falou: “Bem, governador, não há, como eu disse outra vez, solução de continuidade no governo. O senhor já está na sua casa e eu vou assumir o comando do IB1.”

Mas o Schuller, antes, logo no início da conversa que tivemos ali, disse: “General Lisboa, eu estou aqui por ordem do marechal Dennis. Sou o interventor e estou aqui por ordem do marechal Dennis.”

Entrevistador: E qual foi a reação do general Lisboa?

Badger da Silveira: O Lisboa disse: “Bem, por muito que me mereça o general Lisboa, eu estou aqui por ordem do ministro da Guerra. Então o governador Badger Silveira é o governador do estado.” E aí então se despediu, saiu, e aí fui para o gabinete, estava ali o padre Menceslau, que teria sido nomeado secretário de Educação, tinha outros lá que também teriam sido nomeados, eu não sei, e um irmão dele que era tabelião aqui.

Entrevistador: O Alfredo.

Badger da Silveira: É, irmão do Schuller. Daí eu fui para o meu gabinete, o general Lisboa foi para a assumir o comando e ficamos em um relacionamento muito bom, eu e o general Lisboa, durante algum tempo.

Entrevistador: Dr. Badger, desculpe interromper. Nesse período, nós vamos ver, houve a prisão do secretário de Segurança, do Herval. Por que houve essa prisão do Herval?

Badger da Silveira: A prisão do Herval foi no dia seguinte, parece.

Entrevistador: E por que houve a prisão do Herval?

Badger da Silveira: Não sei. Dos secretários, o Herval foi o que ficou mais tempo preso. Mas foram presos o João Gomes da Silva, Palmir Silva, Antônio Carlos Sigmaringa Seixas, que era o Procurador-Geral do Estado...

Entrevistador: Por que houve a prisão desse pessoal?

Badger da Silveira: Não sei! Eu não tenho a menor idéia do porquê foram presos. O Herval não foi preso no mesmo dia não. Foi preso no dia seguinte.

Entrevistador: O Fluminense deu destaque a essa prisão. Deu destaque também à prisão do Procurador-Geral do Estado.

Badger da Silveira: É. E outros secretários foram presos.

Entrevistador: Esse José Gomes da Silva, quem era?

Badger da Silveira: Não, João Gomes da Silva. Era secretário de Administração. Palmir era secretário de Transportes. Feliciano Costa, secretário de Trabalho e Justiça Social, uma coisa assim. Não foi preso o secretário de Saúde, que era o Carlos Antônio. O Carlos Antônio, naquela preocupação, quando estava havendo as prisões etc., ele procurou a embaixada do Haiti para me dar asilo e combinou então tudo lá na embaixada para eu ficar asilado lá. Veio me avisar e eu disse a ele que não aceitava, que eu não queria ser asilado porque não temia por nenhum processo contra mim, o máximo que podiam fazer seria me prender por uns dias e depois me soltar. E eu preferia ficar preso aqui do que solto lá no Haiti ou em qualquer outro lugar.

Entrevistador: Houve a prisão do secretário de Segurança e a indicação de novos secretários de Estado?

Badger da Silveira: Então foi preso o secretário de Segurança. Eu reuni, logo no dia seguinte, quando houve esse movimento... Aí foram soltos os secretários todos etc., menos o Herval Basil. Eu reuni os secretários, reuni os amigos e pensei no meu afastamento. Eu queria abandonar. Minha intenção era deixar o palácio. Mas o consenso foi no sentido de que eu não me afastasse. E esse consenso, de que eu não devia me afastar, acabou me convencendo de que realmente a minha presença no governo poderia evitar uma série de excessos etc.

Então o general Lisboa me disse que, como o secretário de Segurança tinha sido preso, o Comando Revolucionário exigia que eu nomeasse um secretário de Segurança da confiança do movimento revolucionário. Eu falei: “General, eu vou aceitar a imposição de um secretário de Segurança por uma razão muito grande: é que eu quero, realmente, que tudo seja apurado no meu governo. E não quero que haja qualquer dúvida de que eu possa prejudicar as sindicâncias e os inquéritos que venham a se realizar no sentido de apurar a responsabilidade do meu governo.”

Mas não tivemos sorte porque o secretário Hugo Campelo era um homem que não tinha o preparo necessário para ser secretário de Segurança, ainda mais em um movimento como aquele. Era um homem que estava em choque comigo a cada momento porque era um arbitrário.

Entrevistador: O Hugo Campelo era um militar reformado? Qual era o origem dele?

Badger da Silveira: Eu tenho a impressão que não. Eu tenho a impressão que ele era da ativa, esse coronel Hugo Campelo.

Entrevistador: Eu li nos jornais que ele passa a querer assumir o próprio governo do estado, não?

Badger da Silveira: Não, isso não porque toda hora que ele queria formar um governo paralelo, ele encontrava a resistência minha e de muitos secretários. O Hamilton, por exemplo, Hamilton Xavier, teve oportunidade de escrever ofícios bem contundentes contra atitudes dele. Naturalmente conversava comigo antes e eu autorizava que ele o fizesse para evitar efetivamente que ele viesse a tomar uma atitude de assumir o governo do estado. Não obstante, a imprensa contrária a mim...

Entrevistador: Aí que [?], a posição do jornal *O Fluminense*.

Badger da Silveira: O jornal *O Fluminense*, passado o tempo, a gente vai analisando e chegando a determinadas conclusões. Eu vou fazer um parêntese e dizer o seguinte: eu não conhecia pessoalmente, e não tinha relacionamento maior — conhecia pessoalmente assim muito... — com o general Paulo Torres que na ocasião comandava um setor importante no Exército.

Entrevistador: Era chefe do Estado-Maior do I Exército.

Badger da Silveira: Era uma coisa assim. E o general Paulo Torres manifestou interesse, através de amigos, que tivesse eu contato com ele. Eu andei telefonando para ele, procurando saber qual a minha atitude... porque depois de uns dias, eu passei a ficar um pouco perdido porque o general Lisboa, que durante uns 15 dias me deu uma cobertura absoluta, depois modificou-se completamente.

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

Entrevistador: Então o senhor estava falando que o senhor sentiu, nos primeiros 15 dias de abril, um certo bom relacionamento com o general Carvalho Lisboa e que esse relacionamento se modificou. E o senhor também estava falando do problema de *O Fluminense*.

Badger da Silveira: Você perguntou se havia alguma razão para *O Fluminense* ter sido causticante comigo nesses 30 dias. Eu sinceramente nunca entendi. Pessoalmente eu sempre me dei muito bem com Alberto Torres, toda a vida, desde rapazes. De repente ele passou a uma agressividade muito grande, dizendo que eu recebia dinheiro do jogo do bicho, dinheiro de cassino...

Entrevistador: E era em um crescendo.

Badger da Silveira: Em um crescendo. Que o Campelo chegava no palácio, mandava e desmandava, mandava eu assinar e eu assinava. Tudo isso, eu sem saber as razões por que aquela agressividade tremenda contra mim. No dia seguinte que eu fui deposto, o jornal parou evidentemente de me atacar, não havia razão mais, eu já estava deposto, mas posteriormente, eu fui colocado em disponibilidade pelo Paulo Torres...

Entrevistador: No Tribunal de Contas.

Badger da Silveira: É. Não fui nem aposentado, fui colocado em disponibilidade e houve um aumento do funcionalismo em que o governador Jeremias colocou um parágrafo em que dizia “ficam excluídos dos benefícios desta lei os funcionários em disponibilidade atingidos pelo AI-5”. O único em disponibilidade no Estado do Rio era eu. Então eu telefonei para o líder do governo, até meu afilhado de casamento, eu vou lembrar depois e falo...

Entrevistador: João Kifer Neto?

Badger da Silveira: Exatamente, João Kifer Neto. Telefonei para ele e falei: “Kifer, você diga ao Jeremias que fica mais bonito ele dizer ‘fica excluído dos benefícios desta lei o ex-governador Badger Silveira, porque o único sou eu.’” Logo depois ele telefonou para mim e disse que tinha falado com o Jeremias e que o Jeremias não sabia. E eu falei: “Lamento mais ainda que você venha me dizer que um governador assinou uma mensagem sem saber o que era.” Mas o importante é que o Alberto Torres escreveu um editorial no *Fluminense* me defendendo, achando que era uma atitude indigna do governador me excluir daquele aumento. E fez questão de assinar uma emenda a essa proposição do governo extinguindo esse parágrafo, que foi aprovada por unanimidade pela Assembléia.

Mas a impressão que eu tenho hoje é que eu falei algumas vezes com o general Paulo Torres, nesse período de 64, e ele me disse: “Governador, não há nada contra o senhor. Procure permanecer no governo.” Então eu achava que era um apoio que ele estava me dando. Mas é possível que atrás disso já estivesse articulada a possibilidade dele ser governador. Pois bem — isso é como eu estou entendendo agora, depois de decorrido este tempo todo —, é que o general Lisboa, sentindo a possibilidade de um outro, passou a me hostilizar. De repente, o general Lisboa passou a me hostilizar.

Entrevistador: Como assim, “sentindo a possibilidade de um outro” ele passou a hostilizar o senhor?

Badger da Silveira: Talvez prevendo a possibilidade do Paulo Torres, com quem eu às vezes conversava pelo telefone porque não tinha ainda nenhum contato, imaginando que eu estivesse articulando com o Paulo Torres, talvez isso, ele tenha começado a me hostilizar.

Dentro do palácio havia, não obstante a gente procurar por todos os meios e modos manter aquela tranqüilidade, um certo tumulto. Havia gente às vezes que eu nem conhecia direito. Teve um camarada, um elemento que não me lembro quem, não era do meu relacionamento, mas estava lá dentro do palácio e que falou: “Mas por que o senhor não manda bombardear a ponte de Campos, manda bombardear a ponte não sei onde?” Dando idéias assim. Eu falei: “Mas bombardear por quê? Não há razão para isso.”

Enfim, a impressão que eu tenho hoje é de que, dentro do meu gabinete, dentro do palácio tinha gente orientada no sentido de me prejudicar.

Entrevistador: De radicalizar.

Badger da Silveira: De radicalizar a situação, telefonar ou falar no telefone que estava censurado na época, e que eu evidentemente sabia que estava censurado, e que poderia falar qualquer coisa que me comprometesse pelo telefone que era gravado. Tudo isso depois é que

eu fui percebendo que podiam ter acontecido dentro do palácio. Então esses ataques do *Fluminense* podem ter por trás algum relacionamento no sentido de que eu saísse e que ajudasse depois a candidatura do Paulo Torres porque ele estava bem comigo. E o general Lisboa, possivelmente pensando em uma articulação contrária aos interesses dele... Sinceramente não me passava pela cabeça que ele tivesse interesse em ficar no meu lugar. Só posteriormente é que cheguei a essa conclusão.

No *Fluminense*, um belo dia o Campelo chegou e perguntou: “Governador, o senhor fuma?”

Entrevistador: Isso saiu publicado no *Fluminense*.

Badger da Silveira: É. Eu disse: “Não, secretário. Mas o senhor querendo eu começo a fumar hoje mesmo.” Quer dizer, coisas assim para me ridicularizar.

Entrevistador: Desgastar a imagem do governador.

Badger da Silveira: É. Evidentemente deve ter conseguido muito. Não só esse jornal como outros jornais também de oposição. Porque eu, como governador, tinha 35 milhões de verba de propaganda e eu não gastei nem cinco milhões. E o que eu gastava era com editais etc. porque propaganda, pagar aos jornais para falar sobre o governo do estado, eu não dei um tostão para jornal nenhum, nenhum. Então, todos esses jornais se aproveitaram, nessa época, para fazer uma campanha contra o meu governo. Não dei não porque achasse que o jornal não merecesse...

[FALHA NA GRAVAÇÃO]

Entrevistador: O próprio Raul [?] que tinha o período que sua situação era negra, que o senhor podia ir para ilha de Fernando de Noronha e que sua família estaria ameaçada.

Badger da Silveira: Exatamente. Ele virou-se para mim e disse: “Badger, você sabe que a sua situação é negra?” Eu falei: “Não, coronel. Estou sabendo agora.” “Pois bem, você está ameaçado de ir para a ilha de Fernando de Noronha.” Eu disse: “Não, eu tenho pavor de pensar em ir para a ilha de Fernando de Noronha.” E ele falou: “E mais ainda: sua família está ameaçada de ser dizimada!” “Mas coronel, o que eu fiz? Qual o crime que eu pratiquei para estar ameaçado de ir preso para a ilha de Fernando de Noronha, minha família ser dizimada?” “Você foi no comício do dia 13! Eu vi a sua cara na televisão no dia 13.” “Mas coronel, o comício do dia 13 foi um comício organizado pelo presidente da República, pelo chefe do meu partido e eu fui convidado a participar desse comício e participei. Não vejo aí um crime tão grande.” “Mas a sua situação é muito séria!” Eu falei: “Então, coronel, o que eu devo fazer para não ir para a ilha de Fernando de Noronha e para não ver a minha família dizimada?” Ele disse: “Bem, tem uma solução: a sua renúncia. Você renuncia.” “Mas coronel, com a minha renúncia vão acabar esse crimes negros todos que eu pratiquei?” Ele disse: “Bem, a Revolução o tratará com benignidade.” Eu falei: “Coronel, o senhor conhece um jogo chamado pôquer?” “Mas por quê?” “Paguei, coronel. Esta mão aqui jamais assinará a renúncia. Eu considero a renúncia uma fraqueza e a confissão daquilo que eu não fiz. De forma que eu não vou renunciar em hipótese alguma.” “Mas Badger, você está ficando louco?” “Entenda o senhor a minha atitude como quiser. Realmente eu tenho medo e ir para a

ilha de Fernando de Noronha, não sei o que pode acontecer comigo. Mais pavor ainda em pensar que a minha família pode ser dizimada em um movimento revolucionário deste. Mas assinar minha renúncia eu não assino. O Comando Revolucionário pode me pegar e me botar para fora, pode fazer o que quiser comigo porque eu não tenho condição de resistir. Mas renunciar eu não renunciarei. Em hipótese alguma.” Ele quis insistir ainda, argumentar comigo que eu devia renunciar e eu disse a ele que não. E para não prolongar muito a nossa conversa, eu disse: “Coronel, dizem que o travesseiro é um bom conselheiro. Vou dormir e amanhã então posso telefonar para o senhor. O senhor tem telefone?” Ele me deu cinco telefones do ministério da Guerra. Eu evidentemente não tinha interesse nenhum em telefonar para ele. Quando eu saí, ele perguntou ao meu cunhado se eu estava sozinho e meu cunhado falou: “Não, tem dois carros com cinco ou seis homens armados de metralhadora acompanhando o carro dele.” Não era verdade, realmente eu estava sozinho, não tinha ninguém de segurança comigo nesse dia.

Bem, eu fui aconselhado pelo Rubem Berardo, que era o vice-governador, esteve lá...

Entrevistador: Futuro vice-governador.

Badger da Silveira: É, era deputado federal nessa época. Mas não sei por quê, qual o relacionamento que ele tinha, quais as razões que o levaram a me aconselhar a mudar todo o secretariado e colocar elementos da UDN do Estado do Rio no secretariado. Eu disse a ele que não era objetivo meu trocar o secretariado, mas que em todo caso eu ia sondar os secretários e aconselhar-me com elementos ligados ao meu partido para ver se convinha ou não fazer a mudança do secretariado. Então, com exceção do Egídio Tuler, que achava que não, que eu devia manter o secretariado, todos os outros reconheceram a necessidade de modificar o secretariado e colocar elementos da UDN ou com predominância de elementos da UDN. Pois bem, nessa ocasião eu fui procurado pelo Egídio Tuler, que veio em nome do deputado Simão Mansur que era da bancada da UDN. E o Simão Mansur veio propor um acordo da UDN com o governo. E que eu nomearia um secretário da UDN nessa ocasião. Eu falei com o Egídio que não acreditava muito nessa proposta do Simão Mansur. Achava que ele não tinha condição de liderar a bancada da UDN, mesmo porque a bancada, não obstante ter legalmente um líder, não liderava porque todos eram independentes. E que eu não nomearia o Simão. Ele era o portador dessa proposta e eu nomearia outros que eu escolhesse dentro da bancada da UDN. E ele disse que não teria interesse nenhum em ser secretário. Eu ainda perguntei ao Egídio qual o interesse do Simão.

[FINAL DA FITA 8-A]

Badger da Silveira: Ele falou: “Ele não tem interesse nenhum, a não ser ajudar você nesse momento.” Mas no dia seguinte eu recebi um requerimento do Simão Mansur pedindo a liberação de uma verba de Cr\$ 10 milhões, se não me engano, para uma escola, uma instituição de caridade que era presidida por ele ou orientada por ele, presidida não digo, mas orientada por ele em São João da Barra. Eu despachei. Falei com o Egídio — o Egídio que trouxe o requerimento —, que era secretário de Obras. Eu disse a ele: “Egídio, aqui está o preço do Simão de ser o intermediário. Ele quer que eu defira isso. Mas eu tenho impressão que não há condição de atender ao Simão.” E dei um despacho: “Deferido, atendendo ao plano de contenção e ao numerário disponível.” Uma coisa assim. De forma que esse despacho ele não iria conseguir receber porque estava dentro do plano de contenção e

também não tinha dinheiro para isso. Aí eu recebi outra proposta do Simão. É que o jornal *Tribuna da Imprensa* estava também acompanhando o mesmo ritmo do *Fluminense*, me agredindo demais. E o Hélio Fernandes mandou me propor, pelo Simão, que eu desse 10 milhões e ele pararia de me agredir. Então eu disse que não porque não tinha dinheiro para isso. Eu pessoalmente não tinha e dinheiro do governo eu não daria para um evento desse. Então o Simão propôs o seguinte: que eu deferisse e pagasse os 10 milhões da entidade e ele daria cinco para o Hélio Fernandes e ficaria cinco para a instituição dele. Eu também respondi que não havia condição para isso porque o estado não tinha numerário necessário para atender aquele requerimento dele. E a *Tribuna* continuou me agredindo do modo que agrediu até o final, até eu ser deposto.

Entrevistador: Então, dr. Badger, o senhor não aceitou essa sugestão do Rubem Berardo para mudar o secretariado para o pessoal da UDN? O secretariado manteve-se o mesmo nessa crise de abril?

Badger da Silveira: Em princípio eu aceitei. Aceitei não só colocar os da UDN, mas mudar o secretariado para dar a impressão de uma nova fase do governo dentro do movimento revolucionário.

Entrevistador: Mas, dr. Badger, o senhor não chegou a efetivar essa mudança.

Badger da Silveira: Não efetivei.

Entrevistador: Mas começou a articular essa mudança?

Badger da Silveira: Nem cheguei a articular essa mudança. Não, cheguei a articular sim. O nome por exemplo do Aécio Nance para a secretaria de Saúde...

Entrevistador: O Aécio Nance era um elemento do PSP, não?

Badger da Silveira: Do PSP, seria então secretário de Saúde. E tinha outros nomes que eu não me lembro assim. Lembro bem do Aécio Nance.

Entrevistador: E o senhor chegou a convidá-lo para ocupar a secretaria?

Badger da Silveira: Convidei o Aécio Nance. Esse eu tenho certeza, tenho lembrança. Não me lembro de outros que eu tenha convidado. Mas efetivamente eu ia...

Entrevistador: Por exemplo, ia permanecer o Jorge Loreti?

Badger da Silveira: Permaneceria o Jorge Loreti. Os outros secretários todos haviam colocado os cargos à minha disposição para que eu então fizesse a modificação que fosse necessária. Mas o que eu me lembro, o primeiro que eu havia... foi o Aécio Nance, do PSP, para secretário de Saúde.

Entrevistador: Dr. Badger, pelo que nós estamos notando, essa fase que vai de 1º de abril precisamente até 1º de maio ou 30 de abril de 64, é uma fase muito tumultuada.

Badger da Silveira: Muito.

Entrevistador: E se destaca um fato que eu acho necessário esclarecer que é a sua ida à posse do presidente Castelo Branco.

Badger da Silveira: Mas isso foi logo no princípio.

Entrevistador: Dia 15 de abril.

Badger da Silveira: Até aí estava tudo bem. Então eu ouvi os companheiros e amigos e achava que a minha permanência... Houve um telefonema para mim, logo depois, do Pedrinho. O Pedrinho era um [*valés de chambre?*] do presidente, do Jango. Era quem servia ao Jango etc. Ele telefonou, nessa fase, porque na saída de Brasília o presidente tinha recomendado para o Pedrinho telefonar para mim para dizer que eu não saísse do governo. Custasse o que custasse, mas que eu me mantivesse no governo. Bem, não é por essa informação, mas também por essa informação, que eu não sabia o que poderia advir nem nada, eu fiz por onde me manter no governo com a finalidade precípua de evitar que houvesse excessos contra elementos do Estado do Rio. Resistir o que eu pudesse resistir. E para isso, até ir à posse do presidente eu achava que era conveniente para mim. Como participar de qualquer iniciativa que fosse do movimento revolucionário no sentido de eu me garantir no governo. Não que eu quisesse, por uma questão de vaidade não, mas por uma questão de interesse político na minha permanência no governo.

O general Lisboa um dia me pediu que lançasse um manifesto a favor da Revolução e aderisse à Revolução. Eu falei: “General, aderir à Revolução, eu não tenho condição para isso. Mas eu posso lançar um manifesto ao povo fluminense.” E fiz esse manifesto, infelizmente não tenho cópia dele. Mas no sentido de conclamar o povo ao trabalho, à paz. Enfim, no sentido de que o povo fluminense evitasse qualquer reação contra o movimento revolucionário que já estava vitorioso e implantado no país. Eu estava efetivamente convencido de que nenhuma reação armada podia levar a coisa nenhuma. Não havia organização nenhuma no Estado do Rio que pudesse oferecer qualquer resistência ao movimento revolucionário já vitorioso implantado dentro da país. Então eu fiz esse manifesto. Mas ele disse: “Não, mas não é esse o manifesto que nós queremos. Nós queremos um manifesto em que o senhor diga que está integrado no movimento revolucionário.” Eu falei: “Mas general, eu não posso fazer esse manifesto porque realmente eu pertenci e pertença a um partido que foi despojado do governo federal pela Revolução. Então, eu estou enquadrado dentro do princípio que a Revolução prega: a garantia da democracia no país, o combate à corrupção e o combate à subversão. Dentro desses princípios eu estou integrado. Mas aderir como participante desse movimento revolucionário eu não vou.” Ele falou: “Bem, mas isso não é o que nós queremos. O manifesto do senhor não é esse o que nós queremos.” Eu não podia fazer mais nada senão aquele manifesto que eu fiz.

Pois bem, houve fatos... Por exemplo, um dia o Campelo telefonou. “Governador, os fuzileiros navais desembarcaram na ponte das barcas para atacar o palácio. O senhor tem como resistir?” Eu disse: “Não. Eu tenho três metralhadoras aqui que nem sei se funcionam direito. É a única coisa que eu tenho. Mas vou assestar, ir para a rua...” E ele falou: “O senhor faz barricadas e resista enquanto puder.” Eu telefonei para o Dilson Pinto, diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, telefonei para a Saen, Serviço de Água e Esgoto,

para que trouxesse pipas d'água e carros, caminhões, o que pudesse para bloquear as ruas que davam acesso ao palácio. Então, menos de uma hora depois já estavam todas as ruas bloqueadas e aquelas metralhadoras assestadas para lá, mas que não ia valer nada. Mas eu soube depois que o 3º RI mandou um contingente para me garantir e os fuzileiros navais retornaram, foram embora e acabou essa ameaça.

Mas eu era ameaçado constantemente ou pelo telefone ou... E sempre aparecia lá um general que queria conversar comigo. Eu chagava lá e era para dar sugestões disso, sugestões daquilo, o que eu devia fazer, o que não devia fazer. E eu dava toda a atenção. Muitos eram para ver se arranjavam um emprego para um filho, um parente. Eu dava atenção e tal. Mas no final eu já não queria mais receber esses oficiais. E apareceu um, general Poti, que o Loreti veio e me disse: “Governador, está aí o general Poti que quer ter uma entrevista com você.” E eu disse: “Loreti, eu não quero mais receber general. A não ser do ministério da Guerra, o general Lisboa... Mas esses generais que vêm sem credencial eu não quero receber mais.” Então ele foi lá e falou com o general Poti para transmitir o que ele queria e ele disse: “Não, é um assunto pessoal com ele.” Eu falei: “Diga a ele que eu não tenho assunto pessoal nenhum com ele. Ou ele fala com você o que ele quer ou então não vou recebê-lo mesmo.”

O meu cunhado, João Brasil, estava na sala quando o general Poti abriu o paletó e disse: “Está pensando que eu estou armado? Eu não estou armado não.” Mas realmente estava, porque ele estava com o revólver atrás. Então eu soube que ele queria dar o tal golpe de mão: quando eu chegasse para atender, ele puxava o revólver, encostava em mim, “está deposto, vamos embora”. Ninguém ia poder fazer nada porque ele ia ameaçar atirar em mim etc.

Então eu fui eliminando esses encontros com esses generais que queriam me orientar dentro do governo. Por exemplo, eu estava deitado, descansando depois do almoço, quando chegou um oficial de gabinete todo esbaforido na porta e disse: “Governador, acabei de ouvir agora que o senhor foi deposto!” “Ué! Mas você vem aflito assim, não está me vendo aqui? Não fui deposto.” “Mas eu ouvi que o general não sei quem...” “Não, eu estou aqui. Como é que eu fui deposto?” Mas nessa fase, o general Lisboa já não estava mais articulado nem me dando aquelas atenções etc. e eu não sabia por quê. Pois bem, há uma série de episódios intermediários, que eu agora não estou lembrando, dessa situação...

Entrevistador: O presidente Castelo Branco não procurava o senhor não, não é, dr. Badger?

Badger da Silveira: Não. Procurou um genro do presidente Castelo Branco, o Salvador Diniz. Ele era muito conhecido de um auxiliar meu que não lembro quem. Ele, conversando com esse auxiliar, achou que podia arranjar uma entrevista minha com o presidente. Mas eu então disse que não tinha razão nenhuma para procurar o presidente. Eu teria dito a esse amigo, não me lembro quem era amigo dele, que disse que o presidente gostaria realmente de ter um encontro comigo. Então eu falei: “Se há esse interesse do presidente, eu evidentemente tenho interesse em ter um contato com ele.” E o Salvador, que já estava no gabinete do presidente, comunicou marcando uma data de um encontro meu com o presidente.

Entrevistador: Na posse o senhor não teve um contato com o presidente Castelo Branco?

Badger da Silveira: Não.

Entrevistador: Aí foi marcada um possível audiência.

Badger da Silveira: Uma audiência. Então eu fui e o presidente Castelo Branco falou: “Há tempos que eu queria mesmo falar com o senhor.” Isso foi em Brasília, pouco antes da minha deposição. “Há tempos que eu esperava ter um encontro com o senhor.” Já tinha passado vinte e tantos dias da Revolução. E eu falei: “Presidente, esta audiência tem apenas por finalidade mostrar ao presidente como eu estou governando o Estado do Rio. Eu tenho os planos: Plano de Saúde...” Aí fiz uma exposição de todo o plano de saúde do estado. Plano Rodoviário, fiz também uma exposição. Enfim, de todos os planos. A parte de energia elétrica, a construção da usina de Rosal, que eu desejava fazer. Enfim, levei uma hora e dez minutos expondo o que eu estava realmente fazendo no Estado do Rio. E que gostaria de continuar, terminar o meu mandato para continuar a obra que eu estava realizando. Ele me disse: “Governador, o senhor tem tudo para continuar governando o estado. Não há razão nenhuma para o senhor temer qualquer atitude da parte do governo revolucionário. Vá e governe o Estado do Rio.” Eu dobrei minhas coisas todas e vim embora, certo de que não havia realmente nada contra mim que eu não pudesse prosseguir até quando eu achasse necessário e razoável eu continuar no governo dentro do regime revolucionário. Quando, surpresa minha, três ou quatro dias depois, eu fui deposto.

Entrevistador: Aí tem um fato que eu gostaria que o senhor falasse que foi toda a crise da Polícia Militar do estado.

Badger da Silveira: Eu estou dizendo isso porque eu fiquei surpreendido com a atitude do presidente que me disse “não há nada que impeça o senhor de governar o estado. Vá e governe o Estado do Rio.” Para quatro dias depois ele assinar a cassação dos meus direitos políticos. Isso que eu ainda não compreendi.

Mas o episódio final foi... Esse rapaz que eu havia dito que estivera com o meu cunhado, o capitão Antônio Severo, ele era o diretor do Departamento de Transportes. Eu havia autorizado a compra de oito veículos, que foram os únicos que eu comprei, para servir a oito secretarias. Bem, o comandante da Polícia Militar tinha sido preso.

Entrevistador: Como era o nome dele?

Badger da Silveira: Coronel Evangelista, que tinha substituído um outro.

Entrevistador: Não do exército.

Badger da Silveira: Não. E eu designei um coronel [Deserto?] para responder, assumir o comando até que fosse nomeado um outro comandante.

Entrevistador: O coronel Evangelista foi afastado do comando por causa da utilização dessas viaturas?

Badger da Silveira: Não, não. O coronel Evangelista era considerado um homem de esquerda e tinha sido preso e afastado no movimento revolucionário.

Entrevistador: E aí foi nomeado um coronel [Deserto?] para temporariamente chefiar a Polícia Militar do estado nesse período de abril de 64.

Badger da Silveira: Exatamente. Pois bem, então o capitão Antônio Severo foi ao palácio e me disse que o [Deserto?] tinha ido lá no Serviço de Transportes e apanhado um dos carros novos para o comando da polícia.

Entrevistador: Sem autorização?

Badger da Silveira: Sem autorização. Isso cedo, muito cedinho. Eu liguei e falei com o coronel [Deserto?]. “Coronel, eu soube disso assim, assim e assim. É verdade?” “Ah, governador, o comando da polícia estava precisando de um carro e eu fui apanhar o carro.” “Mas coronel, o senhor acaba de praticar um ato de indisciplina porque o meio que o senhor teria que utilizar para requisitar um carro para o seu serviço não é esse. De forma que considere-se demitido do cargo de comandante da Polícia Militar e passe o comando ao sub-comandante até que eu resolva o problema do comando.” “Mas governador, eu sou amigo pessoal do senhor!” “Você é meu amigo e eu sou também seu amigo. Mas eu não confundo a administração do estado com amizade. Você praticou um ato de indisciplina e será punido por isso. Passe o comando ao sub-comandante.”

Aí telefonei para o Heleno e falei: “Heleno, nós estamos com um problema que é o comando da Polícia Militar. Eu não vou nomear mais...”

[FALHA NA GRAVAÇÃO]

Entrevistador: ...a nomeação de um coronel do Exército que fosse um homem tranqüilo para dar mais estabilidade?

Badger da Silveira: Exatamente. E falei com o [Deserto?] que ele seria punido pelo ato de indisciplina que ele havia praticado.

Entrevistador: E o secretário de Segurança do estado foi comunicado, o Hugo Campelo?

Badger da Silveira: Não comuniquei.

Entrevistador: Antes de 64 não havia essa vinculação tão clara de PM com Secretaria de Segurança.

Badger da Silveira: Havia. A PM estava diretamente subordinada à Secretaria de Segurança. E o coronel [Deserto?] teria sido nomeado, logo naqueles dias em que tinha sido preso o Evangelista, em um entendimento meu com o coronel Hugo Campelo que era o secretário de Segurança.

Entrevistador: Qual foi a sugestão do Heleno Nunes?

Badger da Silveira: Pensamos em vários nomes que pudessem assumir o comando da polícia quando o Heleno lembrou de um coronel Sérvulo... Sérvulo não sei de quê. E eu falei: “Mas você o conhece?” “Conheço. É um homem sereno. Se ele aceitar, será um bom secretário.” “Então você, antes de mais nada, vá ao Ministério da Guerra, sonde ao ministro se aceita a nomeação desse coronel.” O Heleno de lá me telefonou dizendo que estava tudo bem, que ele

ia localizar o coronel Sérvulo e que eu podia fazer o ato da nomeação para sair publicado no dia seguinte. Tudo bem, não tinha nada...

Entrevistador: Não é Sérvulo Mota Lima?

Badger da Silveira: Eu acho que é, Sérvulo Mota Lima. É isso mesmo. Eu nem cheguei a conhecer esse coronel. Ia conhecê-lo no dia seguinte se ele viesse tomar posse. Então, passou o dia. Quando foi seis horas, seis e meia mais ou menos, sete horas, o general Lisboa me telefonou. “Governador, preciso falar com o senhor com urgência.” “General, o senhor venha às 8h.” “Mas é urgente!” “Pois é, mas eu recebo o senhor às 8h. Vou jantar e depois do jantar eu o recebo.” “Então está bem.” Desligou o telefone. Eram umas sete e meia mais ou menos, eu estava sentado para jantar quando o Loreti me disse: “O general Lisboa está aí. Diz que é urgentíssimo.” Eu levantei, nem acabei de jantar. Fui lá, ele estava em pé e um oficial ajudante de ordens, devia ser, com ele. “Governador, nós temos um assunto muito sério para conversar.” “Pois não, general, sente.” “Não, não quero sentar não!” “Está bem. Então, o que o senhor quer? Qual é o assunto tão sério?” “Nós estamos praticamente sem comando na Polícia Militar.” Eu falei: “É, realmente eu exonerei o comandante da Polícia Militar por um ato de indisciplina.” “Então eu quero que o senhor nomeie o Bismarck para comandante da Polícia Militar.” “Mas general, eu não posso nomear o major Bismarck mesmo porque eu já escolhi, de acordo com o Ministério da Guerra, um novo comandante que é o coronel Sérvulo Mota Lima.” “Mas eu não quero o coronel Sérvulo Mota Lima, eu quero o major Bismarck.” “Mas o major Bismarck eu não posso nomear.” “Por que o senhor não pode nomear? O major Bismarck é o indicado pelo comando revolucionário.” “Bem, até agora é prerrogativa do governador nomear o comandante da Polícia Militar.” “Mas eu aconselho ao senhor nomear o major Bismarck.” “General, eu sou um homem humilde; gosto de ouvir conselhos. Mas esse eu não vou aceitar. Há uma coisa que um homem não deve permitir que seja levemente arranhada que é a dignidade. E o senhor não quer só arranhar a minha dignidade, o senhor quer me desmoralizar. O major Bismarck me prendeu no dia 1º de abril. Eu não posso, agora, em um ato público nomear esse homem comandante da Polícia Militar. Eu não farei isso não.” “Bom, o senhor vai fazer!” “Não vou fazer. Não assinarei ato nomeando o major Bismarck.”

Entrevistador: Quando foi isso?

Badger da Silveira: Dia 30 de abril.

Entrevistador: Na noite do dia 30 de abril?

Badger da Silveira: Na noite do dia 30 de abril. E ele disse: “Se o senhor não nomear, amanhã às 10h eu darei posse ao major Bismarck como comandante da Polícia Militar.” Eu falei: “O senhor faça se puder e eu impedirei também se puder.” “Até amanhã, governador.” “Até amanhã.” O Loreti estava e eu falei: “Loreti, foi a vaca para o brejo. Agora nós não temos mais condição. Ou o general Lisboa vai ter força para me demitir ou eu vou ter condições para governar o estado.”

Entrevistador: O Loreti disse alguma coisa?

Badger da Silveira: Não, o Loreti não disse nada. Concordou comigo, achou que realmente a vaca tinha ido para o brejo. Então eu liguei para o ministro da Justiça.

Entrevistador: O senhor tem até o telex comunicando o fato.

Badger da Silveira: Tenho. Está dentro do arquivo o telex. Telefonei para o ministro da Justiça comunicando o fato e pedindo providências. Era o dr. Milton Campos. Ele disse que ia providenciar. No dia seguinte eu passei o telex e pedi uma ligação para o presidente da República, para expor a ele os fatos. Mas quando foi às 10h, 9h30m mais ou menos, me chegou um capitão com um envelope. Eu abri e era um ato nomeando o major Bismarck.

Entrevistador: E quem assinava esse ato?

Badger da Silveira: Não, era para eu assinar! “O general Lisboa mandou para o senhor assinar.” “O que eu tinha a dizer para o general Lisboa, ontem eu já disse. Diga a ele que não assino isto em hipótese alguma.” Então ele deu posse ao comandante da Polícia Militar. Foi quando eu pedi a ligação para o presidente da República.

Entrevistador: Para efetivar a posse ele não era governador do estado não?

Badger da Silveira: Pela força, não é!?

Entrevistador: Há uma fotografia no *Fluminense*, ele ao lado do major Bismarck, dando posse.

Badger da Silveira: Ao meio-dia mais ou menos...

[FINAL DA FITA 8]

Badger da Silveira: ...consegui falar com o presidente da República. Falei: “Presidente, o Estado do Rio está ameaçado de uma intervenção. E agora agravado mais o princípio desta intervenção com a posse de um comandante da Polícia Militar que não foi nomeado por mim.” Ele falou: “Governador, eu vou ter um encontro agora, às 2h, com o ministro da Guerra e vou colocá-lo a par do que está acontecendo. Logo depois, eu me comunicarei com o senhor.” “Muito obrigado e até logo, presidente.” “Até logo, governador.” Pronto.

Quando foi 2h mais ou menos, o chefe da Casa Militar me procurou e disse...

Entrevistador: Da Presidência da República?

Badger da Silveira: Não, do governo do estado.

Entrevistador: Quem era o chefe da Casa militar do governo do estado? Era um oficial da Polícia Militar.

Badger da Silveira: A minha cabeça... Era um oficial da Polícia Militar. Ele me disse: “Governador, fui convidado agora, pelo coronel Hugo Campelo, para ir lá na secretaria. O senhor acha que eu devo ir?” “Eu acho. Vai lá e procura saber o que é.” Ele voltou e disse:

“O coronel Campelo disse que vai ser mudada a guarda aqui do palácio por um contingente do 3º RI e que é para o senhor ter juízo e não reagir.” “Mas ele não precisava dar um conselho desse que eu não sou tão cretino para reagir sem condições de reagir.” Aí mandei chamar o coronel Campelo lá no palácio. Ele chegou e falou: “Meu governador.” Eu falei: “Coronel, o senhor sabe que eu não sou seu governador e nem governador do estado. Eu mandei chamar o senhor aqui para dizer que eu vou embora para casa. Eu moro aqui no Saco de São Francisco e vou-me embora, se é que posso ir, porque não sou mais governador e não quero mais permanecer aqui.” “Mas o senhor então está disposto a...” “Eu estou disposto a ir embora.” “O senhor vai renunciar?” “Não vou renunciar não, vou simplesmente embora para casa. Vou pegar um carro aí, um táxi ou qualquer coisa e vou embora para a minha casa.”

Entrevistador: E qual foi a reação dele?

Badger da Silveira: Ele falou: “Mas como vai ficar o governo?” “O governo fica entregue aí. Assume o vice-governador, o senhor João Batista da Costa.” Ele disse: “Mas quem falou que o João Batista da Costa vai reassumir? Um camarada ligado aos comunistas, corrupto...” Aí disse uma porção de coisas do João Batista da Costa. E eu falei: “Mas o senhor não tem esses elementos contra...” “Tenho, eu tenho um processo deste tamanho contra esse João Batista da Costa. Cheques sem fundos, dono de uma casa bancária falida. Esse homem não vai assumir em hipótese alguma. Então, quem vai assumir?” Eu falei: “Eu não sei. A mim não me interessa. Eu vou-me embora.”

Mas quando ele falou que o João Batista não ia assumir, eu pensei: bem, quem poderá ser? Ele, o general Lisboa? Eu falei: “Bem, coronel, vamos fazer uma coisa. Eu aceito não a minha renúncia, mas uma manifestação da Assembléia Legislativa me colocando impedido porque realmente eu estou. Eu não nomeei o comandante da Polícia Militar, deram posse. Agora o senhor avisa que vai ser substituída a minha guarda por tropas federais. Então já estou impedido de fato, apenas falta ser impedido de direito. E esse impedimento, eu vou convocar a Assembléia e a Assembléia vai votar o meu impedimento.” Ele falou: “O seu impedimento e o do João Batista da Costa.” “Está bem. Pode sair isso em um ato só.”

Entrevistador: Pelo que eu li nos jornais, nesse período o João Batista articula para substituí-lo. Ele pensava em ser o governador.

Badger da Silveira: Foi. Ele falou: “Então estamos combinados assim.” “Estamos combinados.” Chamei o líder do governo que nós íamos redigir...

Entrevistador: Quem era o líder do governo? O presidente da Assembléia era o Cordolino Ambrósio.

Badger da Silveira: Cordolino. O líder do governo era o deputado Joadélio Codesso. E o líder do PTB era o Michel Saad. Mandeí chamar os dois e disse que eles iam votar o meu impedimento. Eles foram à Assembléia, voltaram e disseram que havia...

Entrevistador: Isso foi em 1º de maio?

Badger da Silveira: Em 1º de maio. Que havia uma reação muito grande e que eles não queriam votar o meu impedimento. Mas eu insisti para que votassem o meu impedimento

porque eu estava com receio de uma intervenção no Estado do Rio e o fechamento da Assembléia. E eu só consegui convencer a Assembléia a votar o meu impedimento de madrugada. Passei a tarde toda, parte da noite até que, de madrugada, eu convenci a eles...

[FALHA NA GRAVAÇÃO]

Badger da Silveira: Eu fiquei receoso de uma intervenção e assumir o governo um Campelo, um Lisboa ou um outro que não tivesse qualquer ligação aqui com o Estado do Rio.

Entrevistador: E nessa noite de 1º de maio, de madrugada, o senhor ficou no palácio do Ingá, não?

Badger da Silveira: Fiquei no palácio.

Entrevistador: E as tropas federais?

Badger da Silveira: Quando foi 4h da tarde mais ou menos 3h ou 4h da tarde, eu já tinha conversado com o Campelo a respeito da Assembléia votar o meu impedimento, quando chegou um capitão a mando do comandante do 3º RI.

Entrevistador: General Lisboa.

Badger da Silveira: É, dizendo que ele estava ali, era capitão Abud, genro do Newton Guerra que era deputado estadual. Esse capitão Abud chegou e falou: “Governador, eu estou aqui por ordem do comandante do 3º RI com a tropa, para garantir a pessoa de V.Excia. e os próprios do estado.” Eu disse: “Capitão Abud, eu conheço o senhor pessoalmente e sei que suas intenções seriam as melhores no sentido de garantir a minha pessoa, a minha família e os próprios do estado. Mas diga ao comandante do 3º RI que eu gostaria muito mais de ouvir o senhor dizer que estaria aqui para garantir as minhas prerrogativas de governador eleito pelo povo.” Ele ficou assim e tal, “bom, são as ordens que eu tenho”. “Está muito bem.” E ele saiu...

Entrevistador: E as tropas federais não ocuparam o palácio?

Badger da Silveira: Ocuparam. Cercaram o palácio e eu fiquei na expectativa. Aí comuniquei ao Cordolino, que era o presidente da Assembléia, que eu só sairia dali depois de votado o meu impedimento. Então foi de madrugada, aceitaram, redigimos a coisa e votaram o meu impedimento e o do João Batista da Costa.

Entrevistador: O João Batista reagiu a esse impedimento?

Badger da Silveira: O João Batista foi para a Assembléia, escolheu o secretariado, o chefe da Casa Civil era um jornalista, o Milton Flack...

Entrevistador: Que hoje é procurador.

Badger da Silveira: É. Um rapaz muito inteligente, brilhante.

Entrevistador: O João Batista está muito ligado aos meios de comunicação. Ele faz toda a carreira... ele tinha um programa, *A hora do estado*, um negócio desses. Um programa radiofônico.

Badger da Silveira: Muito ouvido no Estado do Rio todo.

Entrevistador: O João Batista então já articula...

Badger da Silveira: Já estava escolhendo o secretariado e estava já ali para tomar posse na Assembléia Legislativa. Então tinha uma moça que trabalhava no palácio que conhecia o João Batista e conhecia as ligações dele com uma outra moça que se chamava Irene, que eu não conheço nem conhecia. Ela então, Alaíde Teixeira, estava lá no palácio e disse: “Vou dar um trote no ‘.’” Eu soube disso lá nessa noite. Então telefonou para a Assembléia e falou com o João Batista. “Quem está falando aqui é a Irene. Eu estou aqui no gabinete do secretário de Segurança. Você foge porque você vai ser preso agora, você e o Milton e esses elementos que estão com você aí.” Aí ele saiu, fugindo, e quando foi descer pela escada da Assembléia, vinham por acaso subindo uns soldados. Aí ele voltou, pulou a janela de um gabinete onde ele estava e fugiu. Assim, não conseguiu tomar posse. Mas logo em seguida foi votado o impedimento dele também; então não tinha nada que tomar posse.

Entrevistador: E assumiu o governo do estado Cordolino Ambrósio.

Badger da Silveira: Cordolino Ambrósio.

Entrevistador: Quando o Cordolino Ambrósio assume, ele procura o senhor? Como foi essa passagem do governo, essas 24 horas?

Badger da Silveira: Não. No dia seguinte de manhã, dia 2 de maio, o Cordolino tomou posse na Assembléia e veio assumir no palácio; eu já não estava. Eu tinha saído, o general Lisboa mandou um coronel para me levar. Eu preparei uma pasta com um pijama, escova de dentes, aparelho de barbear porque eu não sabia o que ia acontecer comigo. Então fui na ID 1, onde estava o general Lisboa, ele me recebeu. A primeira coisa que ele falou foi “dr. Badger da Silveira, para onde o senhor deseja ir?” “Ora, general, desejo ir para minha casa.” “Onde, em São Bom Jesus de Itabapoana?” “Não, é Bom Jesus do Itabapoana, minha terra de nascimento. Mas eu não moro lá, estou afastado de lá há muito tempo. Eu moro aqui, no Saco de São Francisco, em um apartamento que tenho ali. É para lá que eu quero ir.” “Então vou mandar conduzir o senhor lá. Dr. Badger, no futuro a história dirá qual de nós dois tem razão.” Eu falei: “Está bem, general. Eu espero que um dia a história diga realmente, se observar tudo o que se passou, qual de nós dois tem razão.” E fui para casa. Aí ele falou: “O senhor não quer nenhuma segurança?” “General, se o senhor puder mandar alguém por um ou dois dias, até amanhã ou depois me dar uma segurança pessoal, para a minha família, eu gostaria disso sim. Apesar de eu não ter inimigos, mas pode qualquer um querer uma vingança, por qualquer razão eu tenha contrariado. Ou mesmo por qualquer motivo querer jogar pedra na minha casa.” “Então está bem. Major fulano de tal, coronel, providencia para ir o tenente não sei quem lá e tal...” “Não, general, assim eu não quero não. Fardado eu não quero não. Se o senhor puder mandar alguém a paisana ficar ali e tal, só para evitar um

aborrecimento maior...” “Está bem, vai a paisana.” Aí ele destacou dois não sei se sargentos, mas o fato é que eles ficavam pedindo — eu soube — carteira de identidade ali e eu no dia seguinte telefonei dispensando, que estava tudo bem.

Há um fato depois que é o seguinte. A articulação para a sucessão efetiva do governo. Quem assumiu foi o Cordolino mas ia ser um outro.

Entrevistador: O Cordolino não ficou constrangido em assumir o governo do estado não, ficou?

Badger da Silveira: Não. Assumiu etc. e tudo bem. Mas ele telefonava para mim, comunicava-se comigo.

Entrevistador: O Cordolino foi governador 24 horas só?

Badger da Silveira: Não, foi mais. Uns cinco ou seis dias enquanto se articulava o sucessor dele. Então eu fui procurado por um elemento ligado ao general Raul de Albuquerque para pedir o meu apoio para o general. O general Raul de Albuquerque, faleceu ano passado, era um homem de bem, um homem muito bom mesmo, muito correto, muito digno.

Entrevistador: Fluminense.

Badger da Silveira: Fluminense. E de família radicada aqui, das mais conceituadas aqui no Estado do Rio. E que me dera efetivamente uma cobertura muito grande. Ele fora umas duas ou três vezes ao palácio e disse: “Governador, o senhor não sofra nenhum constrangimento porque eu quero saber tudo o que se passa com o senhor.” Quando surgiu o nome dele, eu fiquei satisfeito por conhecê-lo pessoalmente, sabia que era um homem de bem e que seria incapaz de qualquer vingança. Então chamei o Michel, que era o líder do PTB e falei: “Você articula o que puder desses elementos que me apoiavam, não só do PTB como fora do PTB, para apoiarem a candidatura do general Raul de Albuquerque. Então ficou tudo assentado, ele telefonou para mim, agradeceu, eu disse que estava tudo bem e que não havia dúvidas quanto à eleição dele.

Aí eu recebo um telefonema do Cordolino Ambrósio, ainda me chamando de governador. “Governador, eu tenho uma notícia importante para transmitir ao senhor. O general Geisel, que era o chefe da Casa Militar, acabou de telefonar para mim dizendo que o governador tem que ser o Paulo Torres.” “Mas Cordolino, já está articulada a candidatura do general Raul de Albuquerque.” “É, mas o general Geisel me disse o seguinte: ou será o Paulo Torres ou a Assembléia será fechada e ele será nomeado interventor no estado.” “Então deixa eu providenciar no sentido de mudar para o Paulo Torres. Realmente é um elemento daqui, radicado aqui, pessoalmente um homem bom e não há razão para que nós não o apoiemos nessa situação.” Aí telefonei para o Michel, que era o líder do PTB, outra vez. “Michel, aconteceu isso, isso e isso. Vá imediatamente à casa do general Raul de Albuquerque e pergunte a ele se ele tem condição de ser o candidato a governador. Porque ele tem condição de ser eleito mas não basta ele ter a condição de se eleger. Ele precisa ter condição de ser o candidato da Revolução também.”

Aí o Michel saiu e 15 minutos depois telefonou para mim. “Badger, estou aqui na casa do general Raul e ele não aceita uma disputa nesse sentido. Ele diz que já não é mais candidato e que eu posso tomar a providência que quiser.” “Então você procura o general

Paulo Torres e articula com ele para a eleição ser por unanimidade e tal. Já que ele vai ser o candidato mesmo, é preferível do que aparecer um outro aí que não tenha as condições humanas para o povo fluminense que tinha ele Paulo Torres.” Aí o Michel foi lá, articulou tudo etc. Quando foi ele, Michel, chamado para ir na casa de um major que eu não sei quem, esse major estava articulando a candidatura do general Lisboa. E falou com o Michel: “Quero que você apóie a candidatura do general Lisboa porque ele vai ser o governador do estado. E o Michel teria dito: “Jamais eu apoiaria o algoz do meu governador. Nem pense que eu possa dar o meu voto, quanto mais pedir o voto a alguém para o general Lisboa.” Eles tentaram ainda impedir a eleição do Paulo Torres.

Entrevistador: Compareceram à Assembléia oficiais do Exército.

Badger da Silveira: Compareceram e suspenderam a eleição. Quando telefonaram para o Amaral, o Amaral disse: “Não, façam a eleição e elejam ele já, imediatamente.” Aí elegeram o Paulo Torres.

Entrevistador: Quer dizer que houve um grupo de oficiais do Exército foi para a Assembléia para pressionar para o Carvalho Lisboa.

Badger da Silveira: Para pressionar para o Carvalho Lisboa. Então, eu acho o seguinte: reportando àquele ponto, o Carvalho Lisboa estaria me tratando bem no princípio pensando que eu pudesse elegê-lo tranquilamente. Mas quando ele deve ter percebido o que não existia, que eu estivesse articulado com o Paulo Torres ou com outro qualquer, ele passou a me hostilizar até que...

[FALHA NA GRAVAÇÃO]

Entrevistador: O Cordolino Ambrósio nomeou secretariado nessa fase de transição?

Badger da Silveira: Eu tenho a impressão que nomeou sim.

Entrevistador: E eram elementos do PTB?

Badger da Silveira: Aí eu não tenho certeza. Ou ele designou apenas para responder pelo expediente, manteve alguns. Essa é a impressão que eu tenho.

Entrevistador: Dr. Badger, eu acho que ficam bem claras... Como o segundo ponto da entrevista tenha sido no sentido de detectarmos as causas da sua deposição, essas causas ficaram bem claras. Eu acho que o senhor não tem nada mais a acrescentar dessas causas que levaram à deposição.

Badger da Silveira: Eu tenho a impressão que não porque, depois, uma comissão de oficiais do Exército investigou a minha vida.

Entrevistador: Isso quando, dr. Badger?

Badger da Silveira: Depois de eu deposto.

Entrevistador: Ainda no ano de 64?

Badger da Silveira: Logo em seguida, logo em seguida. Esse coronel Antônio não-sei-o-quê Sobrinho, que foi na Escola Naval e me acompanhou junto com o general Lisboa, ele presidiu a Comissão de Inquérito, a primeira Comissão de Inquérito, o inquérito que eu respondi, ele esteve lá em casa. O major Pfeil — logo depois ele morreu — até na hora me disse: “Dr. Badger, não fique apreensivo com a minha presença e pelo fato de ser irmão de um deputado da UDN, que é o Paulo Pfeil. Não faça nenhuma ligação.” Eu falei: “Mas, major, eu não me preocupo com isso por várias razões. Primeiro porque não há motivo nenhum para eu me preocupar com isso. E segundo, seu irmão Sebastião Pfeil é membro do PTB de Araruama, de forma que um é da UDN e outro é do PTB.”

Mas houve uma comissão de oficiais do Exército que investigou a minha vida. Então diziam que eu tinha comprado a casa do Seabra, uma casa aqui na Estrada Fróes; que eu tinha comprado uma fazenda em Conceição de Macabu; que eu tinha um palacete e um iate em Cabo Frio. E essa comissão chegou à conclusão que eu não tinha nada, o que eu tinha realmente eram dívidas. Eu devia, nessa época, Cr\$ 7 milhões de uma casa que eu tinha feito em Arraial do Cabo e outras dívidas pequenas que eu tinha. Essa comissão apresentou um relatório em que não encontraram nada que pudesse depor contra a minha honorabilidade, nada que pudesse depor contra mim. Evidentemente eu era trabalhista e sempre entendi o Partido Trabalhista como um partido de transição, uma transição demorada para um socialismo democrático. Esse é o meu ponto de vista e que eu sempre defendi. Eu achava que o Partido Trabalhista seria o grande partido nessa transição de ordem política e social. Nós iríamos para um socialismo democrático dentro do Partido Trabalhista e não comunista. Eu não era comunista, nunca fui participante de nada do Partido Comunista. Não obstante, defendi a legalização do Partido Comunista como um partido dentro de um regime democrático porque tem que ter o Partido Comunista. Até o partido fascista, o partido que for. Dentro do regime democrático nós temos que ter todas as manifestações de pensamento do povo. Então o povo é que vai escolher.

Eu não temia nada que pudessem me acusar de comunista. Respondi a inquérito de que eu era comunista. Então, nessa parte não encontraram nada contra mim. E na outra parte, de corrupção, não encontraram absolutamente nada não obstante declararem as fortunas que eu tinha. E acabaram descobrindo que eu não tinha coisa nenhuma.

Então, qual o motivo da minha deposição? Era a posse do poder. Era tomar o poder da minha mão para uma outra pessoa qualquer. Nesse caso, o general Lisboa foi o homem que conseguiu realmente me depor porque foi ele quem agiu de modo a conseguir a minha deposição.

Entrevistador: Mas não conseguiu efetivar o intento dele de assumir.

Badger da Silveira: O intento dele ele não conseguiu porque, não obstante as investidas em cima de mim, me pressionando, como em cima da Assembléia Legislativa, ele não conseguiu. Então foi eleito o Paulo Torres.

Entrevistador: Dr. Badger, o Paulo Torres traz elementos da UDN para o governo do estado, elementos que nunca teriam condições de chegar ao governo do estado.

Badger da Silveira: Não teriam não. A UDN era o partido mais decadente dentro do Estado do Rio. O ascendente era o Partido Trabalhista Brasileiro. Nós venceríamos as eleições tranquilamente se houvesse eleições depois. O partido mais forte era o Partido Trabalhista Brasileiro. Depois tinha o PSD, que era um partido forte, o PSP também estava crescendo razoavelmente. Agora, a UDN era o partido decadente nessa fase. Assumiu depois, em parte, o poder com o governo Paulo Torres.

Entrevistador: Dr. Badger, qual foi a perspectiva que o senhor teve depois de sair do governo? O senhor voltou a participar de política ou apoiou alguma eleição? O senhor participou de alguma articulação de eleições no estado após 64?

Badger da Silveira: Não.

Entrevistador: E qual foi o seu futuro político, dr. Badger?

Badger da Silveira: No dia em que eu fui cassado, estive na minha casa o Hamilton Xavier. Ele tinha sido meu secretário.

Entrevistador: O senhor foi cassado quando?

Badger da Silveira: No dia 1º de maio. O presidente da República assinou o ato no mesmo dia 1º de maio, acho que às 7h, 8h da noite. Dia primeiro? Não, dia 2. Eu cheguei em casa e quando estava anoitecendo o Hamilton ouviu pelo rádio, eu tinha ouvido também, que estavam suspensos os meus direitos políticos por 10 anos. Então o Hamilton foi lá me dar um abraço de solidariedade e disse que lamentava que eu ia ficar 10 anos sem poder participar de política. E eu disse: “Hamilton, você está muito enganado. Dez anos são apenas de suspensão dos meus direitos políticos. Mas o que se instalou no país vai ficar mais de 20 anos.” “Mas você acredita nisso?” “Não, eu tenho certeza. Claro que não me preocupam nada esses 10 anos em que vou ficar afastado da política.” Agora, eu fiquei mais tranquilo com a eleição do Paulo Torres, não obstante aquele caráter de imposição que pareceu ser, estou dizendo que pareceu ser porque depois eu soube que não houve telefonema do Geisel para o Cordolino. Foi um telefonema anônimo, anônimo não, um falso telefonema...

[FINAL DA FITA 9-A]

Badger da Silveira: ...do Geisel para o Cordolino. Teria sido uma articulação do Amaral Peixoto. Eu não sei se é verídico isso ou não, mas o fato é que o Paulo Torres sempre foi muito amigo do comandante Amaral Peixoto. Agora, não sei se o Comandante seria capaz de um gesto desse. Eu o tenho na melhor conta possível, um homem de bem, sempre foi um político respeitoso, respeitável, cumpridor de todos os seus compromissos e acordos. Mas ocorreu isso; não houve esse telefonema do Geisel para o Cordolino. Teria sido inventado. Mas de qualquer modo, tanto o Raul Albuquerque quanto o Paulo Torres, qualquer dos dois serviria ao Estado do Rio naquela contingência. E o Paulo Torres foi um homem que passou pelo governo sem fazer perseguições, sem prisões que tivessem qualquer caráter de perseguição. Enfim, foi um governador humano a quem eu respeito e presto...

Entrevistador: O senhor não chegou a ter contato com ele como governador não, não é?

Badger da Silveira: Não. Nenhum. Só depois é que eu estive na casa dele para agradecer. Depois, já não era governador mas senador, eu estive na casa dele para agradecer uma referência que ele fez no Senado, quando não havia necessidade de fazer. O substituto dele foi o Jeremias e o chefe do Serviço de Informações do Jeremias fez uma declaração dizendo que o Jeremias foi até então o melhor governador que o Estado do Rio tinha tido. Um bobo, um pusilânime, só podia ser. Então o Paulo Torres fez um discurso no Senado dizendo que lamentava que no estado dele tivesse um diretor de um departamento de informação que fizesse uma declaração daquela; porque o Estado do Rio tinha tido grandes governadores como fulano, beltrano, sicrano, Roberto Silveira e Badger Silveira. De modo que essa declaração, quando não havia necessidade, em uma fase ainda revolucionária, a meu respeito, eu achei que devia agradecer essa manifestação pessoal dele. E também na campanha dele na televisão, eu assisti, ele disse: “Recebi o governo em ordem das mãos honradas do dr. Badger Silveira.

Entrevistador: Mas o senhor participou de alguma forma da política do estado pós-64?

Badger da Silveira: Não, nada. Aconteceu o seguinte. Eu gosto muito de pescar, sempre gostei muito de pescar. Então, um companheiro meu de pescaria, Zimar Bento, me convidou para pescar em São Fidélis. Estava dando muito robalo e preparamos então para fazer a pescaria de robalo em São Fidélis. Fomos para lá. Coincidiu que nesse dia ia ser instalado o diretório do MDB. Então, a rádio local deu uma notícia: encontra-se nesta cidade o ex-governador Badger Silveira etc. e tal. E logo em seguida: hoje, às tantas horas, será realizada a convenção para a escolha do diretório do PMDB e tal. Então dava a idéia de que eu tinha ido lá... E o prefeito local, que era da Arena, telefonou ou telegrafou, não sei, comunicando que eu estava organizando o diretório do PMDB, participando de política etc. Assim que cheguei a Niterói, fui chamado à comissão para prestar esclarecimentos. Eu disse que absolutamente, eu tinha ido lá pescar e que não tinha participado. Prestei lá as declarações.

Logo uns tempos depois, eu fui a Armação dos Búzios também para pescar. Eu tenho um compadre lá que era pescador e que tinha um barco. Eu saía sempre para pescar nesse barco com esse compadre meu. Eu fui, o Zimar também, e nesse dia o compadre não pôde sair e foi um genro dele. Fomos eu, o Zimar, o Mauro, que era outro companheiro de pescaria, um professor de medicina no Rio, e ficamos lá no mar pescando. Quando foi de tardinha, voltamos e esse meu compadre Eduardo falou: “Olha, quem esteve aqui foi o Amaral Peixoto. Nós tivemos uma reunião aqui em casa.” E eu falei: “Que pena. Eu há muito tempo não vejo o Comandante e gostaria de ter um contato com ele.” A conversa foi apenas essa, esse meu compadre era candidato a vereador mas a minha influência foi tão grande que ele teve cento e poucos votos só e não se elegeu. Então eu não estava participando mesmo. Mas quando cheguei aqui, também, dizem que foi o Paulo Pfeil que denunciou que eu estava coordenando política. Fui chamado outra vez, dei as minhas explicações e resolvi, tomei uma deliberação de evitar todo contato, toda a aparição, já não ia mais a casamento, a batizado, a festa, não ia a lugar nenhum para não ter nenhum aborrecimento que pudesse ter ligações com investigação etc. O Heleno um dia me disse, logo depois: “Governador — ainda me chamava de governador —, você tenha cuidado com as pessoas com quem você anda, com quem vem aqui na sua casa, conversa ao telefone porque seu telefone é controlado e você está sendo vigiado.” E eu disse: “Heleno, acontece o seguinte: se eu tivesse 50% de probabilidade de participar de um movimento que pudesse derrubar o que está aí, evidentemente eu entraria.

Mas a questão é que não há probabilidade nenhuma. Zero, zero, zero, zero. Então, pode todo mundo ficar me vigiando, andando atrás de mim, fiscalizando meu telefone que não vão encontrar coisa nenhuma contra mim. Mesmo porque eu não tenho espírito de guerrilheiro, de guerrilha, essas coisas. Então é bobagem. Eu agradeço sua advertência mas pode estar tranquilo que eu não participo nem participarei de movimento nenhum. A não ser que tivesse realmente uma chance enorme de poder equilibrar forças. Mas não tem e nunca vai ter.

Entrevistador: Dr. Badger, o senhor tem alguma perspectiva política? O senhor gostaria de voltar à política? Como o senhor vê o quadro partidário?

Badger da Silveira: O negócio é o seguinte. Quando houve a reabertura dos partidos políticos, a possibilidade de organização de novos partidos políticos, eu defendi em princípio a não-criação de partidos políticos para poder manter unida a oposição no Brasil capaz de vencer, se houvesse condição mesmo de mudança de governo. Mas depois, as tendências, ainda que não claras, começaram a surgir e vieram PP e outros partidos. Eu então defendi a criação novamente do PTB que era um partido de tradição, que tinha raízes na massa e fiz umas reuniões lá em casa convocando os velhos companheiros do partido.

Entrevistador: O senhor pode citá-los?

Badger da Silveira: Posso. O Edésio da Cruz Nunes, Valmir Silva, Herval Basílio, Michel Saad, José Saad, Osvaldo Gomes. De cabeça não lembro, mas reunia sempre 40, 50 pessoas lá em casa para retomar o caminho do Partido Trabalhista Brasileiro. Nessa fase a gente tinha contato com o Brizola e tal. Vem o Brizola, nós recebemos o Brizola. Mas o Brizola, como eu já disse uma vez, era como aquela pulga que queria um cachorro só para ela. Ele quer um partido só para ele. Ele é quem manda e o PTB tinha muita gente para mandar também. E logo ele criou uma divergência muito grande com a Ivete, quis afastar a Ivete e houve aquela luta judiciária. Eu então fiz uma declaração, antes da decisão, dizendo que eu era do Partido Trabalhista Brasileiro e que ficaria com quem ganhasse a sigla. Como ganhou a Ivete, eu continuei no ponto onde estava, reuni o pessoal do PTB, tudo certo etc. Mas eu percebi que estava correndo um certo risco porque eu era conselheiro do Tribunal de Contas e, como tal, não podia participar de atividades político-partidárias.

Entrevistador: O senhor estava aposentado?

Badger da Silveira: Não, eu estava em disponibilidade que tem os mesmos impedimentos etc. Então eu podia caminhar para uma posição que podia ser tomada como uma atividade político-partidária, quando ainda não tinha ingressado em partido nenhum. O Paiva Muniz estava com o Brizola, meu sobrinho Jorge estava com o Brizola e eu procurei mostrar a eles que o caminho era o Partido Trabalhista e não o outro. Não existia esse outro trabalhismo que o Brizola queria criar.

Então foi criado o PTB, feita a Comissão Executiva nacional, a Comissão Executiva estadual e eu participei de algumas reuniões mas sempre com uma certa cautela para que não me compromettesse com uma atividade político-partidária. E avisei a todos que eu não podia realmente participar. O PTB foi tomando volume, foi tomando vulto etc. Participei de alguns encontros.

Quando eu achei que o partido podia adotar a candidatura da Sandra Cavalcanti nesse momento, mesmo que ela não estivesse integrada no espírito do Partido Trabalhista, ajudaria o partido a fazer uma boa bancada federal, uma boa bancada estadual. E mesmo que ela amanhã tomasse outro rumo, o partido teria se consolidado melhor desde que os elementos que dirigiam o partido não queriam lançar um candidato próprio. Então eu pedi a minha aposentadoria em janeiro de 81, mas o governador Chagas Freitas, não sei por que razão, só me deu essa aposentadoria em setembro do ano passado. Então, outros elementos já tinham tomado todas as posições do Partido Trabalhista Brasileiro. Mas eu, como havia procurado o primeiro contato com a Sandra em julho do ano passado, e ela pediu que eu voltasse a ter contato com ela em agosto porque ela ia ver se conseguia viabilizar o partido dela. Se não conseguisse, a legenda pela qual ela gostaria de correr era o PTB. Então, quando foi em agosto eu a procurei, ela disse que não tinha condição de viabilizar o partido e que estaria pronta a correr pelo PTB. Então a botei em contato com a Ivete, eu havia já falado antes com a Ivete e com o Paiva Muniz que nessa altura já tinha vindo para o PTB e assumido a presidência do PTB.

Mas aí, depois disso, eu comecei a sentir que eu estava sendo marginalizado pelos elementos que tomaram conta do partido. Então eu me afastei. Ainda mais porque elementos ligados a mim achavam que eu devia ser candidato a vice-governador, que eu seria o candidato natural a vice-governador. Mas o Paiva e o Ário, que dominam o partido, se lançaram o Paiva a vice e o Ário a senador. Então, deram o caso como fato consumado, eu me afastei e estou nessa expectativa.

Entrevistador: Quer dizer que o senhor não tem nenhuma expectativa de se candidatar?

Badger da Silveira: Não tenho não. Não serei candidato a nenhum cargo. Até agora estou nesta posição de não querer ser candidato a nenhum cargo eletivo.

Entrevistador: Dr. Badger, eu não sei se o senhor vai ter alguma coisa mais a dizer e eu queria agradecer esse esforço. Nós conversamos desde novembro de 81 e hoje praticamente encerramos, em 17 de fevereiro de 82, essas entrevistas que serão muito importantes para a Universidade Federal Fluminense.

Badger da Silveira: Eu é que agradeço a oportunidade que tive de prestar um depoimento que talvez até eu transforme em uma publicação para ser um depoimento não só fechado dentro de centro de pesquisa, que possa interessar aos pesquisadores, mas também, de um certo modo, a dar uma satisfação ao povo fluminense. A essas gravações eu terei acesso, e terei cópia e poderei daí partir realmente para publicar um livro que eu tenho interesse em publicar. E acho que vocês estão prestando um grande serviço à história do Estado do Rio, manter essa memória ouvindo os homens que participaram de fatos realmente interessantes para a história do nosso estado.

Entrevistador: E não é estranho que hoje, 1982, a Sandra Cavalcanti, na televisão, quando perguntam a ela se seria estranho um elemento da UDN estar no PTB, a Sandra tenha respondido que no governo Badger houve a Coligação Popular.

Badger da Silveira: No governo Roberto Silveira.

Entrevistador: Roberto Silveira, elogiando Roberto Silveira. O senhor não chegou a ouvir essa entrevista?

Badger da Silveira: Não, não cheguei não.

[FINAL DE DEPOIMENTO]